Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 19 de dezembro de 2013

Ata N.º 3

No dia dezanove de dezembro de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e onze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017;

PONTO TRÊS – Empréstimo bancário de curto prazo, no valor de 2 milhões de euros;

PONTO QUATRO – Contratos interadministrativos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho, para o mandato 2013-2017;

PONTO CINCO – Acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho para o mandato 2013-2017;

PONTO SEIS – Protocolos de Colaboração entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho;

PONTO SETE – Regulamento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau;

PONTO OITO – Mapa de Pessoal para o ano de 2014;

PONTO NOVE – Contrato-Programa de indemnizações compensatórias pela gestão dos equipamentos desportivos municipais entre a Câmara Municipal de Palmela e a Palmela Desporto, E.M. para o ano de 2014;

PONTO DEZ - Autorização prévia nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá e pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;

- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luís Justino Coelho.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Feita a chamada verificou-se a ausência de:

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra da CDU;
- Sr. Pedro Alexandre Matos Barosa do PS.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- A **Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU** justificou a ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Pedro Rocha Pereira** que, encontrando-se presente, tomou posse.

- A **Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra da CDU** justificou a ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada.
- O **Sr. Pedro Alexandre Matos Barosa do PS** justificou a ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro** que, encontrando-se presente, tomou posse.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos **Srs. Carlos Pedro Rocha Pereira da CDU** e **Elisabete Maria Martins Cavaleiro do PS**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Uma vez que temos munícipes presentes eu gostava de recordar, às Sras. e aos Srs. Munícipes, que a intervenção do público acontece logo no início da sessão. E, portanto, eu vou apenas dar aqui duas ou três informações que temos que dar e depois passo a palavra a todas as pessoas que queiram intervir. Peço que quem quiser falar que esteja atento porque isso acontecerá já de seguida.

Eu queria primeiro dar duas informações, já agora. Uma é muito, enfim, informal e tem que ver com justamente a ausência da nossa Secretária, Segunda Secretária, Andreia Bento, que está ausente, naturalmente, todos os motivos são legítimos desde que justificados, mas eu gostava de sublinhar que a Andreia está ausente porque foi mãe e, portanto, penso que em nome da Assembleia gostaremos todos de, isto é, que eu em nome da Assembleia e que provavelmente todos gostarão de o fazer, mas tomo a iniciativa de lhe dirigir os votos das maiores felicidades para si, para a sua criança, e para a família, naturalmente. E penso que me acompanham todos nisso.

Depois, queria dar uma informação às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia que tem que ver com um assunto que entretanto já é provavelmente do conhecimento de todos mas aproveito, é seguramente na medida em que saiu a convocatória, mas aproveito para aqui recordar e, por outro lado, informar os Srs. Munícipes presentes na sala. Nós vamos ter uma sessão extraordinária da Assembleia que deverá ter lugar no próximo dia dezasseis de janeiro. É uma sessão que acontece por força da eleição da Comissão Executiva Metropolitana, ou seja, é um passo que diz respeito à constituição dos órgãos Metropolitanos e que por lei têm que acontecer em todos os municípios na mesma data e na mesma altura. A convocatória está feita de acordo com o Regimento aprovado no Conselho Metropolitano. A convocatória está feita de acordo com o Regimento, repito, para uma Assembleia a realizar entre as dezanove e as vinte e duas horas. Eu queria fazer um apelo aos Srs. Membros da Assembleia para que considerássemos a nossa Assembleia às dezanove horas, ou seja, se nós conseguirmos realizar a Assembleia e ela ficar despachada, porque a Assembleia tem como ponto único, porque é assim que o Regimento manda, o Regimento Metropolitano, tem como ponto único a eleição da Comissão Executiva. Se nós realizarmos esse assunto imediatamente, a Assembleia fica, enfim, concluída. Se nós formos votando um de cada vez, a Mesa que somos nós, que nos constituímos como Comissão Eleitoral, teremos que cá ficar as três horas à espera que cada um venha votar. Portanto, eu faço um apelo. Independentemente, repito, da Convocatória estar assinada com o período entre as dezanove e as vinte e duas horas, eu fazia um apelo para que estivéssemos todos às dezanove horas. Está bem? Pronto.

Então, vamos imediatamente passar a palavra às Sras. e aos Srs. Munícipes que queiram intervir nesta sessão. A regra é muito simples; é dirigirem-se ao microfone no meio da sala, porque nós temos que gravar. Peço o favor de se identificarem, dizem qual é o assunto que vos trás e colocam o assunto. Está bem? E depois nós encaminharemos, ou registamos, ou encaminharemos, caso haja espaço a uma resposta por parte de alguém. Está bem?"

Intervenção da Sra. Suzel Costa, Ativista dos Direitos dos Animais:

"Como sabem, em Portugal estima-se que sejam abatidos anualmente cem mil animais nos canis municipais. Face aos abusos cometidos pelas câmaras municipais em relação aos Direitos dos Animais, em particular ao abate indiscriminado e ausência de uma política de esterilização, a Sociedade Civil organizou-se por concelhos no sentido de manifestar o seu descontentamento e repúdio face às políticas municipais em vigor.

Deste modo foi criado um cordão humano, pela adoção e esterilização dos animais de companhia e ao não abate, que se realizou em Palmela frente à Câmara Municipal, no dia vinte e quatro do onze, pelas dezasseis horas. Esta manifestação ou vigília visava uma ação de sensibilização dos munícipes, eleitores e contribuintes, deste concelho para importância de uma verdadeira política de proteção animal e contra a política municipal em vigor no nosso concelho. A ignorância e o desprezo no que respeita aos animais e aos seus Direitos, tem favorecido a existência de autênticos genocídios, ou limpeza animal, como lhe queiram chamar, bem escondidos da generalidade da população.

O controlo da população dos animais errantes não passa pelo abate e o desrespeito por outras formas de vida como se verifica no canil, mas pela esterilização desses animais, tal como está definido pelo Ponto 1 da Resolução da Assembleia da República n.º 69/2011. O abandono dos animais de companhia e a ausência de esterilização dos mesmos está na base destes autênticos massacres. Cabe à [CMP - Câmara Municipal de Palmela] mudar esta realidade. A recolha de assinaturas que subscreve o Manifesto que foi elaborado visa promover essa nova política e o diálogo e a cooperação com as entidades competentes. Os signatários, atendendo ao estatuto na Lei n.º 92/95, de doze de setembro, no DL n.º 315/2003, de dezassete de dezembro, da Declaração Universal dos Direitos dos Animais e na Resolução da Assembleia da República n.º 69/2011, de vinte e cinco de fevereiro, requerem a adoção de algumas medidas necessárias para a minimização da superpopulação de animais errantes que se verifica no nosso concelho, nomeadamente, obrigatoriedade de controlo da reprodução dos animais e o não abate dos mesmos. Sempre que outras soluções possam ser encontradas, por exemplo, a esterilização e a adoção, a figura do animal comunitário, colónias protegidas, a possibilidade do resgate de animais feridos e/ou saudáveis para Famílias de Acolhimento Temporário, a que chamamos FAT's, com vista ao seu tratamento e futura adoção e esterilização, a abertura do canil a voluntários da Causa Animal, a Programas CED, que são programas de Capturar, Esterilizar e Devolver animais sem que isso se traduza em qualquer dispêndio de energia e de dinheiro para a Câmara, bem pelo contrário. Cada abate custa ao Estado 70 € (setenta euros); cada esterilização de uma cadela custa 40 €/50 € (quarenta euros/cinquenta euros).

Depois deste evento pretende-se entregar o Manifesto e espera-se a abertura da [CMP] para um debate/reunião com vista a arranjar soluções concretas e eficazes no respeito ao abandono e maus tratos aos animais e à implementação de várias medidas propostas no Manifesto.

Além disso, e como foi notificado na Comunicação Social, o caso da acumuladora aqui de Palmela, eu e todas as associações do Distrito de Setúbal a qual estou ligada, pretendemos de qualquer forma ajudar a [CMP], sendo retirar os animais para famílias de acolhimento temporário, sendo [no] estabelecimento de protocolos para esterilização dos mesmos, uma vez que os animais que estão no canil, neste momento já oito, e em casa da dita senhora estarão cento e vinte que têm que ser retirados com máxima urgência."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Penso que tem um documento que quer fazer, quer dar entrada, é?"

A **Sra. Suzel Costa**:

"Sim, neste momento já, o Manifesto. A recolha de assinaturas vão em quinhentas, mas ainda está a ser, a decorrer. Posso entregar já o Manifesto e o panfleto que entregamos à população."

Intervenção do Sr. Manuel Henrique Figueira:

"Eu queria apresentar algumas queixas na qualidade de munícipe. Sra. Presidente, saúdo-a e permita-me que na sua pessoa saúde os eleitos e os restantes presentes. Agradeço esta oportunidade para apresentar algumas queixas como munícipe.

Queria ter encerrado o tema de IMI [Imposto Municipal sobre Imóveis] na sessão anterior da Assembleia Municipal, fá-lo-ei agora ligando-o contudo às queixas que pretendo apresentar. Estou triplamente cansado do IMI; de pagar balúrdios exorbitantes e injustos desde dois mil e seis; de reclamar três vezes neste local; das desculpas sem sentido e dos silêncios incomodados. Será a minha última intervenção durante este ano. Repito, será a minha última intervenção sobre este assunto durante um ano, melhor dizendo. Continuarei a luta contra este injusto imposto, contra a taxa em Palmela também, mas noutros palcos – artigos nos jornais, junto dos Deputados, Provedor de Justiça, Presidente da Associação Nacional de Municípios [Portugueses - ANMP], etc. Há muito que fazer contra esta malfeitoria, este pacto de agressão contra os munícipes que, infelizmente, ultrapassa as fronteiras do Concelho de Palmela.

Não irei repetir argumentos conhecidos, apenas referir um número extraordinário: a Receita este ano será de cerca de doze milhões de euros. No ano passado foi cerca de nove milhões, oito milhões e seiscentos mil euros. 72% dos doze milhões de euros foram pagos este ano por um terço dos munícipes; os esquecidos do IMI. Os que tiveram 20% de aumento o ano passado [?] taxa de dois mil e doze. Só por conta destes 20%, esse terço de munícipes pagou um milhão e setecentos mil euros.

Em vinte e três de outubro de dois mil e doze, fiz uma exposição à [CMP], formalmente correta e fundamentada, sobre os esquecidos do IMI. Nem mereceu resposta. Não me digam que isto resulta apenas do valor patrimonial tributário que é alto. Resulta disso, mas resulta também da segunda taxa mais alta no país, que é a taxa de Palmela. E continuará a ser no próximo ano. Não me digam também que isso se deve a casas luxuosas, porque isso é falso; redondamente falso. Para o próximo ano continuaremos com 17,5% de aumento, novamente a segunda taxa mais alta do país. Neste momento há duzentas e oitenta e duas câmaras com os valores lançados no Portal das Finanças. Continuamos a ser a segunda câmara mais alta e só há vinte e nove câmaras com a taxa máxima de 0,5[%]. Em dois mil e quinze, portanto, dentro de dois anos, com o fim da cláusula de salvaguarda, se continuarem estas taxas, a Receita ultrapassará vinte milhões de euros.

Uma desculpa compensatória que se usa é o preço da água. Eu recolhi recibos de Vila Franca de Xira, Lisboa, Oeiras, Sintra, Cascais, Ericeira, Benavente, Almada junto de pessoas, ou amigas ou familiares. Não há generalizadamente diferenças favoráveis a Palmela. Há pontualmente. Eu tenho aqui os recibos todos, disponibilizo para quem estiver interessado. Comparei todas as taxas de primeiro escalão, os valores individuais, todos os escalões, todas as taxas fixas. Comparei tudo e não há valores significativos que coloquem Palmela favoravelmente na questão da água.

A minha insistência no IMI não é uma teimosia pessoal. Resulta de os impostos autárquicos nos conduzirem a uma pergunta crucial: para que servem os impostos? Exemplos das queixas para cuja resolução os impostos também deveriam servir:

Lixo

O contentor verde ao pé da minha porta era lavado todos os meses. Passou a ser de quatro em quatro. No verão da gosto tê-lo à porta.

Estradas

Entre a Estação de Palmela, viaduto da Autoestrada, há setecentos metros de estrada deplorável. Bermas, marcações, piso, raízes de pinheiros, uma piscina quando chove. Igual está a estrada da Coca-Cola. Uso as duas diariamente; sei do que falo.

Jardins

Na minha zona estão há meses abandonados. Não peço flores quando há munícipes que não têm pão neste momento. Mas ao menos que não sejam mato para ratos e cobras. O Jardim José Joaquim de Carvalho, um postal à entrada da vila, foi salvo pela Festa das Vindimas. Esteve meses infestado de ervas.

Água

Numa era da informática, há muito que só recebo faturas digitais. A da água só há três meses foi possível. Nunca vi nas faturas um convite aos munícipes para aderirem à fatura eletrónica.

Envio a leitura todos os meses; pedem-ma nas faturas, mas desconfiam de mim, apesar de terem o meu histórico de consumo de dez anos na mesma casa. Fazem-me seis leituras por ano. O regulamento prevê duas obrigatórias e sempre no dia treze, que é curioso. Mas desse truque eu não falarei agora.

Cartas, correio e leituras têm custos. Na EDP [Electricidade de Portugal, S.A.], por exemplo, paga-se um valor fixo durante doze meses e faz-se o acerto no final do ano. Eu sei que não é completamente extrapolável, mas pode haver modalidades mais favoráveis, mais rentáveis, menos custosas para o Município e mais favoráveis aos munícipes.

Saneamento

Uma familiar que apoio por ter oitenta e quatro anos e ser viúva, vive na estrada de Setúbal, junto à segunda bomba da Repsol de quem desce. No século XXI, a quatro quilómetros da sede do Município não há saneamento. Paga mensalmente águas residuais domésticas na fatura e paga a limpeza da fossa sética. Soube há pouco que se pode pedir a isenção das águas residuais domésticas. Mas eu pergunto: por quê cobrar um serviço que não é prestado?

Desculpem a minha inconveniência mas estamos num Município que se diz exemplar na Gestão Participada dos munícipes. O lado negativo desta participação é que, por vezes, aparecem ovelhas negras como eu, a perturbar a paz do rebanho. Muito obrigado pela vossa atenção."

Intervenção do Sr. Armando Tudela:

"Boa noite a todos os Srs. Vereadores, boa noite Sra. Presidente. Vivo na Estrada da Estação, a seguir a Cabeço Velhinho. Eu queria colocar duas questões e vou ser muito sintético e muito breve. Acho que a primeira até é de fácil resolução.

Eu vim de Lisboa viver para Palmela em mil novecentos e noventa e nove e construí uma casa. Paguei todas as licenças e requisitos, enfim, que me foram exigidos e quando fui obter a licença de habitação, isto em noventa e nove, obrigaram-me a fazer o calcetamento que limita o muro do meu quintal até à via pública para escoamento das águas pluviais. Bom, isso foi feito e qual não é o meu espanto quando há uns meses atrás verifico que a Câmara ou a Junta de Freguesia, não sei, começaram a espalhar gravilha pelos lotes todos a montante da minha casa, que não tem construções construídas, para julgo eu facilitar o escoamento das águas pluviais. Acontece que essa gravilha está toda acumulada à minha porta agora e efetivamente não se impede o escoamento efetivo dessas águas pluviais. Pelo que eu vinha pedir que à instituição que fez aquele serviço que fosse lá de facto limpar o que foi feito. Esta era a primeira questão.

A segunda era a seguinte. Eu vivo ali desde noventa e nove. Aquilo chamava-se Estrada Nacional «não sei quantos», hoje Estrada da Estação e agora pomposamente, e eu peço desculpa desta ironia, chama-se Avenida Caminhos de Ferro. Ora bem, o piso daquela estrada nunca foi, nunca foi mexido. Eu como disse peço desculpa pela minha ironia, mas alguns dos buracos que eram côncavos passaram a ser convexos. Quer dizer, viraram os buracos ao contrário. Em vez de porem um piso, um alcatroamento como deve ser. É tremendo o trânsito que ali passa, nomeadamente, viaturas pesadas, como sabem, e o que mais custa é ver - hoje não há praticamente transportes para a estação -, é ver os peões passarem, nomeadamente, as mães com os carrinhos de bebés, passarem em cima daquela gravilha toda, dirigidas à estação.

Esta foi uma questão que eu já pus há uns quatro ou cinco anos aqui na Assembleia, não nesta casa mas em Aires, era a Sra. Teresa Vicente Presidente na altura e, enfim, coloquei a hipótese de construir ali um passeio uma vez que acho que é fácil, não tem grande problema de expropriação de terrenos, embora eu seja leigo nesta matéria. Portanto, é um crime de facto verem-se os peões, e as mães principalmente. Eu já tenho dado boleia a alguns porque de facto não concebo verem as pessoas a caminharem para a estação desta maneira. Portanto, eu refiro-me ao piso, refiro-me a uma passadeira de peões e a sinalização horizontal. De facto é uma vergonha. Existe até uma passadeira com sinalização para os automobilistas, passagem de peões a um metro de distância da passadeira. Não sei quem é o artista, peço desculpa pela

minha ironia mas de facto já não é a primeira vez que falo nisto e gostava que a [CMP] tivesse algum, algum não, um grande empenho na resolução destas duas questões. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Eu queria dizer o seguinte a propósito do Sr. Munícipe que fazia referência ao tema da participação, [o Sr. Manuel Henrique Figueira]. Eu gostava de sublinhar que as nossas autarquias no concelho, e aqui no caso da Assembleia Municipal em particular, as nossas autarquias dizia, têm permanentemente as portas abertas à participação dos cidadãos, quer dizer, e portanto a participação não tem que ser qualificada; não é por se colocarem aqui coisas mais simpáticas ou menos simpáticas que a porta deixa de estar aberta e portanto, eu queria agradecer o facto dos Srs. Munícipes terem vindo aqui esta noite.

Sublinhar que vamos continuar a fazer nas nossas Assembleias Municipais ao longo do ano, vamos procurar fazer uma passagem pelas freguesias também como forma de nos aproximarmos e de facilitar a participação das pessoas e, portanto, este exemplo, gostaríamos todos nós, penso eu, de o ver reproduzido em outros fóruns. Independentemente de percebermos que normalmente as pessoas vêm a estas reuniões quando têm problemas para colocar, ou seja, dificilmente vêm só assistir, ou vêm só participar por outros motivos. Mas seja qual for a razão, a participação é sempre bem-vinda e é muito importante na nossa comunidade."

Após lhe ter sido concedida palavra pela **Sra. Presidente da Mesa**, respondeu o **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, estimados munícipes, Srs. Jornalistas, boa noite a todos. Naturalmente as questões suscitadas pelos nossos munícipes merecem-me alguns comentários e algumas respostas.

Relativamente aos Ativistas da Causa Animal. Congratular-me com a vossa vinda a este fórum. Referir que tomámos conhecimento da vossa iniciativa; que ficámos a aguardar precisamente a vossa missiva, que tomámos conhecimento dela através dos jornais; não a entregaram oficialmente. Acabei de saber e perceber por quê. Porque ainda estão a recolher assinaturas.

De facto, teria sido interessante começarmos precisamente com uma reunião, para a qual estamos perfeitamente disponíveis, sobretudo para explicar e mostrar qual é efetivamente a política de bem-estar animal que é praticada no concelho e no Canil Municipal, que não tendo as melhores condições, e reconhecemo-lo. Temos, contrariamente áquilo que se possa deduzir das suas palavras, porque começou por contestar e referir que é uma política de abate indiscriminado, eu queria dizer-lhe a propósito, que a própria informação municipal deste período e que iremos daqui a pouco apresentar aos Srs. Membros da Assembleia dá conta, numa tabela, dos animais que foram cedidos para adoção, cujo número é muito superior, dos animais reclamados depois da recolha, dos animais reclamados após vigilância veterinária, dos animais a aguardarem adoção e dos animais que ainda estão sobre vigilância e a aguardarem reclamação. E à semelhança do que já disse até a algumas pessoas que estão nesta sala, nós no ano passado conseguimos que o número de adoções fosse superior ao número de animais abatidos e, na generalidade dos animais abatidos, setenta e poucos por cento, eram animais que estavam enfermos e que estavam de facto já num estado quase terminal.

Nós estamos disponíveis para trabalhar com a Sociedade Civil sobre estes assuntos. Recordo que no Mandato anterior, ainda este ano, cedemos um terreno à PRAVI [Projeto de Apoio a Vítimas Indefesas] para a construção de um equipamento. Temos desenvolvido algumas atividades com esta [entidade]; estamos dispostos a trabalhar com outros cidadãos, com outros movimentos.

E também a política de esterilização, nós procuramos levá-la a cabo. Estabelecemos um protocolo com uma clínica veterinária de Pinhal Novo e tentámos também, nos últimos meses, um protocolo com outra clínica que existe aqui em Brejos de Carreteiros. E é por aí que creio que também lá vamos. Obviamente não temos as condições excelentes, volto a sublinhá-lo, fomos forçados inclusive no Mandato anterior a recuar no investimento que tínhamos previsto para aquele espaço, para criar mais doze boxes para acolher animais, mas continuamos fortemente apostados na política de adoção. Aliás, se consultar o nosso [sítio de *internet*] nestes últimos dias a propósito do Natal, dizemos: *"Este Natal leve um Amigo para casa"*. Oportunamente, e

quando nos entregarem formalmente, enfim, o vosso documento marcaremos depois uma reunião de trabalho.

Quanto às questões suscitadas pelo Sr. Munícipe Manuel Figueira. Eu já percebi que o meu amigo desde início a sua luta não é apenas contra a taxa de IMI no concelho, é contra o IMI. De facto, poderemos até estar de acordo que o IMI é um imposto injusto. Eu não sei se há impostos justos ou injustos. É um imposto, talvez queira substitui-lo por outro. Há Governos que querem substitui-lo por outros. Agora o que lhe garanto é que quem faz as leis deste país e, se consultar a Lei das Finanças Locais que entra em vigor a partir do dia um de janeiro, já lá está referido que o IMT [Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis] vai desaparecer; começar a desaparecer em dois mil e dezasseis. E todas as estimativas e contas feitas por autarcas de todos os partidos, na Associação Nacional de Freguesias [ANAFRE], levam-nos a concluir que o IMI será praticamente a única Receita das autarquias em matéria de impostos diretos que viremos a ter no futuro.

Quanto às questões da avaliação. Volto a referir que os grandes aumentos e brutais aumentos têm que ver com custos por metro de construção, que não são as autarquias que decidem. Têm que ver com coeficientes de localização, que não são as autarquias que decidem.

Os níveis de conforto. Se alguém tem um nível de conforto de saneamento que não corresponde à verdade deve reclamar, porque de facto também vai havendo bonificações em função das infraestruturas que estão ao dispor de cada imóvel.

Quanto à taxa da Autarquia. Já profusamente me referi a ela e porque razões tivemos de recorrer. Esta Autarquia, comparativamente a outras, depende mais deste tipo de imposto do que outras. Em todo o caso, o compromisso que assumi, e estou a cumpri-lo, é continuar a monitorizar o comportamento do imposto e irmos baixando. Demos um ligeiro sinal para dois mil e catorze. Estou convicto que poderemos dar um sinal mais significativo no próximo ano. Agora o que também posso dizer ao Sr. Manuel Figueira é que se enganou nas contas. Nós estamos a terminar o ano, acabámos [de] receber há dias a última *tranche* do IMI. Eu só revelarei o número oficial noutra ocasião, mas digo-lhe que fica longe, muito longe, dos doze milhões [de euros]. Cá estaremos para conferir as contas, porque o Senhor tem-se apresentado em vários fóruns, exímio em contas, percentagens, estatísticas e, portanto, também são falíveis. Nós também falhámos, no nosso Departamento de Administração e Finanças, na estimativa. Vamos receber um pouco mais do que aquilo que estimámos, mas transmitir-lhe-ei os números para que não reste depois, aliás, eu já disse isto também numa das últimas Assembleias, em abril cá estaremos para prestar contas, e depois veremos os resultados.

Depois, *'segunda câmara com a taxa mais alta'*. Contradiz-se, até porque as notícias, é evidente que já estão lá publicados, mas há vinte e oito que vão cobrar a taxa máxima e vamos esperar também pelos próximos anos para saber o que é que vai acontecer. Eu espero que em Palmela continuemos a descer e que desçamos cada vez mais. Em relação aos outros o tempo o dirá e também veremos se subiu ou desceu as dívidas das autarquias.

Relativamente às da água. Sr. Manuel Figueira, aconselho a ler o Diário de Notícias de - terça-feira passada ou de há duas semanas? – terça-feira passada, em que tem um dos maiores estudos feitos em Portugal sobre o negócio da água e baseado em dados da ERSAR, da Entidade Reguladora [Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos], e aí o Senhor vai ter oportunidade de ver que Palmela, com mais meia dúzia de municípios, é dos que tem efetivamente a água mais barata. Nós acabámos ontem, na reunião de Câmara, de aprovar por unanimidade ligeiras atualizações no nosso tarifário. Segundo a [ERSAR] teríamos que aumentar muito mais, porque o princípio, e não fomos nós que o fizemos, é que os custos têm que ser integralmente pagos e os custos no Concelho de Palmela são muito superiores do que no Concelho do Barreiro que tem trinta e tal quilómetros quadrados, Concelho da Moita que tem cinquenta e quatro [quilómetros quadrados] ou outros. E não é só pela dimensão, é os quilómetros da rede que nós temos no nosso concelho. Os nossos custos são muito superiores, mas não é por isso que nós vamos atrás das recomendações da ERSAR que recomendam, por exemplo, que a taxa de saneamento que as pessoas devem pagar é noventa por cento da água consumida. Nós estamos quarenta e cinco, cinquenta, sessenta por cento para o comércio e indústrias; estamos muito abaixo. E depois da atualização de ontem, somos na Área Metropolitana de Lisboa [AML] o segundo concelho mais barato. Ali par a par com Alcochete que consegue ser ligeiramente mais barato que o nosso. Os estudos são disponíveis.

Posso transmitir-lhe também, na tal resposta final que já lhe disse que vou enviar, e só não o fiz porque sabia que o meu amigo tem vindo às reuniões todas, ainda viria à Assembleia Municipal. Portanto, até final do ano ainda vai receber a minha resposta e eu ilustro-a tal como o Senhor ilustrou com vários quadros, com outros quadros estatísticos que temos. Mas aconselho-o a ver [a avaliação ou qualificação-tipo (*rating*, em inglês)] da ERSAR para saber em que lugar é que está Palmela nessas matérias.

'Convite para a fatura eletrónica'. Olhe, tenho pena que não tenha visto, mas garanto-lhe que foi, foi divulgado não só no [sítio de *internet*] da [CMP], mas foi junto à fatura da água, e foi junto até ao documento que entregamos no início de cada ano relativamente às tarifas para o ano em vigor.

A *'leitura'*. Pois, o Senhor queixa-se de ter seis leituras por ano. Olhe nós costumamos ter queixas é do contrário. É que as pessoas acham que por estimativa, depois vem tudo junto e depois corre mal. É precisamente o contrário, não é? Aliás, há aqui Membros da Assembleia e Vereadores que costumam interpolar-nos com queixas de munícipes que dizem: *"Estiveram à espera, agora vem tudo junto"*, e depois há problemas. É precisamente o inverso. Creio que estamos a fazer a nossa obrigação. O ideal era fazer a leitura com mais periodicidade ou ter telecontagem, mas isso é para outra dimensão e para outro, para o final de século, talvez.

Em relação à questão do saneamento da fatura, eu digo, estamos disponíveis para analisar qualquer caso, mas garanto-lhe que também há dificuldades na leitura da fatura. Se calhar a taxa de resíduos que lá está é a taxa dos Resíduos Sólidos Urbanos [RSU], porque efetivamente então a Senhora tem que reclamar, porque se efetivamente a Senhora não tem acesso à rede, não pode pagar a taxa de saneamento. E se apresentar a reclamação será integralmente ressarcida do valor que pagou. Assim tem acontecido com os casos. Já que é amigo da Senhora, ajude-a a fazer a exposição e nós procederemos ao estorno da importância que eventualmente tenha sido indevidamente cobrada.

Quanto à questão do saneamento, podemos dizer que tantos anos depois do 25 de Abril e ainda não há saneamento em todo o lado. Eu quero dizer-lhe que um concelho com esta dimensão tem [um] rácio e uma percentagem de cobertura que é definida por perímetros urbanos também das mais altas do país. E quero dizer-lhe que naquela zona, Vale de Mulatas, Miraventos e ali na zona limítrofe de Padre Nabeto, nós só não temos isso feito porque a SIMARSUL [Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A.] dado o diferendo que tem com Setúbal - que é da responsabilidade do Governo que permitiu duas concessões em simultâneo, Águas do Sado [- Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Setúbal, S.A.] e SIMARSUL - para aquela zona, não faz a construção do emissário que permitiria Palmela ligar-se, porque é isso que acontece nos concelhos vizinhos, ligamo-nos uns aos outros e o Sistema é Multimunicipal, é para todo o distrito, não tem fronteiras. E nós não podemos ligar-nos porque não podemos trazer lá de baixo cá para cima para a ETAR [Estação de Tratamento de Águas Residuais] de Aires, ela tem que ir para outro lado, para a zona da Asseca e para o Concelho de Setúbal. Aliás, chegámos a ter essa obra prevista no Plano de Atividades de Investimentos no Mandato anterior e tivemos que retirá-la. Não foi porque não tivéssemos dinheiro, ela até estava dentro do empréstimo! E o empréstimo no tempo em que o dinheiro era mais barato! Obviamente não íamos fazer a rede em baixa, sem ter o emissário feito! E foi por isso que desistimos dessa obra; já agora fica também esta explicação. Muito mais haveria a dizer para, enfim, contrariar também o argumentário do Senhor. Eu estou sempre há disposição. Tenho pena é de não ter tempo para ir aos pormenores todos.

Sobre as questões suscitadas pelo Sr. Munícipe Armando Tudela. Nós registámos, aliás, vou pedir a alguém do meu Gabinete que faça o favor de anotar para conferirmos o local e procuraremos colmatar as insuficiências apontadas e perceber o que se passa.

Já agora referir que independentemente do nome, aquela estrada começou por ser Nacional, depois foi desnacionalizada e passou para o Município e ao contrário de outras coisas que nos exigem hoje, não foi entregue em bom estado. Porque a gente quando receciona uma coisa, um loteamento, uma coisa qualquer, temos que receber em bom estado. E depois estamos numa zona que não sendo consolidada não tem passeios, tem bermas e de facto há bermas que podem ser melhoradas em calçada grossa e estamos disponíveis para avaliar essa situação. E, por vezes, para que não haja despistes para os condutores que se aproximam da berma, quando as águas fazem cortes nas bermas, é colocado o *touvenant*. Mas procuraremos corrigir isso e anotaremos no sentido de melhorar. Eu depois peço a alguém do Gabinete que

faça o favor de ficar com o contacto do Senhor para irmos ao local, de preferência na sua companhia, para identificar os assuntos."

Iniciando o Período Antes da Ordem do Dia, informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa três Moções - uma do BE e duas da CDU -, um Voto de Pesar apresentado pela CDU e uma proposta apresentada pelo BE.

Moção do BE sobre a *"Revogação do Aumento do Horário de Trabalho nos Serviços Municipais"*

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira do BE** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"Muito boa noite a todos. Queria apenas, portanto, informar que nós estamos de acordo com esta proposta. Queria apenas fazer uma recomendação quanto à designação e à terminologia, que penso que não é a mais correta do ponto de vista jurídico, na medida em que vocês falam de *"Revogação do Aumento [do] Horário de Trabalho [nos] Serviços Municipais"*. Ia-vos apresentar uma recomendação, uma proposta à Mesa, em que se substitui-se a *"Revogação"* por *'Não Aplicação do Aumento'*, porque realmente existe essa autonomia em sede da Autarquia mas nós não podemos, portanto, referir que é uma *"Revogação"* à Lei porque a Lei foi aprovada pelo Governo. Portanto, só uma questão de terminologia.

Quanto ao teor e ao conteúdo, realmente nós apoiamos e realmente vamos votar a favor porque realmente isso constitui um acréscimo de trabalho e nós também concordamos nesse sentido. Apresentava era aqui uma proposta de recomendação, só na alteração de designação. Onde consta *"Revogação do Aumento do Horário de Trabalho"* passa-se a constar *'Não Aplicação do Aumento do Horário de Trabalho'*, e no final onde refere *"Princípio da Autonomia das Autarquias Locais"*, onde consta a *"revogação"* substituiríamos então, a proposta seria *'não aplicação do aumento do horário de trabalho'*. É só."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Sra. Presidente, cumprimentando a Sra. Presidente e todos os presentes nesta sala de igual modo. Referir que de facto esta Moção é simpática, diz-nos que se é contra a Lei que impõe as quarenta horas; refere algumas questões que de facto são verdade, as pessoas vão trabalhar mais, vão ter de facto na percentagem uma redução salarial, mas esquece o essencial que é a situação de emergência social que o país vive. E esquecendo isso, esquecemos muita coisa. Por isso, também não me parece que fosse equitativo e justo que os trabalhadores da Administração Central fossem aqui tratados de maneira diferente dos da Administração Local. E por uma questão de coerência, votaremos contra a Moção."

O **Sr. António Mestre da CDU**:

"Boa noite a todos. Sra. Presidente, em si cumprimento todos os presentes, todos os munícipes, técnicos e funcionários da Autarquia que nos acompanham hoje.

Eu tenho alguma perplexidade no início de discussão desta Moção. Primeiro lugar, pelo caráter de desatenção que reina porque já [?] dia vinte e nove de agosto quando foi publicada a Lei, muito esta Câmara e os trabalhadores desta Câmara fizeram logo no alertar para os problemas que ela trazia. Desde a primeira hora sempre esta Autarquia esteve ao lado dos trabalhadores na defesa dos mesmos e dos seus

Direitos. E mais curioso ainda fez aprovar uma Moção contra o horário de trabalho, recentemente, que curiosamente, foi só votada contra pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Mais ainda, seria importante estarmos [atentos] àquilo que são as consequências dos nossos atos e relembro aqui, na passada quinta-feira, dando consequência a esta luta e ao reconhecimento da justeza, da reivindicação dos trabalhadores, fez esta Câmara acordar com o STAL [Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local] o Acordo de Empresa assinado, sendo uma das primeiras câmaras do país a fazê-lo, em que prevê a manutenção, e sim senhora, colocando-se no uso dos seus Direitos, propondo à Organização que mantenha as trinta e cinco horas. Neste momento, aguardamos a palavra de coerência com esta autonomia e a sua homologação por parte do Secretário de Estado. Por isso, neste momento a Bancada da CDU não vê qualquer propriedade nesta Recomendação e vai votar contra."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU**:

"Cumprimentar todos os presentes através da Sra. Presidente. Depois da intervenção do meu Camarada de Bancada só acrescentava duas coisas que de facto é de ver que esta Moção é uma Moção que nós à partida, há muitos, há muitos anos, lutamos contra o aumento do horário de trabalho. Mas a questão do aumento do horário de trabalho e esta Moção refere aqui dois artigos extremamente importantes. Refere o artigo da Lei [n.º] 75/2013 em que refere o artigo [35.º] na alínea k) – Pronunciar-se e Deliberar, o Presidente – como se fosse a [CMP], através do Presidente, que tinha que impor o horário de trabalho. Como se o horário de trabalho não seja uma questão de Lei; como se o horário de trabalho não seja imposto contra os trabalhadores, mas que foi imposto através do Governo, por Portarias [?]. Depois, por isso, nós dizemos e não referia mais, poderia referir também o artigo [25.º], conforme refere, da Lei em que nós dizemos que continuamos e vamos continuar a lutar em todos os fóruns que sejam [necessários] para que os trabalhadores não sejam mais sacrificados com o aumento do horário de trabalho, que não aumente, e como diz o elemento da Bancada de Palmela Mais [PPD/PSD.CDS-PP] que os trabalhadores passariam a ganhar muito menos. Não vamos aceitar isso, mas também em coerência pensamos que esta proposta não tem coerência para avançar, esta Moção, e como foi dito nós vamos votar contra."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Não sei se, atendendo a que houve uma Moção aprovada na Câmara sobre este assunto e uma tomada de posição da Câmara, não sei se o Sr. Presidente quererá participar nesta discussão, independentemente da discussão ser entre os Srs. Membros da Assembleia mas penso que poderia ser útil."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Se V. Exa. permitir e os Srs. Membros da Assembleia eu gostava de, pelo menos esclarecer os presentes qual tem sido a postura do Município nesta matéria. Muito obrigado Sra. Presidente.

Eu começaria por referir que naturalmente é difícil não estar de acordo com os considerandos desta proposta de recomendação, contudo parece-me que ela fere aqui alguns aspetos legais precisamente partindo do pressuposto que o Princípio da Autonomia das Autarquias Locais permite decidir doutra forma.

Eu queria aqui recordar que a Lei das quarenta horas, e depois de procurarmos todos e mais alguns pareceres jurídicos, é de natureza imperativa e que se sobrepõe à restante legislação é de aplicação imediata e obrigatória. Nós procurámos por via jurídica ver outros entendimentos, não encontrámos. Procurámos dilatar no tempo a aplicação, mas de uma forma bem argumentada, nomeadamente precisámos de tempo para estudar todas as consequências que o aumento do horário de trabalho teria na organização dos turnos, das jornadas, dos vários serviços, e depois de fazermos esse estudo com os dirigentes das várias áreas operacionais, com os dirigentes dos Recursos Humanos e depois de consultar outra jurisprudência, vi-me obrigado a determinar a aplicação das quarenta horas no dia vinte e cinco de novembro para entrar em vigor no dia vinte e cinco de novembro.

Entretanto, ao sermos citados pelos tribunais, por via da entrada de Providências Cautelares interpostas pelos sindicatos, de imediato entendi suspender o despacho. Entretanto, para nós é certo que já tínhamos

até no anterior Mandato, a anterior Presidente também celebrou um ACEEP [Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública] com os sindicatos em junho, e temos estado, até então, à espera, depois de termos feito o depósito junto da tutela, temos estado à espera da homologação e da publicação em Diário da República. Tal não veio a acontecer, aliás, há cerca de duas semanas voltámos a escrever para a tutela sobre esta matéria a perguntar o que havia a dizer sobre este ACEEP, por que é que ele não era publicado. Até hoje não temos resposta.

Entretanto, após a deliberação do Tribunal Constitucional, que refere claramente que por via de Acordo Coletivo podem as entidades acordar outros horários, entendemos voltar a celebrar novo Acordo e a assinar novo Acordo e novo ACEEP - que não foi na quinta-feira, foi ontem; foi precisamente ontem. Voltámos a celebrar novo ACEEP e no próprio dia enviámos de novo para a tutela. Portanto, nós consideramos que o Acordo que temos garante não só o não aumento do horário de trabalho, como garante um outro, regulamenta vários horários no Município que servem bem os munícipes e respeitam também a vida e a dignidade dos trabalhadores. Vamos aguardar se haverá desta feita ou se teremos que aguardar ainda pela publicação da Lei do Trabalho, que eu não sei para quando é que será e estará prevista, mas para já enquanto não formos citados pelo tribunal no sentido de, por via da Providência Cautelar, ter sido eventualmente rejeitada ou não, nós manteremos a suspensão até termos outras indicações. Se o ACEEP for homologado e publicado, obviamente estamos salvaguardados.

Até lá eu creio que não tenho margem para poder revogar. Posso sempre revogar o despacho, agora o problema é que a Câmara, os seus eleitos, e os trabalhadores, caso a jurisprudência venha depois a confirmar-se noutro sentido, seremos todos obrigados a repor, quiçá, dinheiro e horas de trabalho. Fica esta explicação."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE**:

"Só para responder aos Membros da Assembleia da Bancada da CDU e congratular-me pelo voto do [PS]. A questão é a seguinte caros Membros da CDU: é que dava-se um sinal também deste órgão autárquico, da solidariedade para com os trabalhadores da Autarquia e é isso que nós entendemos ao apresentar esta Moção. Nós não estamos desatentos, nós sabemos que o Executivo já tinha apresentado uma Moção de repúdio por esta aplicação da Lei, mas achávamos que era de bom tom também este órgão autárquico mostrar-se solidário com os trabalhadores municipais."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem. Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira [do BE], antes de devolver a palavra às bancadas eu ia perguntar-lhe o seguinte: eu acho que o tema está claro para todos e é evidente que é um tema que reúne um amplo consenso nesta Câmara. Agora, talvez aja aqui algumas questões de formulação que pudessem ser revistas. O que eu coloco à sua consideração é se eventualmente quer, se o [BE] quer rever um pouco, atendendo até esta explicação que o Sr. Presidente da Câmara agora aqui deu; se quer rever um pouco os termos em que coloca a questão e eu creio que talvez pudessem vir a estar reunidas condições para o tema poder merecer a aprovação. Pergunto à Assembleia o que é que acha. Primeiro ao [BE] se estaria disponível para fazer alguns ajustamentos."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE**:

"Estamos disponíveis para fazer ajustamentos à Moção."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Depois à CDU se considera útil ou não. Bem, então se estão disponíveis eu penso que a primeira questão, enfim, é desde logo a questão colocada pelo [PS], pela Sra. Membro Ilda Fino, que tem toda a pertinência relativamente ao título e depois a questão colocada de certa maneira pela CDU que tem que ver com, quer dizer, o ato de recomendar ao Presidente da Câmara, neste caso, não tem sentido.

Portanto, eu acho que se nós conseguíssemos ter aqui uma Moção contra o aumento do horário de trabalho, contra o aumento do horário de trabalho, e depois transformar a parte final em que deixa de se recomendar ao Presidente da Câmara mas, enfim, se assume que a Assembleia Municipal de Palmela se assume solidária com os trabalhadores. Eu creio que talvez tivéssemos aqui condições para um texto aprovado. O que é que vos parece? O [BE] está de acordo e a CDU estaria de acordo com estas alterações? Pronto então se alguém quiser fazer o favor de as redigir, se calhar o PS para desempatar. Se alguém quiser fazer o favor. Então a [Sra. Membro Ilda Fino do PS] faz o favor de ir ali redigindo e nós votávamos com este sentido. Estão de acordo ou querem ver o texto primeiro e nós passamos à seguinte? Pronto, então o [PS] depois lê de qualquer maneira ali as alterações que fez, está bem? Muito bem."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e dois do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

Moção da CDU sobre o *"Orçamento de Estado para 2014"*

Tomou a palavra o **Sr. Valentim Pinto da CDU** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. José Manuel Silvério do PS**:

"Muito boa noite a todos. Sra. Presidente apresento-lhe os meus cumprimentos, bem como ao Sr. Secretário da Mesa da Assembleia. Apresento os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, aos Membros da Assembleia, aos técnicos presentes da Câmara, à Comunicação Social, momentaneamente creio que ausente, e um cumprimento especial ao público presente.

Antes de mais, Sra. Presidente, nós temos hoje três Moções à discussão nesta Assembleia e há pessoas que consideram que isto é uma chatice, as Moções porque atrasam as sessões. Mas no meu entender as Moções são o símbolo da vitalidade da Democracia e devem-se manter por muitos e bons anos para verem se, enfim, a Democracia prevalece, que está em risco na minha opinião. Mas estas Moções, no fundo, todas elas têm um problema que falam sobre matérias relacionadas com degradação económica, social, no caso do nosso país. Mas nós verificamos isto noutros países. E depois nunca se dá um nome às coisas, como se os Mercados, como se, enfim, todas aquelas pessoas que exploram os países e os povos, portanto, o que eu chamo dos Vampiros Económicos, não tivessem rosto, fossem uma coisa qualquer.

E eu vou dar apenas um pequeno exemplo no nosso país que demonstram bem o que são estes Vampiros Económicos que oprimem os povos e oprimem os países. No final do ano dois mil, e isto toda a gente entende isto, no final do ano de dois mil e doze, três idosas, duas com mais de setenta anos, uma com mais de oitenta anos, que recebem uma reforma mínima, que vivem em habitações sociais no Porto, que tinham as suas rendas em dia, porque se esqueceram de declarar essas reformas mínimas cada uma com a sua, tiveram ordem de imediata despejo. No mesmo ano de dois mil e doze, um cidadão português de sessenta e nove anos, chamado Ricardo Salgado, Presidente do Grupo BES [Grupo Banco Espírito Santo] esqueceu-se de declarar no IRS [Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares] vinte e seis milhões de euros. Eu repito, esqueceu-se de declarar no seu IRS vinte e seis milhões de euros. O que é que lhe aconteceu? Nada! Foi perdoado. Os trafulhas da nossa praça, não têm outro nome..."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Sr. Membro José Manuel Silvério, desculpe interromper. Sobre o Orçamento de Estado e a Moção em discussão por favor. Está bem? Sobre a Moção em discussão, que é sobre o Orçamento."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS**:

"Mas isto, isto é os Mercados. É os Mercados."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Mas eu pedia-lhe que se detivesse sobre a Moção neste momento. Está bem? Sobre outras coisas depois pode..."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS**:

"Sobre a Moção. É que os Mercados, é que os Mercados, é que os Mercados que originam que estas Moções apareçam é a forma, é a forma que eles têm de oprimir os povos que utilizam o dinheiro que tiram, porque levam os países, levam os países a ter Orçamentos de Estado como nós temos e vamos ter; que levam que esses países com o dinheiro dos povos desses países e com o dinheiro dessas pessoas depois façam, enfim, fazem agora... É que a Sra. Presidente fez-me aqui perder o raciocínio do que são de facto os Mercados.

Eu sei que não estamos habituados a dar nome, nomes áquilo que nós falamos, em Mercados, que falamos em Economias, que falamos nisto e naquilo, mas se os povos e se os países, e se os governos obrigam, obrigam a ter estes Orçamentos de Estado é todo este Mercado que nós vemos a nível mundial que leva a esta situação e é... O exemplo concreto que eu aqui apresentei é o exemplo do que mais, do que mais grave está a acontecer ao nosso país e a todos os outros países! A todos os outros países! É uns Vampiros sem rosto que obrigam, e que depois vemos no Orçamento de Estado.

Ó Sra. Presidente, eu vi ainda há dois dias a Ministra das Finanças sobre o Orçamento de Estado e o Estado dizer que nós tínhamos os credores todos a comprar Dívida Pública. Mas eles não são estúpidos! Então eles sabem que têm um Governo que explora o seu povo, que leva o seu povo à miséria apenas e simplesmente para lhes meter o dinheiro nos bolsos. Não vêm comprar a Dívida Pública?! O Orçamento de Estado é isto! Mas enfim nós preferimos não utilizar, não chamar aquilo que eu chamo, os nomes aos bois, vocês conhecem essa expressão, e estas coisas públicas são escondidas e, portanto, nós preferimos não falar nelas e vamos ver até onde é que este, este país vai parar.

Antes de mais, Sra. Presidente, antes de terminar permita-me o seguinte: eu pedia à Sra. Presidente que me permitisse ter dois ou três minutos no final das Moções e antes do Período da Ordem de Trabalhos, para poder colocar algumas questões também ao Sr. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Sim, sim, já lá vamos, já lá vamos. Mas agora estamos a discutir a Moção por isso é que eu o interrompi. Desculpe. Nós já lá vamos e eu já voltarei a dar a palavra. Está bem? Vamos ser objetivos.

Está em discussão esta Moção, portanto, intervenções sobre esta Moção? Naturalmente, os considerandos sobre o Orçamento são pertinentes mas pedia-vos que se cingissem à Moção. Não há mais intervenções?"

O **Sr. Valentim Pinto da CDU**:

"Sra. Presidente, só queria aqui acrescentar algumas notas a este documento, no sentido de acentuar aquilo que é dito, o caráter da, digamos, do empobrecimento generalizado da nossa população e sublinhar que esta [designada] desvalorização salarial que veio em alternativa à designada desvalorização cambial, como não temos moeda própria, leva-nos a que apenas a Hungria e o Japão são os dois países, mas fora da zona Euro, e um deles na União Europeia, mas fora também da zona Euro, são apenas os dois países onde os

salários desceram mais nos últimos dois anos. Portugal está assim na reta, na reta, no topo dos países com maior descida salarial. Não vamos falar a taxa de desemprego, mas reduções salariais. Apesar dos cortes na Educação, na Saúde e na Segurança Social se terem acentuado dramaticamente, entre dois mil e doze e dois mil e treze, são os indicadores disponíveis, e apesar de tudo a Dívida Pública, isto é que é talvez o elemento que convinha sublinhar, em dois mil e um ser cerca de 53,8% do PIB [Produto Interno Bruto], abaixo dos tais 60% que os economistas consideram que é o número, digamos, razoável da Dívida Pública em relação ao PIB. Em dois mil e dez, com o Governo Sócrates chegou aos 94%, com os PEC's [Programas de Estabilidade e Crescimento], e em dois mil e doze com este Governo [PPD/PSD.CDS-PP] está em 124% da Dívida [?], ou seja, apesar da brutalidade dos cortes, apesar da brutalidade do empobrecimento da população, apesar da taxa de desemprego, apesar desta pauperização do povo português, a Dívida Pública no total do [PIB] está a aumentar, porque estamos numa espiral recessiva, como toda a gente sabe, e estes números são verdadeiramente assustadores e deveriam fazer-nos naturalmente pensar.

O Governo agora admite, e permita-me aqui só já agora dizer aqui uma palavra de saudação pela decisão hoje do Tribunal Constitucional em ter reprovado e chumbado os cortes com caráter retrospessivo, como diz em termos jurídicos, das suspensões da designada convergência de pensões e também uma palavra para a manifestação que neste momento decorre frente ao Palácio de Belém, organizada pela [CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional] porque ela está ligada diretamente a esta questão.

Uma pobreza no país com cerca de dois milhões de portugueses, mais de 20%. Dizer também para aqueles que querem atacar reiteradamente as prestações sociais, estigmatizando aqueles que são objeto nomeadamente do RCI, que se não tivéssemos essas prestações sociais teríamos 42,5% da população, cerca de quatro milhões de habitantes em pobreza, em situação de pobreza. Mas também dizer que esta austeridade tem uma marca de classe; de classe social, naturalmente. E o que nós vemos é que os indicadores dos coeficientes de Gini que marcam, que referem exatamente as taxas da relação no caso concreto do empobrecimento, o que refere é que a pobreza em Portugal, as diferenças sociais salariais se têm acentuado, entre dois mil e nove e dois mil e dez, a taxas de quase que, nalguns casos passaram mais de 8%. E que neste momento 20% dos mais ricos detêm, também aqui exponencialmente vai crescendo a percentagem dos ricos relativamente aos pobres. O Relatório do Banco Suíço diz mesmo que em Portugal oitocentos e setenta milionários têm oitenta mil milhões de euros, e que há aumento de 11,1% em relação a dois mil e dois. É do Banco Suíço UBS. Apenas a Grécia foi o único país onde o aumento das fortunas foi maior do que Portugal; foi 20%.

Uma nota final relativamente a uma questão muito recente e que foi agora a chamada descida do IRC [Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas] que mereceu o acordo do [PS]. Uma Lei que tinha na sua configuração do Governo objetivos mais ambiciosos de favorecimento do grande capital e de acordo com aquilo que era o objetivo das Confederações Patronais e que o [PS], digamos, suavizou, que é uma expressão que fica muito cara ao [PS], suavizou, amenizou, adocicou, diria eu mesmo, e tornou, portanto, menos escandaloso, mas não deixa de ser escandaloso. E então, o [PS] apareceu como o paladino digamos da, de uma grande vitória; ter conseguido que o IRC passasse de [25%] para 23% e com este, com esta, digamos, com esta, apresentando este triunfo de que 17% do IRC se aplica até às empresas até quinze mil euros. Pois é, mas o problema não é esse. [?] uns que terceiro escalão para as empresas que têm, da chamada rama do Estado, acima de trinta e cinco milhões de euros. Pois, mas a questão é essa, é que os dividendos pagos pelas empresas participadas continuam, continuam a ser objeto do IRC. Eu repito, é que os dividendos das empresas participadas continuam isentos do IRC, desde que [o] acionista tenha mais do que 5% por cento do capital, já agora acrescentar. E dizer também que o IVA [Imposto Sobre o Valor Acrescentado] e o IRS, que eram impostos que o [PS] como um partido que se arvora de Esquerda deveria ter em conta, deveriam ter descido, obviamente simultaneamente com a descida do IRC. Mas aqui o PS fez claramente um favor ao Governo no sentido de, da sua própria, da sua própria, da sua própria natureza de classe, como Partido da Social Democrata e que de facto o que permitiu foi o abaixamento generalizado dos impostos do IRC. E não deixa de ser duma, dum cinismo político completo que num momento em que o Governo admite aumentar o IVA, em que não há um único sinal da descida do IRS, seja exatamente o imposto sobre as grandes empresas, e entre os quinze mil euros e os trinta e cinco milhões de euros, entre os quinze mil euros, dos 17%, e os trinta e cinco milhões de euros, onde se aplica o terceiro escalão, significa uma redução de 2% do IRC. Ou seja, são sobretudo as grandes empresas as beneficiadas desta

redução de impostos. É esta a questão e o [PS] de facto [?] um sinal claro de alinhamento com o [PPD/PSD.CDS-PP] e com as Confederações Patronais.

Só mesmo para terminar, dizer que a justificação que isto trás mais emprego e mais investimento é falso, porque as próprias empresas e os estudos têm, sobre esta matéria o que têm dito é que sobretudo, é sobretudo o fator da descida, da descida da procura interna que mais tem afetado as empresas, a falta de financiamento bancário, as questões da Justiça, etc. E..."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Sr. Presidente da Junta, vou ter que interrompê-lo."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU**:

"Não é seguramente o fator mais importante. Portanto, o Governo e aqui com a muleta do [PS], mais uma vez pôs-se ao lado do grande capital e deixou, mais uma vez, esquecidos os trabalhadores. Muito obrigado."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Efetivamente pensava não ter que intervir sobre esta Moção, mas como os discursos passaram para além da Moção e caiem num vazio ideológico de adjetivações meramente que servem para tudo e para todos os momentos fazer nesta casa tudo menos aquilo que é mais importante, que é procurar consensos, mas dividir para ter as bandeiras à frente. Parecíamos que estávamos na Manifestação da [CGTP-IN] e não na Assembleia Municipal de Palmela.

A verdade é que o Sr. Deputado que tem como verdades as suas, os seus vícios e os seus pareceres, a verdade é que fartou-se de dizer coisas que não são corretas, nem são totalmente aquilo que está na Lei nem no acordo que o PS fez em relação ao IRC. E, portanto, não estamos aqui... Não lhe vou dar exemplos, tenho aqui sete, tenho aqui o acordo todo, tenho aqui o acordo todo e, portanto, não vou entrar em diálogo consigo nem estou a discutir o IRC. Não estou a discutir o IRC e tenho pena que uma discussão sobre o Orçamento de Estado tenha sido levada para outros caminhos e tenho sido deixado, quando o nosso Deputado Municipal estava a falar foi chamado à atenção, e bem, que estava a desviar-se da Moção. O Senhor desviou-se da Moção totalmente e falou o que quis e, portanto, e quando quis e como quis, e disse o que quis. A sua verdade não é a verdade única! A sua verdade é a sua verdade, tem direito a ela mas não se afirme como verdade única e não ponha adjetivações em cima de coisas que sem serem discutidas seriamente. [Está] bem?

Porque a verdade é esta: o Senhor representa aqui um conjunto de pessoas e de eleitorado que votou em si, mas nós representamos também aqui um eleitorado que votou em nós e representamos no país um eleitorado maior que o Senhor representa. E não é por aqui que nós temos as verdades, nós temos opções. E as nossas opções podem ser questionadas, não são é questionadas da forma que o Senhor faz aqui sistematicamente em todas as reuniões. E tenho pena que não traga à discussão nada de mais do que um conjunto de adjetivos e de frases feitas que servem para tudo e para qualquer momento afirmar a sua opção ideológica. Fique com ela, nós ficamos com a nossa. Nós temos a razão, temos uma razão que é a nossa razão. O Senhor tem a sua razão."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo [, Sr. Valentim Pinto da CDU], peço desculpa, estamos a ouvir o PS."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"Agradeço que efetivamente possamos discutir aquilo que estávamos a discutir que é o Orçamento de Estado, que é um mau Orçamento para as questões já aqui foram ditas e para as questões que estão na Moção. Não venha para aqui dividir para tentar reinar porque é aquilo que costuma fazer."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e dois do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

Moção da CDU *"Contra a privatização da gestão dos resíduos urbanos"*

Tomou a palavra a **Sra. Cristina Moura da CDU** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"Para dizer que vamos votar favoravelmente esta Moção. Claramente somos contra a privatização deste setor da gestão de resíduos, assim como da água, assim como outros setores de base da Economia que têm sido de uma forma, por vezes, pouco explicada privatizados. Não somos contra as privatizações em si. Somos contra as privatizações destes setores base. E portanto, por isso, vamos votar a favor, com uma ressalva que gostaria que o Município considerasse a hipótese de esta questão, da educação ambiental, se tornasse ainda mais prioritária em parceria com as escolas, fosse uma questão não de anos, de modas, mas fosse uma questão de constante, fosse uma preocupação constante e efetivamente, porque hoje sabemos que as crianças levam para as famílias estes bons hábitos de reciclagem, de produção de resíduos, etc., etc. E, portanto, pensamos que é por aí que temos que ir, é por aí que temos que trabalhar e acho que aí estamos todos de acordo. É preciso mudar o paradigma da gestão dos resíduos mas esse paradigma não passa pela privatização. Passa por dar melhores condições às autarquias, aos municípios, para puderem fazer um melhor trabalho. E aí estamos plenamente de acordo."

A **Sr. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Vou ser muito breve, porque efetivamente, não é que eu seja contra a apresentação de Moções, porque a Assembleia é a casa da Democracia, o que acho é que se repetem em temas que os Partidos debatem na Assembleia da República e os Munícipes que vêm assistir à Assembleia Municipal, não assistem efetivamente à discussão da ordem de trabalhos.

No entanto, não deixaremos de dar a nossa posição sobre a Moção em causa.

O nosso voto será contra, até porque estamos extremamente preocupados, porque o próprio Município tem uma grande dívida à AMARSUL [- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.], não é?

E portanto há claras evidências de que os Municípios, muitas vezes, não conseguem com certeza cumprir com as suas obrigações, tendo a Câmara Municipal de Palmela celebrado um acordo de pagamento relativamente à dívida vencida em trinta e um do doze de dois mil e onze, que na altura se cifrava em 1.331.304,29 € (um milhão, trezentos e trinta e um mil, trezentos e quatro euros e vinte e nove cêntimos), pagamento esse que foi acordado até dois mil e dezasseis. Isto não entrando em conta com o ano de dois mil e doze, que o Sr. Presidente depois nos consegue esclarecer qual é a dívida relativa a dois mil e doze.

Efetivamente os resíduos têm que ser tratados e o princípio do poluidor/pagador é razoável, mas também ainda não conhecemos concretamente a proposta que vai ser apresentada e para além disso, relembrar

aqui, que algumas das medidas do Governo foram impostas pela Troika e que vários foram os Partidos que subscreveram Memorando. E é só."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e dois do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

Voto de Pesar da CDU *"pela morte de Nelson Mandela"*

Tomou a palavra a **Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU** para apresentar o Voto de Pesar, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre o Voto de Pesar foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Sra. Presidente, era para referir que a nossa Bancada votará favoravelmente este voto de pesar pela morte de Nelson Mandela. Que agradecemos de facto à CDU o ter feito, este voto de pesar, que subscrevemos integralmente, porque Nelson Mandela foi acima de tudo um Democrata. Foi um Democrata que resistiu, que quando ganhou não instaurou no seu país, exemplo, infelizmente, daquilo que verificámos em muitas nações africanas, uma ditadura. Ele instituiu uma Democracia e respeitou todas, sendo ele originário da Tribo Xhosa, respeitou todas as outras tribos que viviam na África do Sul, fossem Africânderes ou Zulus. Todos tiveram lugar naquela nação. E de facto é bom votar uma situação destas. É reconhecer aquilo que foi a vida de um Democrata.

Evidente que houve luta política em relação a Nelson Mandela. É evidente que houve ditaduras a condenarem o Apartheid e que hoje até continuam ditaduras, mas não é isso que está em causa. O que está em causa é que morreu um Democrata e congratulo-me pela CDU ter feito este voto de pesar."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"Muito rápido Sra. Presidente. Muito obrigado. Para realçar e enaltecer a figura de Nelson Mandela. Eu acho que ele é transversal a todos e a todas os Democratas e os amantes da Liberdade e o seu exemplo de tolerância profunda que manifestou e pedindo para que todos se integrassem na nova sociedade multirracional da África do Sul. Acho que é um exemplo que tem que ficar nos Anais da História. Tem que servir para nós passarmos às gerações que vêm atrás de nós, que deve perdurar para sempre na memória de todos. Este homem teve anos atrás de anos na cadeia, sofreu o que sofreu, que a história diz e que nós conhecemos. Foi um homem que no dia que libertou, que foi, que teve direito à liberdade, perdoou. Deu um exemplo magnânimo daquilo que deve ser um grande Democrata. A Democracia mais do que palavras, são atos e Nelson Mandela nisso é o exemplo maior nos últimos tempos dessa Democracia, do que é ser um Democrata. E, portanto, acho que foi o mundo, a civilização moderna, os Democratas, as Democracias que perderem e o continente africano que perdeu e a África do Sul que perdeu uma grande referência. E nós esperamos, sinceramente, que essa perca não resulta em percas maiores para o povo da África do Sul e para o povo da África Austral. E, portanto, estamos também claramente favoráveis a este voto de pesar.

Permitindo só uma achega. Poderíamos ter feito um voto de pesar comum, como foi feito no Executivo camarário e poderíamos ter falado todos e apresentar um texto comum, como foi feito no Executivo camarário porque estes momentos e figuras como Nelson Mandela foram esse exemplo que trouxeram e deram à vida. Mas, apesar disso votaremos a favor. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Antes de passar à votação, gostava só de dizer que ainda bem que a Assembleia Municipal de Palmela se une em torno deste tema e que todas as Bancadas têm esta posição. Provavelmente da História de Nelson Mandela também teriam feito parte momentos diferentes se as nações em boa, em boa hora tivessem tomado posições diferentes. E aqui de facto Portugal não se orgulha da posição que tomou, nomeadamente, quando da votação na Organização das Nações Unidas [ONU] sobre a libertação de Nelson Mandela. Portugal não se deve orgulhar da posição que tomou. Portanto, julgo que é importante ver hoje aqui a Bancada do [PPD/PSD.CDS-PP] assumir esta posição em conjunto com os demais eleitos."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Já agora em defesa da honra da Bancada, sempre diremos que, infelizmente, também na descolonização em Portugal não se viram os melhores exemplos da parte das Forças de Esquerda."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Não percebo do que é que está a falar. Relativamente ao tema, não percebo do que é que está a falar. Não, mas se quiser, se quiser explicar pode ser que todos nós percebamos. Não é uma questão de não ter que ver é de facto... Eu estou a referir-me a uma coisa que toda a gente conhece. Foi dito pela Comunicação Social todos os dias que foi, Portugal na altura em que foi votada nas Nações Unidas a proposta de uma posição a favor da libertação de Nelson Mandela, Portugal votou contra. Não é? Isso é conhecido. Isso é conhecido. A posição eu, a discussão está, se o Sr. Vereador quiser fazer chegar alguma posição, talvez depois no período em que dermos a palavra ao Sr. Presidente da Câmara e aos Senhores e, se ele entender dar aos Senhores Vereadores, vamos retomar esse assunto. Mas, de facto, ao que parece é que o representante de Portugal na altura, hoje Presidente da República, votou contra. Portanto, o voto de Portugal foi contra."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Já agora podem ler no Jornal Sol, portanto, escrito por uma pessoa independente, que nessa ocasião Portugal votou a favor uma resolução da ONU pela eliminação do Apartheid que pedia a libertação imediata e incondicional de Nelson Mandela e todos os outros presos políticos. Apenas votou contra um outro documento, e é bom que seja reposta a verdade, que incitava à violência para derrubar o Regime Sul-africano. E talvez por isso, eu tenha feito a comparação com a descolonização."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Pois, era uma discussão que tinha um objetivo. E o objetivo era a libertação de Nelson Mandela. Essa é que foi a questão de fundo e foi com essa marca que Portugal ficou. Mas repito é importante que a Assembleia Municipal de hoje tenha esta posição de unanimidade sobre o tema."

O **Sr. Bruno Grazina do PS**:

"Sras. e Srs. Deputados, eu efetivamente lamento que se esteja a perder tempo com discussões que são inócuas e que não têm nada de prático no que tocante à segunda parte desta Moção e que não tem nada de prático para os cidadãos e tendo uma Ordem de Trabalhos com dez pontos eu pedia, eu fazia um apelo ao bom senso da Assembleia para que possamos continuar com a reunião nas melhores condições. Muito obrigado."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Somente para referir que votarei favoravelmente esta Moção, tal como já votei outras, quer o Democrata se chame Nelson Mandela, quer se chame [?], quer se chame Václav Havel."

A **Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU**:

"Sra. Presidente, queria apenas dizer que estamos numa casa da Democracia e assim sendo acreditamos que neste momento específico face à circunstância do momento, que teremos efetivamente de falar e de expressar as nossas opiniões, pese embora diferentes, penso eu, sobre a morte de um grande líder e de um grande histórico que foi Nelson Mandela. E é precisamente sobre isto. Não vale a pena entrarmos aqui em grandes conversas sobre o facto de ser inócuo ou não, é a perspetiva de cada um. Apenas quisemos demonstrar, a Bancada da CDU, que estando nós numa sala da Democracia, que era correto da nossa parte, de todos nós em conjunto, porque penso que a opinião genericamente é transversal, demonstrar o nosso grande obrigado a Nelson Mandela. Muito obrigada."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU** apresentou declaração de voto:

"A Bancada da CDU congratula-se de facto como foi já dito em, por outras Bancadas, por termos aprovado por unanimidade esta Moção sobre Nelson Mandela. Mas esta minha intervenção de uma declaração de voto, hoje aqui aprovámos um voto de pesar por Mandela, no dia em que o Governo passa a idade da reforma para os sessenta e seis anos, no dia em que de facto em que nós devemos ver que em Belém se encontra um Presidente da República que em mil novecentos e setenta e um, e é bom nós referirmos isto, a Assembleia Geral das Nações Unidas condenou o Apartheid e em mil novecentos e oitenta e sete, de duas votações semelhantes nas Nações Unidas são também aprovadas. E é aprovado com cento e vinte e nove votos favoráveis e só teve três votos contra. E desses três votos contra, não foi o José Carlos se ele me quiser ouvir, mas esses três votos contra teve os Estados Unidos da América com o Sr. Reagan. Os Estados Unidos da Américo teve seu aliado o Reino Unido, da Sra. Thatcher. E Portugal também teve este aliado, o Primeiro-ministro na altura, hoje Presidente da República, que também votou contra. Nós não podemos deixar passar isto em claro e não podemos branquear esta questão, porque nós pensamos que foi extremamente importante aprovarmos por unanimidade esta Moção, mas branquear aquilo que não é de branquear não podemos deixar de não pôr assim aqui."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP** apresentou declaração de voto:

"O [PPD/PSD.CDS-PP], a Coligação Palmela Mais, votou favoravelmente [este voto de pesar] como votaria sempre em relação a pessoas que defenderam a Democracia; como nunca votaria em relação a ditadores ou pessoas que defenderam ditaduras. Esta é a nossa diferença. É certo que Portugal, condenando a luta armada que levou os povos africanos à miséria e à fome entre a África do Sul e o Mediterrâneo, em muitas dessas nações, Portugal condenando a luta armada votou ao lado dos seus aliados e Democratas. Há quem, embora votando favoravelmente a Moção, muitas Democracias, mas quem se identifique talvez mais com o voto contra de Democracias como a Coreia do Norte, a China, Cuba e todos os países que na altura ainda do antigo bloco soviético votaram de maneira diferente."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Vou ter muita dificuldade, penso que vamos ter muita dificuldade, é capaz de ser melhor redigir a sua declaração, não acha? Pronto, muito bem.

Então vamos passar ao ponto seguinte. Pergunto ao [BE] se refletiu sobre a minha proposta, mas têm a palavra, claro se... Querem apresentar a vossa... Pronto, o [BE] apresentou uma proposta que vai ser distribuída assim sendo, que vai ser distribuída. Eu estava a guardá-la exatamente porque parecia-me que era um tema que não perdia atualidade e, portanto, podia ficar para a reunião seguinte.

O [BE] foi de facto o primeiro grupo, aliás, teve a gentileza de me fazer chegar ainda antes da sessão e, portanto, eu não posso de deixar de colocar aqui se o grupo insiste no debate aqui hoje. [Está] bem."

Proposta do BE sobre a *"Criação do Gabinete de Apoio ao Idoso"*

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Ramos do BE** para apresentar a proposta, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a proposta foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Eu penso que o Sr. Presidente da Câmara quererá, mas eu se calhar sugeria-lhe, uma proposta desta natureza não tem que ser votada na Assembleia. Portanto, pode ser uma recomendação, aliás julgo que nesta altura talvez o mais adequado, a figura mais adequada seria a *'recomendação'* por parte do [BE]. Ela não tem que ser votada, de qualquer modo pergunto aos Srs. Membros da Assembleia."

A **Sra. Ilda Fino do PS**:

"Queria só clarificar uma questão. Relativamente a esta questão da eventual criação, concordo como sendo uma *'recomendação'*, até porque, neste momento, já temos a estrutura flexível aprovada em sede de reunião de Câmara e creio que o atual mapa, só para clarificar, temos a Divisão de Intervenção Social que aí, se calhar, poderia estar inserido. Portanto, não sei se nesta altura é oportuno ou não a criação de um gabinete quando já foi aprovada a estrutura flexível. No entanto, talvez fosse uma *'recomendação'*, mas não faz muito sentido, se calhar neste momento, embora o teor concorde plenamente do teor em termos da importância que tem e a atualidade."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Sra. Presidente, boa noite a todos. É evidente que esta proposta quanto a nós não tem qualquer tipo de questão de somais, que a exclua digamos assim, exceto que, eu pessoalmente e creio que poderia falar pelos meus colegas, sempre que nós isolamos um segmento da população, ou neste caso um nicho da população, estamos de certa maneira a fazer uma, alguma discriminação positiva. Mas isso é uma questão minha muito pessoal e que não vem sequer ao âmbito neste momento da proposta.

Eu chamo apenas a atenção, há aqui um parágrafo que sinceramente me preocupa porque diz o seguinte, e como as páginas não estão numeradas, portanto eu vou ter que dar aqui a volta. Portanto, na segunda página, no quarto parágrafo diz o seguinte: *"Rodeados por uma comunicação social que anda a par com o sistema económico, impregnando no pensamento que a velhice não tem lugar no mundo, não é difícil iniciarmos um processo profundo de rejeição aos idosos."* Sinceramente, acho que isto é grave porque primeiro estamos a dizer que a própria Comunicação Social faz um processo de rejeição dos idosos. Em segundo lugar, pelo menos o nosso concelho que é isso que estamos aqui a tratar, eu nunca vi qualquer jornal, ou qualquer rádio, ou qualquer entidade da Comunicação Social fazer qualquer tipo de exclusão aos idosos. Aliás, muito pelo contrário. Obrigado."

O **Sr. António Mestre da CDU**:

"Bom, era só quase no seguimento das duas intervenções que me antecederam, concordar que efetivamente esta proposta, que não podendo ser proposta sequer para votar, ou *'recomendação'*, no meu entender peca, e já disse isto hoje duas vezes, portanto, lamento fazê-lo, de alguma desatenção. Primeiro lugar, àquilo que tem sido a política municipal na área social e na intervenção com os parceiros nesta área em particular, com iniciativas criadas e reconhecidas, com a criação de gabinetes interdepartamentais para analisar em particular as estruturas da terceira idade, os seus problemas, com gabinetes de intervenção social, departamentos e divisões, preocupados em fazer uma visão integradora e não uma visão segmentada duma faixa da população.

Portanto, parece-nos a nós que tendo uma estrutura que já foi apresentada, que já foi discutida pelos órgãos municipais, que mais uma vez se entra no valor social da pessoa, seja ela de que qualidade for, o seu trabalho, o seu prognóstico de trabalho, com os seus próximos quatro anos, a criação de mais uma estrutura, em primeiro lugar, contraria tudo aquilo de que falamos de redução de custos, segundo lugar, eu acho que não vem efetivamente acrescentar mais nada àquilo que está a ser feito.

Qualquer um de nós pegando, quer no relatório que nos é apresentado agora da Atividade do Trimestre, podemos ver o que é que é desenvolvido. Falando com qualquer uma das nossas IPSS's [Instituições Privadas de Solidariedade Social] do nosso concelho, sabem o trabalho integrador, as Comissões Sociais de Freguesia sabem o trabalho que é feito nesta área, o CLASP [Conselho Local de Ação Social Palmela] faz um trabalho meritório e reconhecido, independentemente das posições políticas por todos neste concelho em prol dos idosos. Temos IPSS's apoiadas. Temos trabalho consolidado. Temos trabalho reconhecido e, no meu entender, e já que falámos aqui de discriminações, sejam elas positivas ou negativas, confesso que a mim choca-me sempre a primeira parte do tema, que é a discriminação. Eu acho que segmentar e não integrar não é fazer discriminação positiva, é simplesmente discriminar."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Eu só gostaria de fazer uma sugestão ao [BE] nesta sua proposta de recomendação, é que na *"composição"* estivessem todas as corporações de bombeiros voluntários do concelho. Está aqui apenas *"Bombeiros Voluntários de Palmela"*. Portanto, Águas de Moura e Pinhal Novo porque temos três corporações."

A **Sra. Tânia Ramos do BE**:

"Eu entendo que o tema dos Gabinetes de Apoio ao Idoso seja um tema que os mais, que talvez que não tenham conhecimento achem, achem que estamos a discriminar, mas o que eu gostava que nós tentássemos perceber é que estamos simplesmente a tentar ajudar uma população que não tem voz, uma população que não tem acesso à informação e que muitas das vezes não sabe como se deslocar na sociedade. Era só isso que nós propúnhamos. Propúnhamos a criação de um Gabinete Multidisciplinar. Eu não digo que não existam já estruturas. Aquilo que nós estamos a dizer é que era importante haver uma estrutura que fosse uma estrutura plural, não constituída simplesmente pelos membros da [CMP] mas constituída por outras entidades que tivesse alguma periodicidade, que houvesse uma forma de chegar, que houvesse uma forma de as famílias e dos próprios idosos de chegarem e de exporem os seus assuntos de uma forma mais explícita. Não simplesmente porque existe conhecimento, mas que houvesse uma forma mais explícita de um gabinete de apoio para estas necessidades, tendo em conta que eu disse que do ano que a APAV, do ano de dois mil e dez para o ano de dois mil e doze, houve um aumento de 76%, um aumento de 76% dos casos de violência, quer dizer que muitas coisas se têm passado na casa dos nossos idosos e que até então não tínhamos conhecimento e hoje já temos conhecimento. Era só isso que eu queria dizer. Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Eu vou propor de qualquer maneira ao Sr. Presidente da Câmara que possa talvez ajudar a esclarecer um bocadinho este tema e talvez o [BE] possa, com a informação do Sr. Presidente da Câmara, querer rever algo na sua proposta."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Obrigado Sra. Presidente, por me permitir adendar aqui alguma informação. De facto, esta é uma matéria muito pertinente, interessante. Esta temática do apoio à pessoa idosa no concelho tem vindo a merecer uma reflexão e intervenção permanente, aliás, constitui o eixo mais antigo de intervenção do [CLASP]. Nós temos precisamente estudado aprofundadamente as questões que se colocam à população idosa nas matérias todas que aí abordou. Consideramos, nós e todos os elementos que integram a rede, e são bastantes e a generalidade deles têm respostas, quer os que têm respostas para idosos institucionalizados e não institucionalizados, que não é pela via do gabinete que lá vamos ou que conseguiremos dar uma maior resposta a estes idosos.

Aliás, falando de gabinetes e de respostas no âmbito da rede social, dizer-lhe que foi criado um grupo interinstitucional para as questões de envelhecimento que tem desenvolvido um trabalho notável e que dá resposta a todas essas áreas que aqui referiu. E, eu creio que é talvez, não sei, desconhecimento ou talvez também os nossos instrumentos de divulgação não chegam a toda a gente, mas é preciso olhar para o território e perceber a rede social que está instalada e que, não obstante, continuar a haver necessidades nesta área tem respostas muito acima da média, comparativamente com outros concelhos no país. E há também um conjunto de outras dinâmicas com entidades como aqui referiu, com bombeiros, com GNR [Guarda Nacional Republicana], no caso da segurança, isto é feito permanentemente. Tivemos aqui nesta sala há semanas um Fórum Social onde estas temáticas foram abordadas.

E o concelho é reconhecido pelas próprias organizações oficiais - quer do concelho, quer extraconcelho -, como um concelho que tem respostas muito concretas e é de facto um concelho para todas as idades. Portanto, esta questão da discriminação, eu percebo que é uma tentativa de discriminar positivamente. Eu creio que o gabinete pode ser mais o quê? Não é, eu nem estou preocupado que seja mais uma estrutura, porque para mim para questões dessa natureza não são custos, mas não passa, se calhar, de uma questão publicitária ou panfletária ter um gabinete, porque as respostas já existem. Não vale a pena criar mais uma estrutura. As próprias instituições hão-de pensar que a [CMP] quer concorrer com elas nesta matéria e nós ocorremos conjuntamente, trabalhamos conjuntamente. As instituições têm gabinetes para idosos institucionalizados, não institucionalizados. Fazem o trabalho em todas as áreas que a Sra. Membro da Assembleia aí referiu, e que em termos concetuais eu concordo inteiramente, tem um excelente texto sobre esta área. Mas é preciso conhecer aquilo que já acontece no concelho. Nós não queremos criar mais uma coisa, só para dizer na [CMP] que temos um gabinete para isto, ou um gabinete para aquilo. Nós queremos, sobretudo, que os protagonistas sejam as instituições, sejam elas IPSS's, grupos formais, grupos sociocaritativos, outras instituições, bombeiros, GNR, [CMP], empresas que também estão envolvidas nisto, as juntas de freguesia, as Comissões Sociais de Freguesia. É preciso perceber como a rede funciona para possivelmente concluirmos que a proposta tendo o mérito de chamar a atenção para esta realidade, pode ter o demérito de estar a criar uma coisa fictícia, virtual, que não vai acrescentar nada ao trabalho que já é efeito em rede.

Já agora só para perceber como há questões a acontecer todas as semanas. Há duas houve um encontro em Pinhal Novo sobre violência sobre idosos. Com testemunhos, com casos concretos, com debates sobre estratégias de intervenção. E, portanto, isto está sempre a acontecer. Criar um gabinete só para dizer que temos um gabinete, eu creio que interessa mais do que os gabinetes, políticas. E políticas que funcionem em rede, mobilizando todos os recursos que existem na comunidade para responder a estas questões que aqui suscitou. É o que posso dizer."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Srs. Membros da Assembleia, nomeadamente os Membros do [BE], querem ver votada esta proposta ou ficamos como uma, enfim, como uma recomendação do [BE] à [CMP], que atendendo a estas explicações..."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE**:

"Fica como recomendação à [CMP]."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"E aceitam que não seja votada?"

O **Sr. Carlos Oliveira do BE**:

"Sim."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Muito bem. Então ficamos assim. Então não havendo mais questões passamos àquele período que eu pedia que fosse, agora sim, tão breve quanto possível sobre outros assuntos, ainda, e a seguir passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a informação muito sumária sobre a atividade municipal e entramos na Ordem de Trabalhos. Vamos primeiro ver quem é que quer intervir. Vamos fazer de uma maneira diferente, que é, vamos tentar que não haja intervenção sobre intervenção, vamos tentar que quem tiver questões a colocar neste período, identifique."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS**:

"Eu pedi a palavra para colocar aqui algumas questões, isto é, a ver se me esclarece o Sr. Presidente da Câmara do seguinte: o que é que nos pode dizer, o Sr. Presidente, sobre o que se passa e quanto tempo mais vai ficar encerrada a passagem superior sobre a linha férrea sul do Poceirão, na [EM 533 - Estrada Municipal 533], portanto, à saída do Poceirão no sentido das Lagameças. A ponte sobre a linha férrea está encerrada. Parece ter havido ali naquele local um aluimento de terras, responsabilidade da [CMP] – se tiver errado, expliquem-me ou esclareçam-me – junto ao acesso da respetiva ponte e que levou ao encerramento desta já há alguns dias. A questão é o que está a ser feito quanto à abertura daquela ponte. Sr. Presidente, nunca fez tanta falta um aeroporto no Poceirão, como está a fazer agora, porque a mobilidade no Poceirão qualquer dia só pode ser feita por via aérea. Do lado norte, a passagem nivelada está sempre fechada. Do lado sul, a poente ficou agora encerrada. As camionetas escolares que transportam os alunos para o Pinhal Novo e Palmela, daquelas localidades, qualquer dia têm de recolher os alunos na véspera para estes chegarem à escola no dia seguinte. Isto num concelho que preconiza a vanguarda na mobilidade, convirá que é capaz de não ser muito bom.

Há umas semanas atrás, esta é outra questão, Sr. Presidente, há umas semanas atrás quando um comboio efetuava manobras junto à localidade do Poceirão, um vagão transportava uma cisterna de amoníaco, descarrilou. A única informação objetiva que as populações locais tiveram depois daquele susto, foi lerem que o CDOS de Setúbal [Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal] que ocorreu ao acidente e que criou um perímetro de segurança - procedimento atendendo ao produto tóxico que estava em causa -, disse que não houve feridos e que não haveria naquela situação perigo para a população. Sobre esta questão gostaria de dizer o seguinte: dezenas de comboios de mercadorias circulam inclusivamente ao fim de semana pelo nosso concelho, em particular junto à localidade do Poceirão, onde as manobras destes vagões são permanentes e onde os automobilistas, coitados, desesperam parados a verem. Também sabemos que o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário [SNTSF] têm alertado constantemente para os perigos de segurança nas linhas em geral no país com o transporte de mercadorias perigosas.

Nesse sentido, Sr. Presidente da Câmara, pensa pedir à [CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.], dado ao acidente que ocorreu no Poceirão, para informar a [CMP] das vistorias que estão a ser feitas, ou se calhar não, e se são feitas em todos os turnos da semana e aos fins de semana, como pertence e como estipula a Lei Nacional de Transportes Mercadorias? E a [CP Carga] se tem informado a Autarquia, como é sua obrigação, dado ter as oficinas no Poceirão, se por exemplo, a unidade de tração de mercadorias e logísticas da CP Carga tem verificado o material circulante que anda nas linhas do nosso concelho? Esperamos que não tenha que acontecer um grave acidente para ficarmos todos alerta. O que vemos no Poceirão são comboios de passageiros a cruzar com composições em manobras, com mais de trezentos metros de comprimento, que desesperam os automobilistas ali parados a ver passar, carregadas de cimento, de pedra, de carvão, de produtos químicos perigosos que não sabemos quais são e também, deixem-me dizer que, aqui há lógica do interesse económico e que se está a sobrepor ao interesse das vidas daquelas populações e por esse país fora como tem avisado o [SNTSF].

Também gostaria de procurar, ao Sr. Presidente, sobre a vergonha do estado em que se encontra a escola, continua a Escola Secundária do Pinhal Novo em termos das obras. A maior escola do nosso concelho, e das maiores do país, em termos de números de alunos, e que o Sr. Presidente conhece melhor do que ninguém. O que está a ser exigido à [Parque Escolar, EPE]? É uma pergunta que lhe deixo para além da Moção que já foi apresentada e com certeza estará a realizar outras [diligências]. Mas essencialmente o que vemos aqui é mais um ato predatório bem representado por este Governo [PPD/PSD.CDS-PP], o de tratar o ensino como uma mera prestação de serviços mercantis.

Quarta questão, Sr. Presidente. Com o seu conhecimento interno da Câmara e da informação que de certo terá do Gabinete de Apoio ao Empresário desta Autarquia, que informação possui a atividade económica empresarial do nosso concelho? Em dois mil e nove, Palmela tinha mais de mil e duzentas empresas sediadas no nosso concelho. Hoje, com a destruição da nossa economia e caminhando-se alegremente para acabar com o pequeno e médio tecido empresarial do país, aproximadamente saberá dizer o Sr. Presidente da Câmara, quantas serão as empresas que, neste momento, estarão a laborar no nosso concelho? Essa é a questão que aqui lhe deixo, porque vai falar no ponto número um da Ordem de Trabalhos e para não estar a intervir nessa matéria, porque é apenas uma informação.

Deixo-lhe também uma informação que é do conhecimento do Sr. Presidente com toda a certeza, e até também um conhecimento que poucos terão. E é a seguinte questão: por que é que continuamos a ver as potencialidades do Auditório Municipal do Pinhal Novo subaproveitadas? Muito poucas atividades e poucas presenças. Se compararmos com o Centro Cultural do Poceirão, que é um equipamento municipal substancialmente mais pequeno, verificamos que o número de ações e presenças é significativamente mais pequeno. Basta verificar o Relatório de Atividades que o Sr. Presidente irá apresentar ainda hoje. Vou dar-vos só estes exemplos, podem lá confirmar: no Auditório do Pinhal Novo houve durante o período que está no Caderno que vos foi apresentado de Atividade, vinte e uma ações, e mil quatrocentos e dezoito presenças nessas ações! No mesmo período, o Centro Cultural do Poceirão - minúsculo comparado com aquele Auditório do Pinhal Novo – teve cento e quinze ações e mil quinhentos e setenta e nove presenças! E isto não é uma situação pontual. Tem sido quase sempre assim ao longo dos anos. O que pensa o Sr. Presidente disto – conhecedor e sabedor daquela situação, sabendo que este Auditório está inserido na localidade de maior cariz urbano do concelho? O que é que nos pode dizer para mudar esta situação? Muito obrigada, Sra. Presidente."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Vou ser muito breve. Estão a ser realizadas obras na Estrada Nacional 379, em Cabanas. Refere o placard que a duração será, ao que me recordo de quatro a seis meses. Queria saber se o Sr. Presidente tinha mais pormenores sobre essas obras.

Relativamente à Quinta do Anjo, na Rua Dr. António Matos Fortuna, finalmente ao fim de seis anos ou sete está a ser reposta a calçada do lado direito. Eu só queria questionar quem é que está a pagar essa calçada, se é a [CMP], se é o urbanizador, porque foi uma questão que se levantou ainda estava eu no Executivo da Quinta do Anjo há oito anos. E, portanto, é mais uma, é só uma questão de curiosidade.

Relativamente à rotunda em Palmela que vai ser feita, se já está previsto o início da obra, embora eu tenha visto aqui alguma informação.

E chamar a atenção, sobretudo nesta altura porque tem havido queixas de alguns moradores da limpeza das folhas, uma vez que em determinadas urbanizações foram colocadas árvores de folhagem caduca e então é um grande problema no inverno.

Informar que iremos apresentar um requerimento através da Mesa, posteriormente que enviaremos por [endereço eletrónico] à Sra. Presidente, para solicitar ao Sr. Presidente da Câmara, quando nos pudesse informar a situação pontual de cada AUGI [Área Urbana de Génese Ilegal] através de um relatório, uma vez que foi aprovada a nova Lei 79/2013 que dá como prazos que as AUGIS devem dispor de Comissão de Administração validamente constituída até trinta e um de dezembro de dois mil e catorze, e título de reconversão até trinta de junho de dois mil e quinze, e que a Lei 91/95 irá ser revista até trinta e um de dezembro de dois mil e catorze. Por isso, gostávamos de ter essa informação, se bem que iremos colocar esse requerimento depois por escrito. E é só."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS**:

"Só uma questão muito prévia. Penso que já vos cumprimentei a todos, ao público também, aos técnicos da Câmara. [CM 1029 - Caminho Municipal 1029] e as obras. Penso que a fiscalização da obra é da [CMP] e, portanto, dá-me ideia que há ali uma falha na sinalização. Ou seja, quem vem do Pinhal Novo não tem ideia que aquela estrada está em obras. E, portanto, devia de haver alguma sinalização pelo menos no cruzamento da Lagoinha a informar. Quem vem da Autoeuropa, exatamente a mesma coisa. Não tem nenhuma informação sobre se a estrada está em obras. Pior, digo eu, se vem do Pinhal Novo e quer ir para a Autoeuropa e quer ir para a Quinta do Conde tem que entrar na Quinta do Anjo, fazer a Quinta do Anjo toda e depois passar por cima da autoestrada outra vez. Por quê? Porque a Pelicano [- Hotels & Resorts, Lda.] tem as cancelas fechadas. E, portanto, nesta altura seria de bom-tom, para se poupar ali três ou quatro quilómetros que é fazer aquele percurso todo à volta, se pudesse fazer o circuito por dentro da Pelicano de uma forma livre e sem se estar com a necessidade de se estar a dizer onde é que se vai e dar o número de uma casa aventada. Portanto, era só esta nota que gostava de deixar, no sentido de melhorar a informação que a obra deverá ter. Muito obrigado."

Terminadas as intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** deu início ao Período da Ordem do Dia.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Eu vou sugerir ao Sr. Presidente que articule estas questões com a informação e, portanto, estamos automaticamente no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, por favor."

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Então relativamente a estas questões colocadas pelos Srs. Membros da Assembleia, José Manuel Silvério [do PS].

Estrada 533-1 no acesso de Lagameças a Poceirão.

Teve de ser efetivamente cortada pelo seguinte: o Senhor como residente na zona deve ter-se apercebido que na junção do talude do viaduto com a Estrada Municipal vinham a acontecer alguns abatimentos. Nós

assim que nos apercebemos dessa situação, já há vários meses, temos vindo a alertar a [Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE] para aquelas patologias e depois de várias insistências e de se ter concluído que elas estavam a agravar - e das nossas insistências, a REFER veio a declinar responsabilidade nessas patologias existentes naquela «obra de arte», agarrando-se a uma legislação complexa que diz que a responsabilidade deles foi fazer os viadutos e que depois eles ficam integrados no património das entidades que têm a jurisdição sobre as estradas. Neste caso é uma estrada municipal ficaria na posse da Autarquia. Nós temos também algumas dúvidas do ponto de vista jurídico, mas enquanto vamos esgrimindo essas dúvidas, considerámos que o perigo iminente que existe de derrocada ou de um acidente grave, entendemos fazer peritagens e de imediato passar à elaboração de um projeto de intervenção por uma empresa da especialidade.

Depois pensou-se interditar apenas a [veículos] pesados, mas com a aproximação do período de chuvas, e assim que começou alguma pluviosidade a patologia agravou-se. Entendemos então, por uma questão de segurança e porque somos responsáveis, depois de pesados todos os fatores, interditar a circulação naquele local e temos estado junto da REFER a tentar corresponsabilizá-los na resolução do problema. Como deve reconhecer a relação com a REFER nestas e noutras matérias nem sempre é fácil.

O que nós conseguimos fazer em tempo recorde foi mobilizar recursos financeiros na rubrica da Conservação Permanente para podermos preparar de imediato uma empreitada que pode situar-se nos 58.000 € (cinquenta e oito mil euros), às custas da [CMP]. E agora até fomos surpreendidos com outra coisa. É que a REFER, ainda por cima, não quer pagar, mas quer mandar no projeto e no tipo de empreitada. Se calhar ainda vai para os [80.000 € (oitenta mil euros)]! E, temos estado a fazer todas as diligências e faremos ajuste direto. É o mais célere, para do ponto de vista procedimental e concursal podermos intervir no início de janeiro naquele viaduto. E tentaremos antecipar o mais possível essa intervenção sendo que, já agora fica a saber, não podemos iniciar a intervenção sem a autorização da REFER, por causa do corredor, por causa dos comboios, por causa do acompanhamento, enfim. É esta a situação, fomos forçados a interromper a estrada, mas pensamos que vale mais a pena prevenir do que depois tentar remediar outras situações.

Sobre as questões que colocou, sobre a <u>circulação de matérias perigosas no canal ferroviário</u>.

Ora bem, essas matérias estão devidamente legisladas, regulamentadas, têm entidades fiscalizadoras, não compete aos municípios fazê-lo. Nós quando temos queixas, suspeitas de alguma entidade - por exemplo, nunca nenhum sindicato se nos dirigiu alertando para situações dessa natureza ou mesmo quem trabalha na área ou nas imediações -, procuramos obviamente conhecer, interpelar, neste caso seja a CP Carga, seja outra entidade qualquer, para tentar perceber qual o grau de perigosidade e de que maneira é que podemos intervir para alertar para as questões de segurança que têm que ser respeitadas. Portanto, sobre isso não vou especular, dir-lhe-ia apenas que no âmbito da Proteção Civil, articulados com orientação do CDOS, estamos sempre disponíveis e na primeira hora para tomar as medidas de segurança que tivermos que tomar.

Sobre a <u>Escola Secundária de Pinhal Novo</u>.

Não nos ficámos pela Moção. Já pedimos audiências por escrito ao Sr. Ministro, ao Secretário de Estado – se ele não nos quiser receber, mande um Secretário de Estado – e à Parque Escolar. E até à data não temos resposta de nenhum pedido de audiência.

<u>Atividade económica, dados</u>.

Como deve compreender não os tenho aqui comigo, mas há também [sítios de *internet*], indicadores, quer do INE [Instituto Nacional de Estatística, I.P.], que têm esses indicadores. Aliás, se consultar o nosso [sítio de *internet*] e se lá estiver o Plano de Ação para a Energia Sustentável do Concelho de Palmela, penso que temos lá o levantamento das empresas, do... Possivelmente não está em linha (*online*, em inglês) agora porque iremos fazer uma outra discussão pública desse plano, mas creio que existem entidades que têm estes dados disponíveis. Eu procurarei reuni-los, não os tenho aqui comigo, e partilhá-los com V. Exa.

Sobre as questões de <u>juízo de valor, Auditório Municipal de Pinhal Novo</u>, etc.

Ele está bem aproveitado e a prova é que, independentemente do número de presenças, basta dizer que primeiramente ele está sempre ao serviço da comunidade e que hoje são mais as requisições de utilização

por parte de associações e entidades do nosso concelho no Auditório, e são eles que acabam por preencher grande parte da programação, do que propriamente a programação de iniciativa da [CMP].

E eu congratulo-me com o facto do Centro Cultural do Poceirão ter toda esta adesão e congratulo-me em dois aspetos. Primeiro, é que para além dos utilizadores permanentes, neste número contamos também com associações residentes que lá estão. Coisa que não acontece no Auditório do Pinhal Novo. E já agora dizer-lhe que estes números contam também com a minha participação que não sendo residente do Poceirão, vou ao Poceirão com o meu filho, nomeadamente, ver espetáculos de teatro, ou com a minha família ver espetáculos musicais de grande qualidade. Portanto, ainda bem que é, para não se dizer que a oferta cultural qualificada está apenas nalguns centros urbanos no nosso concelho. O que lhe posso dizer é que o Auditório Municipal de Pinhal Novo está sempre ao dispor. E já agora dizer que também no domingo, no domingo, teremos cinema para crianças às dez da manhã e às dezasseis e eu também já estou requisitado para ir lá ao Auditório Municipal de Pinhal Novo.

Sobre as questões colocadas pela Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto [do PPD/PSD.CDS-PP].

A obra na Nacional de Cabanas.

Eu não tenho presente o tempo de duração. Nós não controlamos a execução da obra, na medida em que quem licencia a obra é a própria [EP - Estradas de Portugal, S.A.]. É uma obra da [EP]. Obviamente, acompanhamos porque se trata de inclusivamente de intervir também nas infraestruturas que atravessam aquela via e que são da nossa responsabilidade. Nós estimamos que elas decorram dentro do prazo previsto. Da nossa parte, e daquilo que nos diz respeito, não tem havido atrasos nas questões que nos competem realizar para que a obra decorra com normalidade.

Sobre a calçada da Avenida Dr. Matos Fortuna.

Efetivamente demorou, mas foi finalmente regularizado. Mas foi regularizado como deveria ser regularizado, às custas do promotor. Foi difícil; foi uma contenda difícil, com muitas sentidos prováveis de posse administrativa do local, com problemas ao nível da receção daquela via, mas depois dessa contenda finalmente o promotor concluiu, até com todos os pareceres jurídicos que tínhamos sobre a matéria que, efetivamente lhes competia repor os pavimentos, porque não tinham sido executados nem nas boas condições e aquela parte que tinha sido danificada por outros motivos não estava rececionada pela [CMP]. Portanto, não gastámos um cêntimo do erário público. Eles cumpriram a sua responsabilidade.

Sobre a rotunda do EP.

Pois bem, cá estamos nós às voltas com estas questões da Administração Central. Isto às vezes pode parecer – *'é sempre desculpa com a Administração Central'*, mas efetivamente é. Sabe que o EP já mudou de diretor três vezes aqui na zona e que nós depois temos tudo articulado com o anterior Diretor de Estradas de Setúbal, que entretanto isso desapareceu, foi tudo centralizado numa estrutura regional única. O Eng. António Valente, em fevereiro, porque depois preparámos o concurso em abril, o concurso não, a aprovação do projeto, ainda hoje não conseguimos meter o concurso na plataforma porque falta a assinatura do protocolo com a EP e que temos estado todas as semanas a trocar [mensagens eletrónicas], que esta semana o meu Chefe de Gabinete falou com o diretor que nos propôs uma reunião neste período. Dissemos que estávamos disponíveis para esta semana e agora desmarcaram e dizem que só no início de janeiro! Para assinarmos um protocolo, para fazermos, para podermos intervir na estrada! Portanto, há questões que só quem lida com o processo diariamente - isto está tudo documentado no processo; algum dia que queiram percebê-lo, está lá toda a documentação. Portanto, nós queremos começar a obra quanto antes. Da nossa parte está tudo pronto para introduzir na [Plataforma Eletrónica de Contratação Pública BizGov] e passados dias começarmos a receber as propostas dos concorrentes.

Sobre a questão das folhas.

Nós estamos de facto num período complicado. Quanto à plantação de árvores de folhas caducas ou não, ainda bem que há diversidade e, sobretudo, também temos espécies autóctones que têm folha caduca e que não vamos substituí-las por outra. De facto, houve um período de temperaturas muito baixas, de gelo e geada, que depois com o vento e pluviosidade a seguir, estamos precisamente no período em que as árvores estão a «despir» e portanto, temos dificuldade em, até porque não temos todas as varredouras

mecânicas já reparadas em intervir em simultâneo em todas as freguesias do concelho, enfim, estamos a tentar fazer o melhor possível com os meios disponíveis.

Sobre as AUGIS.

Fornecerei obviamente a informação que desejar. Aproveitar só para recordar aqui, que mesmo ontem aprovámos na [CMP] um conjunto de medidas, de incentivos, e de alterações à Tabela de Taxas e também ao [RUEMP - Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Palmela] tendo em vista incentivar e acelerar os processos de conversão que têm obras de infraestruturas já em curso e chegámos inclusivamente à figura do licenciamento condicionado que ficou finalmente regulamentado.

E por último dizer-lhe que essa prorrogação da Lei das AUGIS, que andava toda a gente esquecida, surge por via de um projeto-lei do PCP [Partido Comunista Português] e depois de um contato precisamente do Município de Palmela sobre esta matéria.

Oportunamente far-lhe-ei chegar a relação das AUGIS que têm comissão de administração, as que estão previstas no PDM [Plano Diretor Municipal] e daquelas que vão desaparecer porque consideramos que algumas não se justificam manter até porque não criaram a comissão de administração até uma determinada data.

Quanto à questão suscitada pelo Sr. Membro da Assembleia, José Carlos Sousa [do PS].

Eu concordo com a sua sugestão de melhoria da informação, mas dir-lhe-ia que não é falha da sinalização do Plano de Segurança de Obra porque essa está legislada, tem técnicos de Plano de Segurança e Saúde e é na área e na proximidade da obra. Quanto à melhoria de informação, eu creio que é pertinente porque, enfim, o nosso concelho e as nossas estradas são atravessadas por muita gente que não é daqui e que não tendo a informação obviamente tem que fazer uma voltinha muito maior.

Sra. Presidente, se estivesse de acordo, eu seguia já para a apresentação do primeiro ponto."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Mas Sr. Presidente, mas vamos tentar que seja três ou quatro minutos porque já temos um quarto de hora."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Vou tentar, mas eu jugo que era importante ler esta introdução, até porque temos aqui público e precisamente porque às vezes somos confrontados com propostas que revelam desconhecimento da nossa atividade eu creio que é importante partilhar com todos, Membros da Assembleia e os Srs. Munícipes, esta informação.

É que neste espaço de tempo do relatório, entre [um de agosto e trinta de novembro], eu tenho que destacar no âmbito da Proteção Civil, a conclusão de vinte e um Planos de Segurança das Escolas do Ensino Básico que já foram entregues às Direções dos Agrupamentos Escolares para aprovação e implementação. E a execução destes planos elaborados no quadro da cooperação com escolas envolverá ações de formação que constituirão a primeira experiência da Academia de Proteção Civil que, aliás, anunciei a algumas semanas.

No domínio da Educação verificou-se um intenso trabalho interno de preparação do ano letivo no que se refere à Ação Social Escolar, organização da rede de transportes, alimentação escolar, auxílios económicos diretos na rede e parque escolar e na ação socioeducativa e pedagógica. A rede de transportes escolares abrange este ano, dois mil, quinhentos e trinta e três alunos prevendo-se um encargo de 977.000 € (novecentos e setenta e sete mil euros), sendo a comparticipação do Orçamento Geral do Estado [OGE] de cerca de 120.000 € (cento e vinte mil euros), apenas para os alunos do terceiro ciclo.

Nos refeitórios escolares prevê-se que sejam fornecidas quatrocentas e quarenta mil refeições, uma despesa de cerca de 1.000.000 € (um milhão de euros) dos quais 560.000 € (quinhentos e sessenta mil euros) são suportados pela [CMP].

Em outubro tivemos a tradicional Receção à Comunidade Educativa sob o tema Arrábida a sua candidatura a Património da Humanidade, com vários momentos de convívio, formação, troca de experiências.

Em outubro com o Mês do Idoso, com um programa de atividades que reuniu largas centenas de idosos, com particular destaque para os utentes de IPSS's, lares do concelho, que contou com momentos de convívio, o tradicional "Chá Dançante", ações de esclarecimento direcionadas a este grupo da população, nomeadamente, sobre Saúde e Segurança.

No domínio da Ação Social, sublinhe-se o reforço da relação com as entidades que intervêm no apoio a setores mais fragilizados, em risco ou com necessidades especiais no concelho, acompanhando o seu trabalho nos planos técnico, logístico e financeiro. O apoio às instituições de solidariedade social, refiro: Banco Alimentar, Cáritas, Centro Comunitário de S. Pedro, entre outros, a APPACDM [Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental] e as parcerias designadamente com a SEIES [Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, C.R.L.] para a prevenção e combate à violência doméstica que merecem aqui uma referência. Eu permita-me citar estes aspetos com pormenor, mas é que depois estas coisas não vêm no Orçamento e é preciso dizê-las.

No âmbito da Dinamização e Recuperação do Centro Histórico iniciou-se a empreitada de construção do Espaço Cidadão.

Na área do Ambiente destaque para a realização em Palmela [da oficina de trabalho (*workshop*, em inglês)] internacional "Pacto de Autarcas: desafios e oportunidades" e do Seminário "Estratégicas para a sustentabilidade energética e ambiental dos territórios".

Neste período foi também adjudicada, e hoje já teve início, nesta última semana, da ciclovia envolvente a Pinhal Novo. Certamente um estímulo à utilização da bicicleta, meio de transporte que a Autarquia tem promovido.

Também destacar aqui as atividades no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade.

No plano Cultural, um grande dinamismo dos nossos agentes associativos e artísticos. Mas destacar aqui centenas de milhares de visitantes nas nossas festividades – Festa das Vindimas, Festa de Todos os Santos-, Festival Internacional de Música de Palmela, Semana da Dança, Primeira Edição do Festival Bandas Rock Bardoada [- O Grupo do Sarrafo]/AJCOI [Associação Juvenil COI (Centro Ocupação Infantil)], em Pinhal Novo. Mais uma vez os equipamentos municipais foram o espaço privilegiado para o acolhimento de iniciativas culturais das mais variedades expressões artísticas, totalizando mais de duas centenas de atividades a que assistiram doze mil pessoas.

Neste período foi ainda aprovada a constituição e o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Palmela (CMJ Palmela).

No setor de Transportes e Comunicações. Iniciou-se a beneficiação da estrada que liga o Caminho 1029 à Circular Norte Autoeuropa. Centenas de ações de reparação e melhoria da rede viária realizados por administração direta.

Promoção Turística e Dinamização da Economia Local. Destaca-se neste período "Palmela - Experiências com Sabor", a Campanha "Palmela Conquista", o Dia Europeu do Enoturismo, o Dia Mundial do Turismo, que foram assinalados com promoção de produtos locais, em particular em cooperação com a [ARVPS - Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal].

Neste período, preparámos a Campanha "Faça as suas compras no comércio local". Não o editámos em papel mas fizemos um guia de compras em formato digital e temos divulgado através das redes sociais, para além de alguns cartazes (*outdoors*, em inglês).

No âmbito do trabalho de Participação e Ação Local, celebrámos um protocolo com o Comité Português da UNICEF [Fundo das Nações Unidas para a Infância (*United Nations Children's Fund*, em inglês)] com o objetivo de desenvolver em conjunto o Programa "Agir pelos direitos - Eu Participo!".

A trinta de novembro, assinalámos pela segunda vez o Dia Mundial das ["Cidades para a Vida - Cidades contra a Pena de Morte"], junto ao Largo do Pelourinho, onde saiu uma declaração pública em defesa da vida, contra a pena de morte.

Este relatório incide num período em que decorreram eleições autárquicas, com alteração da composição dos órgãos do Poder Local no concelho, havendo a destacar que o conjunto dos trabalhadores e dirigentes da organização responderam de forma empenhada e com grande profissionalismo a inevitáveis alterações nesta fase de transição."

Pelas vinte e três horas e quarenta e oito minutos terminou a participação nos trabalhos o **Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro**.

PONTO DOIS – Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017.

Após lhe ter sido concedida palavra pela **Sra. Presidente da Mesa**, informou o **Sr. Presidente da Câmara:**

"Esta proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano [GOP] é apresentada num contexto do novo ciclo autárquico, quer no plano financeiro, que no plano legislativo. Vamos conhecer novas regras e condicionalismos determinantes para as escolhas e linhas de ação do programa de trabalho e da gestão municipal.

Assumindo a proposta a continuidade e consolidação de um projeto autárquico, abrem-se no entanto novas frentes de trabalho. Define-se como prioridade absoluta a dinamização da Economia, ponto de partida para o desenvolvimento local, e a criação de emprego, e a aposta na solidariedade social e no trabalho em parceria. Trata-se de acrescentar valor neste novo ciclo e não propriamente de alterar significativamente premissas políticas que nos caraterizam nos últimos anos.

Às novas leis de Atribuições e Competências e das Finanças Locais vem juntar-se, no plano interno, a obrigatoriedade de alteração à estrutura orgânica, que exigirá um tempo de adaptação e adequação da organização, assim como o redobrado esforço de gestão de recursos materiais e humanos num tempo em que aumentam as necessidades de intervenção.

Neste quadro, dois mil e catorze será um ano de transição em que após esforços significativos para a redução da despesa se caminhará no sentido da consolidação e equilíbrio orçamental num contexto de rigor, transparência e prudência nas contas públicas. O crescimento far-se-á em função dos progressos financeiros obtidos. Alguns sinais no sentido de retomar o estímulo à Economia e desenvolvimento acabaram por ser dados esta semana, na sequência da aprovação de regulamentos e taxas, e mexidas na Tabela de Taxas e Preços Municipais, obviamente ainda virá a este órgão após também discussão pública. Estes benefícios e bonificações abrangem setores específicos da população e da Economia Local e no que diz respeito a tarifas e preços mantemos um quadro de valores abaixo dos praticados na [AML].

As [GOP] com financiamento assegurado rondam os [18.200.000 € (dezoito milhões e duzentos mil euros)], sendo de destacar a salvaguarda das ações e investimentos da responsabilidade da Autarquia e que são essenciais para o quotidiano dos munícipes. Assumem assim particular relevo os investimentos nas áreas da Educação, cito são [2.900.000 € (dois milhões e novecentos mil euros)], o Saneamento [2.000.000 € (dois milhões de euros)], Resíduos Sólidos [1.600.000 € (um milhão e seiscentos mil euros)] e Transporte e Comunicações [1.100.000 € (um milhão e cem mil euros)].

Do conjunto de obras em curso, cuja concretização ocorrerá em dois mil e catorze, e das que entretanto se iniciarão contam-se as seguintes empreitadas:

- Espaço Cidadão, já iniciado;
- Beneficiação da Estrada do Caminho Municipal/Circular Norte da Autoeuropa, já iniciado
- E sucessão da rotunda, em vias de lançamento de concurso;
- Novo acesso à estação da REFER em Venda do Alcaide, para o primeiro semestre;
- Execução de caminho paralelo à linha em Fernando Pó, também uma obra que terá que estar pronta até final do primeiro semestre;

— Construção da ciclovia envolvente poente a Pinhal Novo, que já teve início;
— Reabilitação da cobertura do Auditório Municipal de Pinhal Novo;
— Reabilitação do Centro Cultural do Poceirão, também em duas fases; uma fase já teve início;

Na Educação, e para além do peso significativo dos transportes escolares e alimentação, há um reforço de verbas para a reabilitação de edifícios, que lhes conferirá mais conforto e qualidade. De igual modo se reforçam os montantes para obras em equipamentos coletivos essenciais ao seu funcionamento e utilização plenos.

Um investimento forte na eficiência energética permitirá também novas e significativas poupanças, sendo que este investimento não está visível no Orçamento explicitado, mas será visível nas poupanças porque grande parte destes investimentos vão ser feitos através dos chamados Projeto ESCO [*Energy Service Company* (ESCO) ou *Energy Savings Company* (ESCo)] em que há empresas que fornecem a tecnologia e depois as contas será feito por um acerto em função das poupanças conseguidas na fatura energética.

É também de assinalar um maior peso no Orçamento no Planeamento, no Ordenamento do Território – há de facto verbas significativas para a conclusão de dois planos que estimamos ter em discussão pública no início do próximo ano, nomeadamente, no primeiro trimestre, o mais tardar primeiro semestre, nomeadamente, Bacelos e Cabanas. É também, depois de referir que outros investimentos estão a ser avaliados, havendo a convicção que será possível, após a próxima revisão, programar e concretizar mais obras.

O presente Orçamento inclui o financiamento necessário para a qualificação dos serviços públicos essenciais prestados pela Autarquia, com particular relevo para a melhoria e conservação das redes de abastecimento de água e saneamento, recolha e tratamento de resíduos, e ainda, para o reforço de equipamentos, reparação de maquinaria e a execução de pequenas obras por administração direta.

Esta é de facto uma proposta contida, realista, que se centrará no essencial da Governação Autárquica, mesmo assim ainda com um conjunto de investimentos significativos em profunda ligação com as pessoas e instituições, contando com o apoio, e empenho, e ação decisivos dos trabalhadores da [CMP], dos parceiros económicos e sociais e da população do Concelho de Palmela. Este Orçamento em termos de números é de facto o mais baixo dos últimos treze anos, mas consideramos que é o mais rigoroso, realista e prudente [?] de contenção, afigura-se pela estratégia definida que tem margem para progressão, e crescer, e realizar ainda muito investimento.

Apresenta um valor global de [37.675.000 € (trinta e sete milhões, seiscentos e setenta e cinco mil euros)], o que representa uma diminuição de 15,1% relativamente ao Orçamento inicial de dois mil e treze e de 20% face ao Orçamento em vigor.

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza [17.100.000 € (dezassete milhões e cem mil euros)], valor idêntico ao do ano dois mil e treze, e continua a ser o capítulo com maior peso no total da Receita (45,4%). O [IMI], calculado com base nas taxas já aprovadas, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado, - nomeadamente, o FEF [Fundo de Equilíbrio Financeiro], Fundo Social Municipal [FSM] e a participação variável no IRS -, totalizam [7.300.000 € (sete milhões e trezentos mil euros)]. Comparativamente a dois mil e treze apresentam uma diminuição de 2,8%, e representam apenas 19,4% do total das Receitas orçamentadas.

Os capítulos de Impostos Indiretos, de Taxas, Multas e outras penalidades, tem um valor de [3.300.000€ (três milhões e trezentos mil euros)]. Representam 8,8% do total das Receitas. O capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de [8.500.000 € (oito milhões e quinhentos mil euros)], representa [22,7%] do total das Receitas.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

— [GOP], com financiamento assegurado: [15.900.000 € (quinze milhões e novecentos mil euros)] (42,1%);
— Pessoal [18.500.000 € (dezoito milhões e quinhentos mil euros)] (49,1%);
— Despesas não imputadas às GOP: [3.300.000 € (três milhões e trezentos mil euros)] (8,8%).

As despesas com Pessoal aumentam 0,6% relativamente ao Orçamento inicial de dois mil e treze, resultado do pagamento do subsídio de Natal a todos os trabalhadores e do aumento da comparticipação do Município para a caixa Gerald e Aposentações [CGA] – que é necessário relembrar que, por exemplo, em dois mil e dez, pagava-se 13% para a [CGA] e que em dois mil e catorze vamos pagar 23,75% para a [CGA]. Ainda assim, comparado com o Orçamento em vigor, as despesas com Pessoal acabam por diminuir 3,5%.

As despesas não imputadas às GOP sofrem um decréscimo de 15,4%, face aos documentos previsionais iniciais de dois mil e treze – até porque há um conjunto de investimentos que já foram feitos, deixou de haver QREN [Quadro de Referência Estratégico Nacional], portanto, é normal também esta redução.

Importante referir para se perceber a escorreiteza técnica e a saúde deste Orçamento. As Receitas Correntes financiam a totalidade das Despesas Correntes, obtendo-se ainda uma poupança de [3.900.000 € (três milhões e novecentos mil euros)], que financia Despesas de Capital, respeitando assim o princípio do equilíbrio orçamental da Lei n.º 2/2007, de quinze de janeiro. Nos termos da [Lei n.º] 73/2013, de três de setembro, a regra do equilíbrio orçamental é igualmente cumprida, existindo um diferencial positivo de [2.200.000 € (dois milhões e duzentos mil euros)].

As [GOP] que têm um valor de [18.200.000 € (dezoito milhões e duzentos mil euros)], [15.900.000 € (quinze milhões e novecentos mil euros)] têm financiamento assegurado. O seu valor diminui 17,7% comparado com o valor das GOP iniciais em dois mil e treze pelas razões que já referi.

Depois temos um conjunto de quadros que discriminam as dotações pelas rubricas mais significativas e o documento de Orçamento que obviamente para explicá-lo estou à disposição dos Srs. Membros da Assembleia."

Sobre o *"Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017"* foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. José Carlos Sousa do PS**:

"Três ou quatro notas. Este é um Orçamento que ao nível da Receita me parece claramente flacionado e se este Orçamento é o menor que foi feito nos últimos treze anos, de certeza Sr. Presidente que a Prestação de Contas que [estaremos] a trabalhar nela com certeza daqui a ano e meio mostrará que não é claramente o ano em que vamos ter menor Receita e que a Prestação de Contas não será tão baixa quanto aquilo que já outros anos muito próximos foi. Esta era a primeira nota.

A segunda era, o Senhor diz que *'a proposta é de contenção e realista'*. Concordo consigo, é de *'contenção'* efetivamente. *'Realista'*, eventualmente no seu prisma sê-lo-á, mas é claramente uma proposta que não serve nem o território, nem os munícipes. E por quê? Porque o Senhor tem tudo hipotecado, tudo. Porque não consegue fazer obra e dir-me-á como é habitual: *'Vamos fazer muito mais, com muito menos.'* Já ouvi e sinceramente também já lhe disse que não acredito.

Relativamente à Receita. Não temos aqui grandes dúvidas relativamente à Receita; penso que foi uma Receita que nós sempre durante alguns anos, eu pelo menos durante oito fui dizendo que a [CMP] não tinha capacidade para ter aqui uns Orçamentos muito acima dos 40.000.000 € (quarenta milhões de euros). Teve-o durante algum tempo, fruto dos empréstimos bancários que nas Receitas de Capital faziam crescer claramente tudo aquilo que era o Orçamento global.

Relativamente à Despesa. Enfim, 87,2% são para Despesas Correntes e sobram 12,8% de Investimento e a pergunta é: Como é que se consegue prestar serviço aos munícipes se só temos esta pequena fatia do Orçamento para o fazer? Dir-me-á: *'Não, mas há muitas outras coisas nas Despesas de Capital que também são para os munícipes e faremos muitas coisas [?] pessoal.'* É verdade, mas o investimento em si para este ano, ele é praticamente nulo e vou-lho dizer claramente: o Senhor apresenta oito obras aqui estabelecidas. Das oito obras que aqui apresenta, seis empurrou-a com a barriga, como eu costumo dizer, para este ano. É o Espaço Cidadão, é a beneficiação da estrada que liga o Caminho Municipal à 1029 é a execução da rotunda, é a execução, a construção da ciclovia, é reabilitação da cobertura do Auditório e do Centro Cultural do Poceirão. As únicas obras que estão aqui novas são duas obras; duas. Uma que vale 10.000 €

(dez mil euros), repito dez mil euros, e que é a execução do caminho paralelo à linha da CP em Fernando Pó e outra que vale 66.000 € (sessenta e seis mil euros) – deixe-me lá confirmar para eu não estar aqui... – 64.000 € (sessenta e quatro mil euros), que é o novo acesso à estação da REFER. Ou seja, o resto que é [1.500.000 € (um milhão e quinhentos mil euros)] vem: do Espaço Cidadão, [400.000 € (quatrocentos mil euros)]; do Caminho Municipal 1029, [348.000 € (trezentos e quarenta e oito mil euros)]; da rotunda, [300.000 € (trezentos mil euros)]; a cobertura do Auditório do Pinhal Novo não consigo perceber. Ou seja, aprovou-se aqui uma alteração ao Orçamento de dois mil e treze que previa cerca de 25.000 € (vinte e cinco mil euros) para esta alteração. O que se vê agora aqui em relação ao Auditório do Pinhal Novo é 6.000 € (seis mil euros) para este ano e [70.000 € (setenta mil euros)] para o próximo ano. Isso tem a ver com o quê? Tem a ver com finalmente irmos, por exemplo, ampliar o palco do Auditório Municipal do Pinhal Novo para se conseguir fazer lá outro tipo de espetáculo que não se consegue fazer neste momento? Ou vamos deixar aquilo única e exclusivamente como sala de cinema? Portanto, esta é uma dúvida em relação àquilo que já tinha sido aprovado.

Relativamente ao [Centro Cultural] do Poceirão, as questões dos 30.000 € (trinta mil euros), enfim, foi dito aqui na sessão de Câmara em agosto ou em setembro quando falámos disso, é claramente única e exclusivamente para por fora dar um outro aspeto ao Centro Cultural do Poceirão, que bem merece e há muito tempo. Em termos da infraestrutura em si, não é para mexer neste momento, nem são estes 30.000 € (trinta mil euros) obviamente que seguirão para isto.

Depois, não é significativo mas é sintomático. Sr. Presidente, acabou de dizer, e estou-me a referir ao Sr. Presidente porque foi na sequência da intervenção que fez, que, enfim, frequenta as atividades culturais do concelho, etc. Eu só consigo encontrar aqui 3.000 € (três mil euros) do Orçamento para programação dos equipamentos culturais; três mil euros! Mas depois consigo encontrar [16.800 € (dezasseis mil e oitocentos euros)] para o funcionamento. Colide claramente com aquilo que disse. Para um ano, 3.000 € (três mil euros)!

Em relação ao PU [Plano de Urbanização] do Pinhal Novo fiquei muito triste, e o Sr. Presidente da Junta do Pinhal Novo terá ficado também. Temos lá 1.000 € (mil euros) para o Plano de Urbanização do Pinhal Novo, que há tantos anos pensamos nele. Por outro lado, admitiu a [CMP] há pouco tempo técnicos para tratar do PDM. Daquilo que aqui vejo, os únicos Planos de Urbanização, do PDM não se fala, mas há cerca de 170.000 € (cento e setenta mil euros) para... Não se fala concretamente, ou seja, está lá verba, mas não é uma verba que dê para concluir o PDM ou para finalizar o PDM. Não me parece a mim, quer dizer, não sou eu que vou pagar, mas não me dá a ideia que se faça com aquele valor que lá está. Ainda por cima quando o Senhor acabou de dizer, e está na proposta, que vai avançar com Bacelos e com Cabanas.

Turismo. 11.900 € (onze mil e novecentos euros) para o Turismo, Vereador Calha. Isto é para a malta fazer uns *pins*, uns *pins* para pôr. Mas depois tem [1.500.000 € (um milhão e quinhentos mil euros)] para pagar de dívidas dos encargos dos anos anteriores. E tem 1.900.000 € (um milhão e novecentos mil euros) para pagar dos encargos que tem com a dívida bancária, conjuntamente com os encargos do ano anterior. E, portanto, percebem como é que não pode haver capital disponível para depois ao nível do Turismo, por exemplo, fazermos outras coisas.

O Orçamento é feito com uma brecha, chamaria assim, de [2.300.000 € (dois milhões e trezentos mil euros)] que é aquilo que o Sr. Presidente já pensou que vai receber a mais do IMI com certeza. E, portanto, há uma diferença entre o total do financiamento da obra, que são das obras, que são [18.100.000 € (dezoito milhões e cem mil euros)] e só está definido [15.800.000 € (quinze milhões e oitocentos mil euros)]. Portanto, [este desfasamento (*décalage*, em francês)] dos [2.300.000 € (dois milhões e trezentos mil euros)], enfim, na primeira juste que se faça, com certeza que ele poderá aí ser enquadrado.

O Orçamento da [CMP] é neste momento, é mais ou menos como uma família portuguesa um bocado endividada, ou seja, quando o dinheiro chega já está gasto. E, portanto, não há possibilidade de fazer outro tipo de situação que não seja esta contenção que o Senhor aqui quer fazer. E eu, sinceramente, admito que não tem outro tipo de saída se não fazer esta contenção. Agora criou, o Senhor e o Executivo de há oito anos a esta parte, uma bola grande de dívida que não lhe permite fazer outro tipo de obra. E, portanto, vamos fazer a ciclovia no Pinhal Novo. Aquilo que tínhamos todos pensado durante muitos anos é que faríamos uma ciclovia a sério; com anel, com percurso até ao Montijo, etc. Não! É que nem sequer vamos ter um percurso fechado dento do Pinhal Novo! E, portanto, estamos a fazer, estamos a fazer um pouco por

fazer, para cumprir. E dá-me ideia que esse não é claramente o objetivo e a função daqueles que são eleitos para a [CMP].

Para concluir, o seu maior desafio, no meu entender, não tem a ver com estimular a Economia. Eu acho que isso é uma questão que passa um bocadinho ao lado da [CMP] no seu âmago. Pontualmente sim, mas no seu âmago. Desafio que se afigura é dar ao Município melhores índices de produtividade da Autarquia, fazendo com que a [CMP] sirva efetivamente os munícipes que pagam os seus impostos. E enquanto isto não for possível ser feito dificilmente conseguiremos ter uma maior participação de todos na vida autárquica. Era só, muito obrigado."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Ora bem, o Vereador eleito pela Coligação Palmela Mais apresentou uma Declaração de Voto, na altura, na reunião de Câmara, que eu não vou aqui repetir, mas à qual aderimos relativamente a algumas observações sobre o Orçamento. Para que o público possa ficar ligeiramente esclarecido vou só destacar que no que diz respeito às transferências da Administração Central há um crescimento de 3,5% dessa Receita face a dois mil e treze. Em relação, por exemplo, ao IMI aguardamos a informação do Sr. Presidente para posteriormente podermos analisar a situação.

As despesas com Pessoal efetivamente aumentam, sobretudo, devido ao pagamento dos subsídios que inicialmente não estava previsto. Em rigor, as Despesas com Pessoal se comparado com o Orçamento em vigor diminuem [3,35%]. Não vou aqui falar muito em números, digamos que vou dizer que a diminuição dos custos com a aquisição de serviços deve-se, sobretudo, ao que falei já anteriormente, ao protelamento dos pagamentos à AMARSUL e à SIMARSUL para dois mil e quinze, dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete e que está contido aqui no Orçamento.

Em termos de obras, vemos, por exemplo, aqui uma beneficiação da estrada que liga o Caminho 1029, que já falámos dela. Vemos aqui o prolongamento da Rua Miguel Cândido, em Quinta do Anjo, mas que está para dois mil e quinze. Vemos uma pavimentação da Rua Abel Ferreira, no Poceirão, que está para dois mil e dezassete. A rotunda efetivamente está para agora. Em Venda do Alcaide, vemos aqui o novo acesso à estação, que esse sim está para este Orçamento. E pouco mais vemos. Em termos de pavimentação temos aqui depois 100.000 € (cem mil euros) para dois mil e quinze, em Pinhal Novo, no Aceiro das Sapatarias.

O Sr. Presidente dirá que não há dinheiro; é uma verdade, mas quando houve não se fez algumas coisas que se podia ter feito melhor. Têm-se que reconhecer isso. Também houve promessas. Eu corroboro com a opinião daquele munícipe porque também passo todos os dias e passamos montes deles, quer em Pinhal Novo, quer noutras freguesias, em muitos pavimentos que não estão em devidas condições e que as pessoas pagam os seus impostos. Então a Estrada da Coca-Cola, eu também passo lá todos os dias. Eu não sei se um dia não irei pedir uns amortecedores novos para o carro, porque eu tenho que lá passar e realmente aquilo tem lá uma placa há anos, *'Estrada perigosa'* ou *'Em obras'*. O Sr. Presidente não estava no cargo nos mandatos anteriores, portanto, não estou aqui a atribuir-lhe "a culpa". Agora que efetivamente houve obras que estiveram em Orçamentos Municipais e que também não foram cumpridas. Portanto, não é só o Poder Central que não cumpre promessas, aqui o Poder Municipal também não cumpre.

Relativamente à Promoção Turística, concordo aqui com o meu colega de Bancada do lado, o PS. Considero que o Vereador Calha aqui na promoção turística tem uma verba irrisória, e eu considero a promoção do Turismo de Palmela um objetivo essencial para dinamizarmos a Economia.

O nosso sentido de voto será o da abstenção porque pensamos que o Sr. Presidente irá ter a capacidade de melhorar este Orçamento quando tiver agora o reforço das verbas. E, portanto, é isso que esperamos de si."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Relativamente à intervenção do Sr. Membro da Assembleia, José Carlos Sousa [do PS], de facto o Sr. José Carlos Sousa gosta de futurologia. Mas eu também quero acreditar que vamos ter muitos mais milhões para introduzir no próximo Orçamento, ou logo na revisão, na revisão de abril. Porque se assim fosse, eu posso dizer-lhe que temos um conjunto de projetos já elaborados que permitem logo, em colocar um conjunto de

obras no nosso plano de ação. Por outro lado, por outro lado, não é verdade quando o Senhor diz que temos tudo hipotecado. Eu quero dizer-lhe, Sr. [Membro da Assembleia], é bom o Senhor olhar para o panorama, para a generalidade das autarquias portuguesas e depois o Senhor que gosta tanto do Anuário Financeiro há-de fazer o favor depois de comparar o posicionamento da [CMP] em dois mil e doze com o de dois mil e treze. E eu garanto-lhe que nós vamos chegar ao final deste ano e que estamos a fazer um esforço muito grande e que iremos, e que iremos, baixar substancialmente a dívida. Depois, eu não tenho problemas em ter dívidas, sabe por quê? O mundo está endividado. O Senhor conhece autarquias que façam todas as obras sem recorrer a empréstimos? Eu conheço muito poucas. O Senhor não faz obras recorrendo a empréstimos? Os governos não fazem obras recorrendo a empréstimos? O que nós devemos aqui avaliar é a capacidade de pagarmos esses empréstimos. E isso quero dizer-lhe que a Autarquia de Palmela tem capacidade para pagar esses empréstimos e que há-de ter ainda maior capacidade de endividamento por via do pagamento das dívidas que irá fazer no final deste ano.

Depois, quando o Senhor diz que não consegue fazer obra, é de facto um discurso bastante redutor, é que o Senhor só consegue ver obra em meia dúzia de obras que nós citámos. Mas há mais obra. Eu quero dizer ao Sr. [Membro da Assembleia], durante o mandato anterior fizemos três arruamentos sem estarem especificados no plano como tal, como empreitadas. Sabe por quê? Olhe, consulte a rubrica da Conservação Permanente. É que na rubrica da Conservação Permanente também se fazem empreitadas de obras, de repavimentação e de pavimentação. Portanto, é preciso cruzar depois o Orçamento com o Plano e com a Prestação de Contas que, aliás, é feita a esta Assembleia, em todas as sessões da Assembleia ordinárias onde... Por isso, é que eu acho que é importante ler a informação para se perceber o que é feito de dois em dois meses.

Depois, também tem um raciocínio muito redutor quando, e até lhe parece mal porque é assim um bocadinho liberal ou neoliberal, esta história de que só há trabalho para o munícipe se houver obra e se houver cabimentação em investimento. Sabe, é que as despesas de Pessoal, o pessoal também trabalha para os munícipes! As despesas de funcionamento, os equipamentos, estão ao serviço dos munícipes, percebe? E de facto, nós fazemos opções. Fazemos opções de ter equipamentos culturais em todas as freguesias; fazemos opções de ter bibliotecas em todas as freguesias; fazemos opções de ter bons equipamentos escolares em todas as freguesias e, portanto, naturalmente temos despesas de Pessoal e temos investimento na nossa população. Até investimentos em áreas que não são da nossa responsabilidade. Eu dou-lhe um exemplo que geralmente não se fala nisto. Sabe que temos um Julgado de Paz no concelho? O Senhor sabe quem é que paga as instalações, os custos de funcionamento do Julgado de Paz? É um investimento que fazemos na nossa população. Temos uma Loja do Cidadão no concelho. Nós não recebemos nada da [AMA - Agência de Modernização Administrativa, I.P.]! É um investimento que fazemos no nosso concelho. Portanto, não basta olhar para as rubricas e para os valores do Orçamento e não fazer o esforço de perceber uma leitura do conjunto de atividades e do conjunto de obras que estão implícitas.

Depois, o Senhor diz que só faremos oito obras. Vamos fazer mais! Estaremos cá para contar daqui a uns meses. Eu dir-lhe-ia que algumas obras até estão cabimentadas com uma verba muito reduzida. Sabe por quê? Porque há muitas formas de fazer essa obra. Eu posso fazer o Espaço Cave em Pinhal Novo para as bandas jovens ensaiarem praticamente sem recurso ao Orçamento Municipal. Basta-me arranjar um mecenas. Portanto, nós fazemos muito mais obra. Mais, quando o Senhor tenta reduzir, por exemplo, aquela ideia de que 3.000 € (três mil euros) para programas culturais, também não lê bem o Orçamento! É que o Senhor vai lá encontrar, por exemplo, quanto é que nós transferimos para festas locais? Entre subsídios, entre logística, custos de iluminação, etc.? 107.300 € (cento e sete mil e trezentos euros)! A [Artemrede - Teatros Associados], o Senhor sabe quantos espetáculos a Artemrede fez no concelho? O Senhor até assistiu a alguns! Como o Senhor sabe, nós temos o S. João com programação de altíssima qualidade e não precisamos de ter mais do que 3.000 € (três mil euros) no Orçamento. [Está] a ver como se faz? Como se trabalha? É assim. É que não é só a arte de multiplicar. É que o equipamento também custa dinheiro; também é um investimento. E depois temos as parcerias! Depois, temos as bilheteiras. Não é? E, enfim, eu podia-lhe citar... Temos protocolos, o Senhor não citou. Quer falar do trabalho cultural? Consulte os protocolos com o [DançArte - Companhia residente no Cineteatro S. João], com [a Cooperativa de Produção Artística, Teatro de Animação "O Bando", C.R.L.], com os Bardoada! Não, não é 60.000 € (sessenta mil euros)! Leia bem os números, faça contas, faça contas, [?] uma calculadora.

Portanto, continuando, o mesmo relativamente ao [Plano de Urbanização] de Pinhal Novo. Sabe é que as rubricas que lá estão, estão quando há *tranche* para pagar às equipas que fazem as várias especialidades. Mas o Plano de Urbanização do Pinhal Novo não está parado. Mas garanto-lhe que a minha prioridade, neste momento, é os dois planos, Cabanas e Bacelos, e o PDM. Porque se fecharmos o PDM os outros planos andam mais depressa. E só quem anda nas reuniões de concertação com a [CCDR LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo] e as outras entidades é que sabe os problemas que temos com a [REN - Reserva Ecológica Nacional], com as RAN Brutas [Reserva Agrícola Nacional Brutas], que só há poucos meses conseguimos fechar, e com outras matérias que depois de passarmos esses obstáculos rapidamente chegaremos à conclusão dos planos. E não nos faltará dinheiro para isso, nem que tenhamos que suspender outra coisa para terminar esses planos. Porque eles vão ter repercussões muito positivas no nosso território a partir do momento em que estejam aprovados nos termos das orientações estratégicas que temos para esses planos.

Depois, o Senhor fala aqui, *'Dívidas e Encargos'*. Mas eu quero dizer-lhe que precisamente porque temos um Orçamento realista, porque temos opções muito sérias, nós vamos reduzir Encargos Recorrentes da Dívida, vamos reduzir 32,2%. Passivos Financeiros vamos deduzir 46,7%. E eu espero que em abril possamos acertar algumas contas e o Senhor ficar com uma visão menos negra daquilo que são as finanças da Autarquia.

Relativamente à ciclovia, o Senhor pode de facto desdenhar. Eu sei que os Senhores uma vezes, houve uns mandatos que deram importância à obra, depois já não deram importância. Eu creio que ela tem importância para a população do Pinhal Novo e posso aqui dizer-lhe que vamos fazer mais do que a ciclovia que está neste momento adjudicada. Chegaremos também à altura em que anunciaremos. E portanto, relativamente ao anel, o Senhor também sabe que não está nas mãos da Autarquia fazer o resto do anel que queremos fechar em circular, porque isso depende da iniciativa e da dinâmica, nomeadamente, dos promotores imobiliários. Agora, no nosso Plano de Urbanização se houver intervenção nessas zonas do território elas terão que contemplar a continuidade de um corredor.

'Estímulos à Economia'. Vamos ver. Dê-nos o benefício da dúvida. Nós poderemos depois comparar aqui alguns indicadores. O que creio é que com as medidas que aprovámos ontem vamos conseguir tornar, primeiro, mais célere, mais ágil alguns procedimentos. Segundo, vamos reduzir substancialmente taxas, mas estamos com estimativa que vamos receber mais. Sabe por quê? Porque há processos que vão finalmente avançar. Cá estaremos depois para fazer as contas daqui a uns tempos.

Portanto, relativamente a esta perspetiva de reduzir, que *'só há [3.000 € (três mil euros)] para a Cultura, que só há [11.000 € (onze mil euros)] para o Turismo'*, pois precisamente é que nós fazemos muito mais. É porque há nas outras rubricas de funcionamento da [CMP], há verbas para o Turismo! Na Comunicação, há verbas para o Turismo! Na Cultura, há verbas para o Turismo! E temos depois um conjunto de projetos que levam ao envolvimento de mecenas e de outros parceiros, e acho que é assim que devemos trabalhar e tentar reorientar dinheiro para outras áreas que são fundamentais e para as quais não conseguimos alguns mecenas. Não vale a pena aprofundar aqui com mais alguns pormenores, vamos ter depois oportunidade de ir prestando contas desta atividade.

Quanto às questões suscitadas pela Sra. Membro da Assembleia [Maria Rosa Pinto, do PPD/PSD.CDS-PP]. Olhe, já agora permita-me só um comentário, ainda bem que não parafraseou a Declaração de Voto do Sr. Vereador do [PPD/PSD.CDS-PP] – eu tenho pena que já não esteja aqui connosco -, é que de facto a Declaração de Voto não foi apresentada na reunião de Câmara. Houve um anúncio de uma Declaração de Voto mas não foi feita, porque senão poderíamos tido a oportunidade de trocar argumentos e de discuti-los. É que, infelizmente, só soubemos da Declaração de Voto pelos jornais. Mas isso, enfim, dá jeito a gente falar sozinhos e não ter quem contraponha depois outros argumentos.

'Transferências da Administração Central'. Faça, faça-nos as contas e diga-nos onde é que errámos. Possivelmente não estamos a falar da mesma coisa. Ah, estamos a falar no Orçamento, falámos aqui de *'transferências por via dos, ao abrigo da Lei das Finanças Locais provenientes do Orçamento Geral do Estado'*. As nossas contas estão certas! Vêm documentos oficiais. Possivelmente nas vossas contas estão a incluir outras transferências, não sei se comparticipações por via dos contratos que existem com o Ministério da Educação, etc., mas isso não vem diretamente do [OGE] nesta mesma rubrica.

'Quanto às obras que entram e saem dos planos'. Olhe, eu para já fico satisfeito porque citou aí algumas obras porque são compromissos eleitorais da Maioria e procuraremos ainda introduzir outras obras durante o Mandato. Não vi essas obras nos Programas Eleitorais doutras forças políticas. Mas também quero aqui dizer-lhe precisamente que há aqui obras que já estiveram em Planos Plurianuais de Investimentos em anos anteriores, é uma verdade; que estiveram inclusivamente incluídas no empréstimo de [8.000.000 € (oito milhões de euros)] que fizemos no início do Mandato. Mas eu creio que em boa hora nós decidimos utilizar apenas metade desse empréstimo, precisamente para não ficarmos mais endividados e vale a pena esperar e ter precisamente este sentido do rigor, da prudência, e sermos realistas para depois começarmos a dar passos e conseguir efetivamente responder às expetativas dos nossos munícipes. Doutra forma, se assim não fosse, se tivéssemos utilizado todos esses milhões que tivemos ao nosso dispor, hoje teríamos, possivelmente já não teríamos capacidade de endividamento, possivelmente, não sei, espero que não aderíssemos ao [PAEL - Programa de Apoio à Economia Local] porque teríamos que ter taxas e tarifas no máximo. Acho que fizemos bem.

Já agora quero aqui referir uma questão relacionada com a dívida da AMARSUL ou com outras dívidas. É que nós estamos precisamente empenhados em limpar todas as outras dívidas e ficaremos essencialmente com as dívidas aos Sistemas Multimunicipais e vamos renegociá-las. Agora é importante que os Senhores e os nossos munícipes saibam o que são os Sistemas Multimunicipais. A AMARSUL dá lucro, não percebemos porque é que pagamos aquela tarifa. É um Sistema Multimunicipal que ao contrário doutros pontos do país teve uma menor comparticipação de Fundos Comunitários e do [OGE]. São essencialmente os municípios que pagam aquele Sistema e nós se quiséssemos ter pago tudo à AMARSUL ou à SIMARSUL era muito simples. Eu vou dar-lhe um exemplo. Os nossos munícipes consumidores de água pagam de tarifa fixa de resíduos, em dois mil e catorze, 1,290 € (um euro, duzentos e noventa cêntimos). É que se nós quiséssemos pagar tudo à AMARSUL teríamos seguido as recomendações da ERSAR e possivelmente os nossos munícipes estariam a pagar resíduos como pagam, por exemplo, em Mafra. A água e o saneamento como pagam em Mafra, e olhe, nem por isso Mafra deixa de ter dívidas também aos Sistemas Multimunicipais, não é? Mas nós se tivéssemos as tarifas, não precisavam de ser no máximo, se tivéssemos as tarifas mais elevadas nessa área à custa dos nossos munícipes já tínhamos pago as dívidas todas. Mas nós consideramos que o que tem que ser mudado é o sistema tarifário, são os estudos de viabilidade económico-financeira daquelas empresas e é o cumprimento de compromissos que o Estado Central ainda não assumiu com a SIMARSUL, nomeadamente, os [10.000.000 € (dez milhões de euros)] das suiniculturas, nomeadamente, a indemnização pelo facto de Setúbal não entrar no Sistema, porque é isso que faz com que a tarifa da SIMARSUL seja elevadíssima e incomportável para a generalidade dos municípios porque não há nenhum que não tenha dívidas ao Sistema. E isto prova que há qualquer coisa que está mal, e não vamos lá com a privatização. Vamos lá era, por exemplo, com a possibilidade dos municípios comprarem 2% do capital para serem acionistas maioritários. E se tivéssemos um, possibilidade de ser acionistas e sermos tratados como acionistas e não apenas como clientes, possivelmente, a AMARSUL teria outras tarifas, trabalharia melhor para os municípios e não estaríamos numa situação de termos este endividamento. Mas garanto-lhe também nessa matéria que, por exemplo, este ano pagámos toda a faturação de dois mil e treze à AMARSUL, e que temos apenas a dívida que está contratualizada, a pagar de acordo com aquilo que está no contrato e que iremos certamente renegociar essa dívida durante o próximo ano. Estou disponível para outras questões."

Pelas zero horas e doze minutos ausentou-se da participação dos trabalhos a **Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU**.

O **Sr. José Carlos Sousa do PS**:

"É muito rápido. Eu entendo que aquilo que o Sr. Presidente acaba por dizer denota algum esforço da sua parte e da parte da antiga Presidente neste exercício, deste ano, no sentido de reduzir claramente aquilo que era a dívida a fornecedores e a pequenos fornecedores. Partimos de um patamar de [10.400.000 € (dez milhões e quatrocentos mil euros)] de dívida há, em dois mil e onze, final de dois mil e onze, e portanto, temos vindo paulatinamente a ganhar esse espaço. Primeiro, porque contratualizámos com a AMARSUL e com a SIMARSUL o pagamento da dívida e, portanto, logo aí foram 6.000.000 € (seis milhões de euros) que saíram, ficando os outros [4.000.000 € (quatro milhões)]. Havendo [2.000.000 € (dois milhões de euros)]

que aparentemente terão sido pagos durante este ano de dois mil e treze, ficarão outros [2.000.000 € (dois milhões de euros)] para o ano. No entanto, ainda continua a haver no calendário de faturas a pagar, calculado com data de vencimento da fatura, faturas com mais de trezentos e sessenta dias de pagamento. Eventualmente estão em negociação, eventualmente não, mas esta, esta, esta é a realidade tirada da *internet*, da [DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais]. Pronto.

Relativamente aos empréstimos, o Senhor falou exatamente o que eu ia falar. A [CMP] pediu dois empréstimos sucessivos de 8.000.000 € (oito milhões de euros) e o último viu que não tinha capacidade para fazer o seu pagamento e reduziu-o para [5.000.000 € (cinco milhões de euros)] durante o ano de dois mil e onze, penso eu. É evidente que o pagamento, o dinheiro custa muito dinheiro, passo o pleonasmo, e custa muito dinheiro à [CMP] e custa às outras entidades todas, por isso mesmo, estarmos única e exclusivamente a, reparem, nós este ano temos [500.000 € (quinhentos mil euros)] para pagar da dívida do curto a médio-longo prazo. Aliás, [380.000 € (trezentos e oitenta mil euros)] e depois com o resto é que vai, com a outra dívida conjunta é que vai para [1.900.000 € (um milhão e novecentos mil euros)]. Iria com certeza, subiria se nós não tivéssemos voltado atrás naqueles 3.000.000 € (três milhões de euros) que ficaram ali e na, ouça, Aceiro das Sapatarias, enfim, tudo isso que desapareceu para se colocar o dinheiro depois no Centro Histórico, porque a [CMP] não tinha dinheiro próprio para fazer o Centro Histórico. E, portanto, também foi com dinheiro de empréstimo bancário – sim, Sra. Vereadora Adília – também foi com o dinheiro do empréstimo bancário que o Centro Histórico foi feito.

Depois há aqui algumas opções que eu pessoalmente não consigo, e não quero abrir aqui outro tema de debate, perceber. E vão dizer: *'Lá está ele sempre com aquilo.'* Eu não percebo como é que vamos dar outra vez mais de [500.000 € (quinhentos mil euros)] à Palmela Desporto. E o dinheiro que damos à Palmela Desporto é superior àquele que vamos dar às juntas de freguesia todas juntas, pá. E é isto que não se entende em termos da dinâmica global da – é verdade! – em termos da dinâmica global da [CMP] e da forma de funcionamento. Não é Vereador Adilo, não é. Portanto, há aqui alguns aspetos que sinceramente não batem, não batem bem, não conseguem fazer percecionar que o esforço é feito a todos os níveis. Parece que muitas vezes é feito ao nível das autarquias e das juntas e da descentralização e não é feito a outros patamares. É só, muito obrigado, não quero dizer mais nada."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Só fazer um esclarecimento. Eu relativamente aos comentários e sobre a Palmela Desporto vamos ter a oportunidade de discutir noutro ponto, mas relativamente às dívidas com mais de trezentos e cinco dias é só para esclarecer que nós não conseguimos pagá-las por uma razão simples, é que a generalidade dessas empresas estão com processos de insolvência. Mas também esse mapa será devidamente atualizado em janeiro e o Senhor poderá depois verificar. Estamos a pagar as faturas todas dentro dos prazos [?]."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS**:

"A trinta dias, Sr. Presidente?"

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Aquelas que são para pagar a trinta dias, Sr. Membro da Assembleia. Há faturas cujos contratos é para pagar a noventa, outros a cento e vinte e outros a sessenta. Repare isso depende dos contratos! O Senhor não pode fazer nenhum juízo de valor que qualquer fatura há mais de trinta dias está em atraso! Depende do contrato. Os contratos não são todos iguais. Certo? Pronto, fiz o esclarecimento Sra. Presidente."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor da CDU, oito votos contra do PS e cinco abstenções (três do PPD/PSD.CDS-PP e duas do BE). Aprovado em minuta.

PONTO TRÊS – Empréstimo bancário de curto prazo, no valor de 2 milhões de euros.

Pelas zero horas e trinta e dois minutos a **Sra. Ana Cláudia Manuelito da CDU** retomou a participação nos trabalhos.

Após lhe ter sido concedida palavra pela **Sra. Presidente da Mesa**, interveio o **Sr. Presidente da Câmara**:

"Sra. Presidente, vou tentar abreviar a proposta para dizer que se trata de um empréstimo bancário de curto prazo no valor de 2.000.000 € (dois milhões de euros) que está nos termos da Lei perfeitamente enquadrado. Isto tem que ver também com a capacidade de endividamento e com o limite dos empréstimos, e isto só ocorre por uma questão de prevenção, ou melhor dizendo, também precaução.

O Município tem um estrutura da Receita assente em Receitas Próprias, que nos primeiros meses do ano apresentam uma cobrança bastante diminuta face aos compromissos do mesmo período. A Receita proveniente da cobrança do IMI, Derrama, IRC só é efetivada em maio e agosto, respetivamente, pelo que nos primeiros cinco meses do ano, as Receitas ficam dependentes do comportamento do IMT, e do Imposto Único de Circulação (IUC), da Venda de Bens e Serviços, e das transferências do [OGE].

Neste período, face à previsível insuficiência de meios financeiros para cumprimento de compromissos municipais poderá o Município recorrer a um empréstimo de curto prazo que vise o reforço de Tesouraria. Isto acontece em vários municípios e tem acontecido no nosso também nos últimos anos.

Então propõe-se:

- Que seja autorizada a contração de um empréstimo até ao máximo de 2.000.000 € (dois milhões de euros) para ser utilizado sempre que se justifique e a ser amortizado até trinta e um de dezembro;
- E que sejam consultadas estas entidades bancárias.

Importa esclarecer que, por exemplo, em dois mil e treze, como em anos anteriores, nós à semelhança de outros municípios recorremos a este, procedimentos desta natureza, mas que em dois mil e treze tendo feito o mesmo apenas utilizámos cerca de 500.000 € (quinhentos mil euros) do empréstimo e que já o amortizámos, e que pagámos, já agora para ficarem a saber, cerca de 9.900 € (nove mil e novecentos euros) de juros.

Portanto, isto significa que, trata-se de uma autorização para o empréstimo, que só utilizaremos o dinheiro se precisarmos dele, nas quantidades que forem necessárias para fazer face a questões de Tesouraria essencialmente nos primeiros cinco meses do ano. É um mero instrumento de Tesouraria. Está mais ou menos explicado para se perceber."

Sobre a proposta foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"Muito rapidamente. Isto no fundo é uma repetição cíclica destes empréstimos para fazer face a saldos de Tesouraria. A verdade é que essa repetição cíclica a este ciclo de repetições para estes empréstimos penso que já poderiam estar salvaguardados numa gestão mais previsional e que, portanto, chegássemos a esta época não tivéssemos que efetivamente, embora seja verdade, embora seja verdade que nem sempre são utilizados os montantes pedidos ou solicitados e, portanto, a verdade é que também pela repetição do ato em si já se poderia ter uma manutenção de saldos de Tesouraria suficiente para fazer face às Despesas Correntes nestes meses que, de entrada do início do ano. E, portanto, pensamos que isso resulta de um projeto de um modelo de gestão que terá que ser mudado. Terá que efetivamente responder a um novo ciclo, a um novo ciclo de gestão e esperemos que no próximo ano não estejamos a aprovar novamente este, ou não estejamos outra vez com esta, com esta proposta de pedir este empréstimo a curto prazo."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Eu peço desculpa, Sr. Presidente, falou aí no anterior empréstimo e de só ter utilizado um determinado montante. Esse montante foi pago quando? Agora no fim do ano? A meio? E aquando é que foi a sua contratação?"

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Novembro, novembro."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Foi utilizado no início do ano e pago em outubro, é isso?"

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Utilizado em março e pago integralmente em novembro."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Nós não vamos obstaculizar o pedido de empréstimo, no entanto, cá está, nem sempre existe coerência. O que a CDU condena a nível nacional, pratica a nível local com o pedido de empréstimos e é contra o "grande capital", mas tem que se socorrer dele, não é?

Vamos autorizar a contração do empréstimo, se bem que corroboro da ideia de que vamos ter que, nos próximos anos tentar evitar estes empréstimos. Vamos ver como é que corre a situação financeira do Município, não é? E vão ser consultadas várias entidades bancárias? E portanto, os Senhores decidirão do melhor juro? É claro que é com o "grande capital", como os senhores dizem, mas tem que ser não é? São eles que têm o dinheiro, não é?"

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Não, não. Nós é que metemos lá o dinheiro porque nós é que estamos a salvar os bancos, peço desculpa."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Pronto, mas estão a emprestar. Eu também não tenho nada a opor. Estão aqui sete entidades mas está-me aqui o [Sr. Membro José Carlos] a dizer que há dois anos só um banco é que quis emprestar."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Exato. Agora já querem."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Agora já querem. Pronto. Muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Com o nosso dinheiro já querem."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte votos a favor (dezassete da CDU e três do PPD/PSD.CDS-PP) e dez abstenções (oito do PS e duas do BE). Aprovado em minuta.

PONTO QUATRO – Contratos interadministrativos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho, para o mandato 2013-2017.

Após lhe ter sido concedida palavra pela **Sra. Presidente da Mesa**, o **Sr. Presidente da Câmara** solicitou:

"Sra. Presidente, se concordar podíamos proceder à apresentação genérica das três propostas e eu abreviaria porque de facto o que importa aqui sublinhar é que houve uma alteração da Lei de Atribuições e Competências."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Sim, sim, muito bem."

PONTO CINCO – Acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho para o mandato 2013-2017.

PONTO SEIS – Protocolos de Colaboração entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho.

Na continuação, o **Sr. Presidente da Câmara** acrescentou:

"A prática de descentralização no Município por via de Protocolos já tem alguns anos. Tem sido uma experiência bem-sucedida. Desta feita, com as alterações legislativas que atribuem novas competências próprias às juntas, há também outras competências que dantes eram delegadas - umas que passam a estar automaticamente delegadas por vias dos Acordos de Execução, outras que podem ser delegadas através de Contratos Interadministrativos -, e há depois a figura dos Protocolos de Colaboração que nós entendemos manter para apoiar o funcionamento das delegações das juntas noutras localidades que não na sede de freguesia. Se calhar era preferível aguardar as questões dos Srs. Membros da Assembleia. A matéria está explanada nas propostas."

Sobre as propostas foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Fernando Baião da CDU**:

"Boa noite Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Munícipes, Técnicos da [CMP].

Em relação à Freguesia de Palmela permita-me que diga o seguinte: tendo em conta a alteração do quadro de competências das autarquias locais, no que diz respeito às juntas de freguesia, sem que haja uma correspondente transferência de verbas, que no nosso entender deveriam acompanhar algumas das novas atribuições produzidas pelo DL 75/2013, de doze de setembro, assistimos mais uma vez a uma tentativa de sufocamento das finanças das autarquias e do seu normal funcionamento. Ao contrário do que seria expetável num quadro representado pelo binómio eficiência/recursos financeiros para que pudesse existir uma cabal resposta no desempenho destas novas atribuições em resultado da aplicação do novo regime

jurídico das autarquias locais, passam a ser competências das juntas de freguesia o controle prévio e fiscalização em matérias como:

— A utilização e ocupação da via pública;
— Afixação de publicidade;
— Licenciamento de atividades ruidosas;
— A manutenção e colocação de placas toponímicas;
— A construção e conservação de abrigos;
— A manutenção e construção de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais;
— E conservação e reparação de sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais.

Tendo em conta o referido com estas novas atribuições às juntas de freguesia, sofreremos uma redução dos Protocolos de Delegação de Competências por parte da [CMP] que resulta num corte financeiro de cerca de 35.000 € (trinta e cinco mil euros) para Palmela. Perante um quadro de mais competências ainda nos deparamos com a redução do FEF na diminuição de 165.028 € (cento e sessenta e cinco mil e vinte e oito euros) para 162.786 € (cento e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e seis euros).

Lamentamos a forma como o Governo central olha para as autarquias deste país, desculpando-se com a crise económica em que o nosso país se encontra envolvido, onde os cortes orçamentais apenas olham para os números, sem ter em conta o papel social das mais diversas entidades, onde as juntas de freguesia se incluem. Viva o Poder Local Democrático. Viva as freguesias. Muito obrigado."

A **Sra. Ilda Fino do PS**:

"Considerando que há que reconhecer um esforço que foi feito a nível de consolidação e manutenção do financiamento das juntas de freguesia, queria portanto, queria só referir que na sequência daquilo que já foi falado, isto surge duma alteração legislativa em sede da Lei [75/2013, de doze de setembro], em que houve competências das juntas de freguesia que começaram, portanto, que foram reforçadas em sede de competências materiais e houve a necessidade realmente de celebrar, portanto, este tipo de Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos.

De salientar que a execução de anteriores delegações de competências resultaram em benefícios para o interesse comum que se pressupõe que devem continuar no futuro, não é? Quer pela proximidade das populações, quer para uma maior facilidade na resolução dos problemas em termos de, da maior eficácia/eficiência em resposta, portanto, em sede de território.

A Assembleia Municipal de Palmela assume que a experiência anterior deve ser, portanto, foi recomendada e deve continuar. Há então necessidade de um aperfeiçoamento deste instrumento que, portanto, através dos diversos mecanismos, portanto, a própria [CMP], portanto, irá delegar as competências nas juntas de freguesia, tendo em conta sempre os princípios gerais, quer em termos de princípios de interesse público e, por outro lado, em conformidade com as normas e orientações do Município, como já foi dito.

Por outro lado, a delegação e competências deve por isso ser acompanhada, portanto, dos necessários mecanismos tendo em vista a racionalização dos recursos financeiros, portanto, e um cumprimento integral dos princípios da boa conservação e manutenção do património público, tendo em vista então a aproximação das decisões dos cidadãos, promoção da coesão territorial e melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e, portanto, tendo em vista esses recursos.

Por outro lado, portanto, serve já para apresentar que a Bancada do PS vai votar a favor a estas propostas, no entanto, queria apenas salientar que, portanto, apesar deste esforço de consolidação estamos a falar no total uma transferência para este ano de [539.719,90 € (quinhentos e trinta e nove mil, setecentos e dezanove euros e noventa cêntimos)], quando o ano passado estavam previstos no global – estou a falar no global, Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos e Protocolos – estava previsto, portanto, o valor de, atualmente 539.719 €, quando o ano passado seriam [787.000 € (setecentos e oitenta e sete mil euros)], mais ou menos. No entanto, temos que, portanto, ainda acrescentar aqui 1% do IMI, portanto, em sede de prédios rústicos o que vai, portanto, acrescer a esta fatia cerca de [110.000 € (cento e dez mil euros)] a 120.000 € (cento e vinte mil euros). Portanto, vai totalizar mais ou menos o mesmo de cerca de

650.000 € (seiscentos e cinquenta mil euros) em transferências de verbas para as juntas de freguesia. Portanto, aproxima-se os valores em relação, portanto, acrescentando este 1%.

Queria apenas referir que suscita-se aqui uma dúvida em termos de, dos Contratos Interadministrativos que em sede de proposta, aliás, os Acordos de Execução, peço desculpa, em sede de proposta é apresentado que há dúvidas quanto aos casos em que não há acordo. Gostaria que clarificasse essa questão. Quando é que não há acordo, porque isto não está claro, se possível. Por outro lado, em termos de competências que podem ser delegadas, em termos de Acordos de Execução, há competências que de facto estão previstas e que não foram delegadas, portanto, como, por exemplo, a nível de gestão e de equipamento de mobiliário urbano e outro tipo de competências, que são seis nos termos da Lei e, portanto, neste caso há aqui ainda margem de manobra para delegar ainda mais competências nas juntas, embora ainda esteja em, portanto, a possibilidade de celebrar outros Protocolos e Acordos até cento e oitenta dias, ainda está previsto na... É possível essa, essa situação, não sei se está contemplado. Era só isso que tinha a acrescentar."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"Ora bem. Estamos aqui perante três propostas diferentes. A número quatro, os Contratos Interadministrativos que têm a ver com a limpeza, reposições de calçada, mercados municipais, despejos de fossas, recolha de monos em que é atribuído aqui uns montantes às diferentes freguesias. E o critério, por acaso estiver a ver aqui os mapas em anexo relativamente à calçada e não consegui perceber bem como é que chegavam a estes valores dos metros da calçada a atribuir por freguesia. O que eu queria perguntar ao Sr. Presidente, efetivamente na experiência que tive na Quinta do Anjo muitas vezes os valores não chegavam para a reposição da calçada. No entanto, sei que também é aqui contemplado que esses valores podem ser, vir a ser adicionados posteriormente caso se justifique.

Aqui relativamente aos lancis eu queria, vem aqui as caraterísticas técnicas dos lancis e da reposição, e efetivamente isso agrada-me porque face à experiência que houve ali junto à Câmara - e eu própria também bati lá com o carro duas vezes, que tenho a jante toda riscada, deve ter sido aselhice minha -, mas essa questão técnica dos lancis acho que é positiva.

Para além disso, a atribuição das verbas:

— Junta de Freguesia de Palmela nestes contratos [32.300 € (trinta e dois mil e trezentos euros)];
— Quinta do Anjo, [27.100 € (vinte e sete mil e cem euros)], ali para o Sr. Presidente Valentim Pinto;
— [39.411 € (trinta e nove mil, quatrocentos e onze euros)] para o Pinhal Novo;
— E [46.304 € (quarenta e seis mil, trezentos e quatro euros)] para a Marateca.

Efetivamente, gostaria de ver estas verbas reforçadas. Pode ser que num futuro com esses tais reforços se consiga, porque há trabalhos que nas freguesias como estão mais próximas ainda da Câmara conseguem desenvolver mais rapidamente, assim os executivos o queiram. No que a isso diz respeito, portanto, o que eu pergunto ao Sr. Presidente, é se efetivamente estará disposto a reforçar estas verbas e a haver uma melhor e mais equitativa distribuição de verbas. Estes Protocolos foram já totalmente negociados com os executivos, foram os executivos que aceitaram estes Protocolos, não querem mais ou a [CMP] não está disposta a descentralizar mais?

Relativamente aos Acordos de Execução das Escolas do Primeiro Ciclo, não tenho nada a apontar. Efetivamente, o Pinhal Novo é a freguesia a que é atribuído mais dinheiro; Quinta do Anjo a menor. Com certeza terão avaliado na negociação que os presidentes fizeram concretamente esses casos.

Portanto, votaremos a favor estas propostas. Apraz-nos que as delegações continuem, embora a do Bairro Alentejano e a maior parte delas com menos dias, talvez porque analisaram a frequência e assiduidade dos munícipes e não valesse a pena tantos dias. Portanto, iremos votar favoravelmente com o desafio da descentralização."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS**:

"Só para aqui no, proposta de Protocolos de Cooperação entre a [CMP] e as juntas de freguesia do concelho, perguntar, e se calhar isto é fazer um bocado de futurologia mas é uma futurologia que tem que

ser feita nesta altura, é na freguesia, na União de Freguesias Poceirão/Marateca uma das sedes, das antigas sedes de freguesia vai ficar, não vai ficar sede, portanto, há-de haver uma delas, vai ficar uma delegação e outra sede. Se está previsto e se estando previsto pois tem que, tem que ter verba, tem que haver comparticipação financeira e tem que haver condições para funcionar como tal, claro. Porque só vai haver uma sede, e há duas, dois equipamentos, qualquer um deles que não pode ficar, logicamente até por causa dos serviços de proximidade das populações, não pode ficar inativo."

O **Sr. Manuel Silvério do PS**:

"Sra. Presidente, visto que estamos já a falar nos três pontos, incluindo os Protocolos, eu quero só colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara que é a seguinte: com certeza que ele vai-me responder que está a tratar disso com o Presidente da Junta do Poceirão/Marateca, mas é muito importante referenciar que nestes Protocolos e Acordos, e isto não é responsabilidade da [CMP] o facto de não estar cá, não está referido o Protocolo dos arranjos dos caminhos de terra batida, portanto, as chamadas extensões de rede viária e conservação da terra batida. E para vocês terem uma ideia estamos a falar, estamos a falar, estamos a falar na Freguesia do Poceirão/Marateca, que tem agora o conjunto dos aceiros do que eram e esperamos venham a ser as duas freguesias, um valor nesses dois protocolos que é superior a 113.000 € (cento e treze mil euros). Foi o ano passado, portanto, o último Protocolo que foi assinado para essas duas freguesias no seu conjunto para a reparação, para a reparação desses aceiros foi superior a cento e treze mil euros. Ora, a transferência de 1% do IMI para o conjunto das cinco, das quatro freguesias não deve de ultrapassar muito os 110.000 € (cento e dez mil euros). Portanto, não dá para pagar aquilo que era o Protocolo dos Aceiros. E quando esta Lei foi feita imaginaram que todas as ruas e estradas e caminhos era tudo alcatroado, portanto, eles imaginam que o país é todo Lisboa, e não é. É evidente que isto é uma matéria que dirá muito mais respeito discuti-la com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia mas o certo é que eu gostaria de ouvir uma palavra da parte do Sr. Presidente da Câmara, o quanto sensibilizado está para isto, que isto é uma situação que tem que ser resolvida. Muito obrigado. E com certeza a [CMP] estará desperta para isso."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Relativamente às questões apresentadas pela Sra. Membro da Assembleia Ilda Fino [do PS], efetivamente o valor global das transferências é menor em relação ao do ano passado pelas razões que, entretanto, a discussão já nos levou a concluir. É que, efetivamente há três competências, nomeadamente, conservação de caminhos, de pavimentos pedonais, dantes as calçadas. É que este Protocolo de Calçadas, ou melhor este Contrato Interadministrativo não tem nada que ver com o Protocolo de Calçadas anterior. Eu já explico por quê. Mas também colocação e manutenção de placas toponímicas passando a ser competências próprias passam a ter que ser suportadas pelo, enfim, por outras transferências, nomeadamente, as do [OGE].

O FEF é aquele que foi aqui referido, e já mereceu uma declaração política do Sr. Presidente da Junta de Palmela de contestação a esta Lei, e de facto 1% do IMI é reduzidíssimo, e eu começaria pela última questão apresentada pelo Sr. [José Manuel Silvério do PS] para lhe dizer que eu tenho em todos os fóruns onde tenho participado, - e a última vez foi no Conselho Metropolitano da [AML], intervi sobre esta matéria, [ANMP], já contactei com a ANAFRE, temos interpolado a [CCDR LVT], a DGAL -, para que nos façam esclarecimentos relativamente a estes, a estes aspetos da Lei. Continuamos a aguardar.

Obviamente as juntas estão preocupadíssimas porque sabem que dificilmente conseguirão dar conta do assunto sem estes meios. Nós encontraremos uma solução para trabalhar em conjunto porque o nosso objetivo é servir bem as nossas populações e, portanto, se isto não se resolver mais uma vez as autarquias foram enganadas com estas descentralizações de competências. Foi de facto um presente amargo. É que lutou-se durante tantos anos para obtenção de mais competências próprias para as juntas de freguesia, mas mais uma vez a Lei das Finanças Locais não acompanha o espírito da delegação de competências.

Depois, onde é que há acordo e não há acordo. É possível ver pelos quadros em que há, nomeadamente, áreas onde ainda não foi possível chegar a acordo, ao Acordo de Execução. Nós temos na área da conservação de mobiliário urbano, já temos o processo também discutido com as nossas juntas, mas como disse nós, para os Acordos de Execução, temos cento e oitenta dias. Tomámos posse a catorze de outubro,

portanto, até abril ainda teremos tempo para, não só aguardar alguns esclarecimentos da tutela ou alguma alteração à Lei ou jurisprudência que haja sobre a matéria, porque de facto pode haver situações em que as ditas competências delegadas [?] por força da Lei não sejam, não sejam passíveis de descentralização porque não há acordo. Quer dizer, eu não sei como é que vou obrigar uma junta de freguesia a ficar com uma competência se não chegarmos a acordo quanto aos meios a descentralizar ou mesmo por se chegar à conclusão que quem desempenha melhor a competência poderá ser outra autarquia. E recordo aquilo que já tive oportunidade de dizer em reunião de Câmara: nós na área da conservação dos verdes, nalgumas freguesias temos um contrato [externo (*outsourcing*, em inglês)] válido por mais um ano! O próprio Município não utiliza os seus trabalhadores, a sua maquinaria, o seu equipamento. Portanto, o que é que vamos descentralizar para a junta, uma verba para serem eles a fazerem um concurso? Ora aqui perde-se também o efeito escala que foi conseguido a nível do concelho.

Agora a nossa predisposição é para contratualizar isso com as juntas de freguesia. Temos ainda mais uns meses de conversa pela frente e tudo aquilo que for possível, primeiro, acrescentar valor para as freguesias na medida em que responde melhor à resolução dos problemas dos munícipes; acrescentar valor para as freguesias porque dignifica o desempenho dos nossos autarcas de freguesia junto dos territórios. Nós estaremos disponíveis para - obviamente, nem sequer se trata de abrir mão das competências, elas já estão delegadas. Nós não nos opomos a que isso se operacionalize e, aliás, estamos também disponíveis para outros acordos de colaboração para a execução de outras tarefas, mas sublinho é sempre necessário, e a Sra. Membro da Assembleia ainda há pouco referiu o interesse público que é: quem é que está melhor colocado para executar a competência; e melhor colocado pode não ser o fator proximidade. É que ter efetivamente os meios, nomeadamente, técnicos para executá-la, não é?

Quanto às questões suscitadas pela Sra. Membro [Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP]. Metros de calçada atribuído por freguesia. Estas intervenções na calçada são aquelas que decorrem de intervenções realizadas pelo Município, por exemplo, uma reparação de uma rotura, da abertura de uma vala, etc., etc., e a estimativa a que chegámos tem por base a indicação das intervenções que fizemos em anos anteriores e que dantes eram feitas no âmbito do outro Protocolo, essas e todas as outras – abatimentos, enfim, estragos feitos nos pavimentos pedonais, eram reparados pelas juntas, mas essas agora passa a ser competência própria. E depois este princípio de poderemos acertar contas caso venha a haver muito pedido de intervenção no final de cada ano, parece-me um bom princípio porque ninguém fica a perder. Paga-se sempre em função do trabalho realizado.

Se eu estou disposto a reforçar estas verbas? Bom, estas não posso reforçá-las, a não ser neste caso dos metros de calçada se vierem a fazer mais metros do que o previsto, porque os valores a que chegámos, os critérios estão definidos, têm um valor por metro, no caso dos equipamentos educativos está definida a tipologia das intervenções e tudo isso foi devidamente estudado, quer pelos nossos técnicos, quer por preços de referência que a própria [ANAFRE] chegou a editar nuns caderninhos aqui há uns anos sobre a descentralização das freguesias, para as freguesias. Obviamente os Protocolos, os Acordos e os Contratos que aqui estão foram todos negociados com as juntas de freguesia, com os seus presidentes, e mereceram aceitação e creio que nos órgãos respetivos também já terão sido votados.

Sobre a questão que o Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão [do PS] levantou. Eu de facto não tenho o mesmo entendimento. É que para mim, e penso que para os Srs. Presidentes de Junta, no caso da União das Freguesias de Poceirão/Marateca, para já para mim continuam a ser duas freguesias, é uma união mas são duas freguesias. Há uma sede administrativa, mas sempre houve dois edifícios representativos das freguesias e esses dois edifícios não são delegações porque o conceito que encontramos aqui para as delegações foi para «serviços fora da sede da freguesia». Mas não é tanto a questão da sede administrativa, aliás, esses edifícios têm funcionários, em boa hora estão todos a funcionar e a ser muito bem rentabilizados, e foram edifícios também construídos com apoios financeiros do Município. E, portanto, nós não entendemos que seja, é o nosso entendimento, não entendemos que a delegação, que a junta de [freguesia], perdão, que o edifício da União de Freguesias Marateca/Poceirão, na Marateca, seja uma delegação. E espero que nunca seja. Não sei se me fiz entender? Portanto, não está no conceito de serviços descentralizados e esperemos, e esperemos vir a conseguir retomar a individualidade de cada uma das freguesias. Pronto.

Quanto à questão suscitada pelo Sr. José Manuel Silvério [do PS] eu creio que respondi no início."

Submetida a proposta, *"PONTO QUATRO – Contratos interadministrativos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho, para o mandato 2013-2017"*, a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

Submetida a proposta, *"PONTO CINCO – Acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho para o mandato 2013-2017"*, a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

Submetida a proposta, *"PONTO SEIS – Protocolos de Colaboração entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho"*, a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

PONTO SETE – Regulamento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau.

Após lhe ter sido concedida palavra pela **Sra. Presidente da Mesa**, pronunciou-se o **Sr. Presidente da Câmara:**

"Regulamento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau. Como é sabido, por via de alterações, imposições e alterações legislativas, houve necessidade de proceder à reestruturação orgânica. O Município entendeu criar cargos de estrutura, cargos de direção intermédia - não sei se na proposta está aí direção, no meu não está -, cargos de direção intermédia de 3.º grau na estrutura que aprovou, e compete, sob proposta da [CMP] à Assembleia Municipal que, aliás, já havia definido o número, já tinha vindo à Assembleia, que é em número de dois, depois aprovar o Regulamento que no fundamental define as competências da área, dos requisitos do recrutamento, a exigência de licenciaturas, o período de experiência, respetiva remuneração, enfim, e portanto, delibera-se propor à Assembleia Municipal a aprovação, nos termos da legislação aplicável, deste Regulamento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau.

Eu tinha ficado de transmitir à Assembleia, digamos, o organograma da estrutura que passou a ser da competência exclusiva da [CMP], receberam? Ah, então... É que não fazia parte da proposta, mas nós entendemos..."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Não, não, foi informação complementar."

Pela uma hora e quatro minutos ausentou-se da participação dos trabalhos o **Sr. José Carlos Sousa do PS**.

Sobre a proposta foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS**:

"Boa noite Senhores e Senhoras, Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Srs. e Sras. Vereadores, Digníssimos Membros desta Assembleia e os restantes presentes funcionários da [CMP] e creio que ainda haja alguns munícipes.

Relativamente à proposta apresentada referente ao Regulamento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau temos a dizer o seguinte: quais os critérios objetivos da proposta para atribuição de dois cargos de direção intermédia 3.º graus afeto aos Gabinetes Jurídico e de Fiscalização, e ao Gabinete de [Estudos, Projetos] e Empreitadas em detrimento dos restantes gabinetes, nomeadamente e a título de exemplo, podemos até referir o caso do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico que consideramos ter um papel de extrema importância na conservação, recuperação e dinamização do património centenário de Palmela, este que é sem dúvida o cartão de visita do concelho, motor de riqueza para o desenvolvimento da região, nomeadamente, na área do Turismo, bem como os restantes gabinetes que também foram deixados à margem com competências e responsabilidades igualmente importantes no funcionamento da Autarquia e prestação de serviços públicos essenciais à comunidade e aos munícipes.

Por outro lado, gostaríamos também de ver esclarecido de que forma é que os chefes informais que certamente irão existir nos gabinetes excluídos de nomeação de direção intermédia irão ser compensados pelo seu esforço e trabalho. Mas acima de tudo qual é ou são os critérios aplicados para a escolha das nomeações. Parece-nos que estão a ser criados através desta pré-seleção medidas desiguais para técnicos com responsabilidades e funções idênticas. Muito obrigado."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Eu agora fiquei um bocadinho confuso com a questão porque acho que não temos se calhar a perceção do que é que está aqui a ser analisado. Quer dizer, neste momento, não está aqui a aprovação a criação dos gabinetes. Os gabinetes já estão criados. Tiveram as deliberações, mas posso dizer-lhe que cada um dos gabinetes que existe na nossa estrutura têm todos importância estratégica para o nosso concelho e que ao criarmos estes cargos de direção intermédia centralizámos em áreas que vão ter um número muito significativo de trabalhadores que não tem nada a ver com o [Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção do Investimento] ou mesmo com o [Gabinete de Recuperação do Centro Histórico], em que podemos ter equipas multidisciplinares sem ter propriamente a necessidade de uma chefia atribuída.

Quanto às questões da coordenação formal ou informal, chefes de seção, etc., etc., são técnicos superiores. Não vão ter nenhum acréscimo remuneratório pelo facto de aceitarem ou não essas coordenações. Eles são convidados, não são obrigados a aceitarem essas coordenações e serão convidados de acordo com o mérito e a experiência que têm revelado nos seus desempenhos profissionais.

Mas penso que o que aqui está em apreciação e que compete à Assembleia deliberar é sobre o Regulamento que refere então as competências, os critérios de seleção. Obviamente, isto será depois, lá mais para diante haverá o concurso, o concurso para o efeito, não é? Nós iremos nomear ainda esta semana os nossos dirigentes para entramos no dia dois de janeiro em condições de começar a preparar a mudança; eles tomarão posse dia sete de janeiro, mas depois terá de haver no prazo de um ano o concurso e é este Regulamento que agora se coloca aqui à vossa, à vossa apreciação."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor (dezassete da CDU, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE) e sete abstenções do PS. Aprovado em minuta.

PONTO OITO – Mapa de Pessoal para o ano de 2014.

Após lhe ter sido concedida palavra pela **Sra. Presidente da Mesa**, interveio o **Sr. Presidente da Câmara**:

"Sra. Presidente, eu vou tentar resumir aqui a proposta e se calhar até conseguirei ser um bocadinho mais claro nesta súmula que fiz.

A proposta de Mapa de Pessoal para dois mil e catorze que nos termos da Lei, os Vínculos e Carreiras e Remunerações, é aprovada conjuntamente com o Orçamento Municipal contém novecentos e vinte e oito postos de trabalho que se encontram atualmente ocupados em exercício de funções na [CMP], registando uma diminuição de vinte e cinco postos de trabalho comparativamente ao Mapa de dois mil e treze.

Face à necessidade de adequar o Mapa de dois mil e catorze à nova estrutura orgânica nuclear e flexível que entrará em vigor no dia um de janeiro, os atuais dirigentes foram incluídos no total de postos de trabalho da carreira de técnicos superiores. Há vinte e oito lugares vagos que correspondem a treze lugares de dirigentes a nomear para a nova estrutura orgânica - dois de primeiro grau, nove de segundo grau e dois de terceiro grau -, mais sete técnicos superiores, um assistente técnico, seis assistentes operacionais e um fiscal municipal em regime de mobilidade noutras entidades de acordo com a alínea a), b) e c) do mapa anexo.

Há dezasseis lugares a criar, três técnicos superiores com vista à futura integração através de mobilidade vinculados ao mapa de outros municípios atualmente providos em comissão de serviço na Câmara - portanto, são dirigentes que vão optar por ficar na nossa Câmara Municipal -, treze assistentes operacionais com vista a novas contratações motivadas pela saída de trabalhadores em dois mil e treze por motivos de aposentação e falecimento.

Assim, o número total do Mapa de Pessoal é de novecentos e setenta e dois, sendo que treze lugares estão em duplicado, portanto, nos *"vagos"*, para incluírem os novos dirigentes que se prevê extinguir quando forem nomeados para a nova estrutura. E, portanto, o atual quadro síntese, penso que terá sido também distribuído, depois ajudar a compreensão entre este deve e haver, a criar, a extinguir e os outros que são criados transitoriamente para acolher quem sai agora da estrutura de direção passa a técnico e depois treze que podem voltar a ser de novo dirigentes. Tentei sistematizar e simplificar porque a proposta estava assim um bocadinho..."

Pela uma hora e quinze minutos o **Sr. José Carlos Sousa do PS** retomou a participação nos trabalhos.

Sobre a proposta foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Elisabete Cavaleiro do PS**:

"Pois, analisando a proposta eu não fiquei assim muito clarificada porque o número total de trabalhadores camarários em dois mil e treze será novecentos e noventa e três ou novecentos e noventa e sete? Depois mais à frente na mesma proposta é referido que para o mesmo, que para o próximo ano serão novecentos e vinte e oito trabalhadores, depois e ainda na mesma redação é referido que afinal serão novecentos e setenta e dois o número total de trabalhadores para dois mil e catorze. Não percebemos a aritmética apresentada, a qual mais parece um milagre da adição que em nada esclarece esta Assembleia. O que seria uma conta simples de mais transforma-se, segundo a proposta, num quebra-cabeça pouco claro e esclarecedor. Desta forma gostaríamos que fosse explicado quantos são efetivamente os trabalhadores da [CMP] neste ano e qual o valor previsto para o próximo ano.

Paralelamente na mesma proposta faz-se referência à *'criação de três postos de trabalho na carreira técnico superior com vista à integração, através da mobilidade interna, dos referidos técnicos superiores vinculados a outros municípios e atualmente providos em regime de comissão de serviço na [CMP].'* Parece-nos que a proposta aqui apresentada está condicionada, e a assumir que aqueles lugares a criar estão atempadamente destinados àqueles técnicos e não a outros que reúnem os requisitos de admissão a concurso. Aparentemente estamos perante uma situação de violação do Princípio de Transparência e Igualdade de Oportunidades. Gostaríamos então de saber quem são esses técnicos, quais as suas especificidades profissionais para terem um tratamento tão diferenciado.

Por outro lado, por que é que não são regularizadas as situações de trabalho precário na [CMP]? Porque não se procede há regularização da situação laboral dos contratados a termo certo e avençados que em nada

dignifica a condição do trabalhador nem da pessoa. Sra. Presidente, gostaríamos de saber de uma vez por todas qual o número total de trabalhadores nestas condições e para quando a sua efetiva regularização laboral?"

A **Sra. Ilda Fino do PS**:

"Só para continuar e clarificar esta questão que aqui a Membro, a minha colega da Bancada, referiu no que respeita à questão da mobilidade e o por quê de pôr em causa o Princípio da Igualdade. Isto tem a ver com, portanto, realmente de acordo com a mobilidade interna e a Lei da Mobilidade Interna que foi alterada há pouco tempo, portanto, quais são os requisitos? Realmente o trabalhador pode voluntariar-se, não há nada que a Lei impeça de voluntariar-se. Aqui a questão é que, aqui não estamos a dar margem de manobra, portanto, porque o procedimento é aberto, é divulgado através da rede interna (*intranet*, em inglês) ou do, portanto, da página da Autarquia e aqui todos, portanto, todos os trabalhadores que, se reunissem aquelas circunstâncias com aquele determinado conteúdo e categoria poderiam concorrer. Portanto, deveria estar aqui aberto em termos de igualdade, ou seja, deveria, portanto, definir-se aqui vagas e, portanto, nesta forma ao condicionarmos que são para estas pessoas, portanto, a Autarquia já está a determinar e a decidir que é para estas e não para outras. Portanto, não há uma abertura, portanto, em termos de poder haver uma oferta a outras, outros candidatos e outros trabalhadores. Portanto, o que eu acho que em sede de proposta não é de bom-tom; não cai bem. Portanto, eu acho que se devia, pelo menos ter feito o esforço no sentido de abrir, portanto, o Procedimento da Mobilidade Interna a outros trabalhadores que pudessem até [estar] numa condição igualitária ou quem sabe até com melhores condições. Nunca se sabe. Portanto, só avaliando com o perfil do candidato, inclusive, até de uma entrevista e com... Portanto, eu acho que em termos de transparência e em termos dos próprios princípios para, portanto, para a Administração Pública em sede de admissão, inclusive, porque se estamos a dizer que vamos criar vagas estamos a admitir que posteriormente até podem ficar no quadro do Mapa de Pessoal. Não é só uma questão de ficarem na Mobilidade Interna durante aquele período. Portanto, estamos a admitir que essas pessoas vão ficar definitivamente, posteriormente, como nós sabemos, passado o período dos dezoito meses com uma consolidação. O que eu acho que suscita algumas dúvidas quanto a esta, o Princípio da igualdade. Penso que não deveria estar no conteúdo desta proposta em sede de Mapa de Pessoal.

Por outro lado, houve aqui uma retificação de um número que foi apresentado agora à última da hora em sede de reunião de Câmara. Estava aqui em termos de auxiliares administrativos, salvo erro, doze – eu já confirmo, se calhar estou a dizer mal – em sede de assistente operacional, portanto, na reunião de Câmara falava em doze, agora apresentam-se treze. Penso que esta é a proposta definitiva e que substituiu a anterior. Gostava de, clarificasse o erro. Foi um lapso? Só para não, vermos essa situação clarificada."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Começo por esta última questão. Esta folha não faz parte da proposta. Destina-se a auxiliar a compreensão. A proposta está na redação da proposta que vos chegou e pelos outros Mapas também se pode chegar aos mesmos resultados. Efetivamente na reunião de Câmara verificando-se que havia uma descoincidência foi retirado o documento e foi agora corrigido para vos ajudar a compreender a aritmética. Pois bem, sem dúvida a proposta podia ser redigida de outra forma mas em matéria de aritmética os números são os números. Às vezes é como a Matemática; temos que fazer um caminho um pouco mais complexo para chegar, para chegar ao resultado. Efetivamente os números são estes, são estes. A proposta de Mapa de Pessoal para dois mil e catorze prevê:

— Tem novecentos e vinte e oito postos de trabalho ocupados;
— Tem vinte e oito vagos;
— Dezasseis a criar;
— A extinguir, só poderemos extinguir depois da questão dos dirigentes estarem nomeados.

Relativamente aos três que refere, Princípio da Transparência, etc., etc. Nós estamos a falar de dirigentes e que sendo dirigentes e tendo comissões de serviço eles ficam na nossa Câmara, independentemente de pertencerem ao quadro de outra câmara. Quando houver concurso, para os cargos de dirigente,

obviamente, toda a gente poderá concorrer. Faço-me entender? Mas isto está feito tendo em vista também os dirigentes que temos nomeados e os que vão continuar a ser nomeados.

Não percebo a alusão ao trabalho precário na Autarquia. Isto às vezes é moda falar-se em trabalho precário na Autarquia. Eu não conheço. Perguntou-me qual é o número de avençados. Neste momento serão dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze; serão doze. Alguns avençados, olhe nomeadamente, para a Consultoria Informática, ou para a Medicina do Trabalho. Neste último caso, até são categorias que não existem na [CMP]. Temos mesmo que recorrer a avençados. Os outros são prestadores de serviços em diversas áreas e que precisamente porque podemos vir a prescindir dessas prestações de serviço são avençados. Não se justifica metê-los no quadro. Mas nós queremos meter mais trabalhadores; queremos é meter para as áreas que são efetivamente necessárias. E também a Aritmética que primeiro disse que era onze e agora são treze tem que ver... Nós precisamos de mais onze assistentes operacionais. Mas temos que juntar mais dois assistentes operacionais para as áreas da Educação, que está aqui no verso da proposta para assistente operacional de área de Ação Educativa.

Eu sei que os números não são fáceis. Eu próprio na reunião de Câmara, sobretudo por causa do outro quadro que não batia certo, fiquei aqui com algumas dúvidas, mas, enfim, eu tenho pena de não ter podido substituir a proposta porque eu creio que aquilo que vos li é muito mais claro. Nós, até se consultarmos a informação municipal, encontramos neste momento novecentos e trinta e cinco trabalhadores. Nós estamos também a contar já aqui com os reformados; com os que se vão aposentar e os que estão à espera de reforma. E posso dizer-lhe que, se calhar, à data de amanhã podemos vir a ter mais saídas. Estamos também a contar com elas. Se não se confirmarem temos aqui margem de manobra depois nos que queremos contratar, nomeadamente para as áreas operacionais; temos aqui margem que permite cumprir os [2%], espero eu, cumprir os 2% de redução de pessoal para não incorrermos, enfim, contra a nossa vontade aí nalguma ilegalidade.

Relativamente aos dezasseis lugares a criar, volto a referir, são os três técnicos superiores tendo em vista a futura integração através de Mobilidade que estão vinculados ao mapa de outros municípios e que estão providos em comissão de serviço na CMP. Portanto, não há aqui gato escondido com o rabo de fora! São pessoas, são dirigentes, estão cá, têm que estar no nosso quadro senão não podíamos tê-los cá. Pronto.

Os treze assistentes operacionais já, já, já expliquei. Os onze mais dois tem que ver, sobretudo, da necessidade de novas contratações motivadas pela saída de trabalhadores em dois mil e treze por motivos de aposentação ou de falecimento. O total do mapa será de facto novecentos e setenta e dois. Sendo, volto a dizer, há aqui treze lugares que estão em duplicado e que ficarão depois vagos quando forem nomeados para a nova estrutura e só a partir daí é que poderemos propor a extinção."

A **Sra. Ilda Fino do PS**:

[Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar o início da sua intervenção.]

"..... agora, fica na dúvida, portanto, em sede de reunião de Câmara o que foi aprovado foi este mapa?"

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Não, o que foi aprovado foi esta proposta com os mapas que estão anexos, exceto este que..."

A **Sra. Ilda Fino do PS**:

"Não, em sede de, desculpe, em sede de reunião de Câmara foi aprovado o Mapa de Pessoal onde constava assistente operacional doze postos de trabalho a criar. Agora foi apresentado e confirmou o Sr. Presidente que afinal não são doze mas havia mais necessidade de mais um..."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Sra. Membro da Assembleia, desculpe interromper. Em reunião de Câmara..."

A **Sra. Ilda Fino do PS**:

"Deixe-me só, só acabar o meu raciocínio."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Em reunião de Câmara, em reunião de Câmara, mas é para... Não vale a pena estarmos a repisar uma informação que eu já dei."

A **Sra. Ilda Fino do PS**:

"Foi substituído este mapa? É a minha dúvida!"

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Em reunião de Câmara o que foi, o que foi... Não foi substituído, foi retirado."

A **Sra. Ilda Fino do PS**:

"Então, isto é uma ilegalidade. Então se..."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Mas por que é que é uma ilegalidade se tem..."

A **Sra. Ilda Fino do PS**:

"Porque se foi aprovado, se foi aprovado com um valor e agora foi substituído por outro que não foi aprovado em sede de reunião de Câmara, isso é uma ilegalidade."

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Não tenho nada a acrescentar."

Houve várias intervenções, mas em virtude de terem sido proferidas em simultâneo não é possível transcrevê-las.

A **Sra. Ilda Fino do PS**:

"A minha pergunta é: afinal, são doze ou são treze? Não fazia parte da proposta o mapa? Desculpe, isso é um instrumento de apoio a uma proposta de reunião de Câmara, certo? Que fazia parte da proposta da reunião de Câmara Municipal. Não fazia, devia fazer para clarificar, para as pessoas estarem esclarecidas do que é que consta em sede de Mapa de Pessoal. Pronto."

Intervenção por parte de [?]:

"Isto é a súmula do mapa, porque depois está o mapa todo."

A **Sra. Ilda Fino do PS**:

"O que gera... Isto realmente acho [que] denota uma grande desorganização. Era só deixar isso, esta nota."

O **Sr. Presidente da Câmara**:
"Sra. Membro da Assembleia, se consultar o último mapa tem cá a síntese que aqui está. Pronto. E, portanto, a proposta está completa desta forma. Para a próxima não trás isto. Consensualmente foi retirado, inclusive para não criar confusão. Às vezes quando damos informação a mais..."

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"Srs. Membros da Assembleia, o que está em causa neste momento são os elementos que têm que ser presentes à Assembleia e, portanto, relativamente aos documentos presentes à Assembleia alguma dúvida? Então, não havendo vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (dezassete da CDU e oito do PS) e cinco abstenções (três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

PONTO NOVE – Contrato-Programa de indemnizações compensatórias pela gestão dos equipamentos desportivos municipais entre a Câmara Municipal de Palmela e a Palmela Desporto, E.M. para o ano de 2014.

Após lhe ter sido concedida palavra pela **Sra. Presidente da Mesa**, esclareceu o **Sr. Presidente da Câmara:**

"A proposta seguinte trata-se do Contrato-Programa de indemnizações compensatórias pela gestão dos equipamentos desportivos municipais entre a [CMP] e a Palmela Desporto. Ora bem, a promoção e apoio ao desenvolvimento do desporto, consubstanciados na criação de condições de prática desportiva para os munícipes, com qualidade, são atribuição das autarquias na [prossecução] dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas.

No âmbito da política da [CMP] para a gestão dos seus equipamentos desportivos, têm sido concretizados um conjunto de programas com fins educativos, desportivos e sociais, de modo a possibilitar, um maior número de, a um maior número de pessoas e instituições educativas, desportivas e sociais, em especial às que se situam no território do concelho, a utilização dos quatro equipamentos desportivos municipais sob gestão da Palmela Desporto e, consequentemente, aumentar o número de praticantes e de exercício, e elevar o nível desportivo.

A concretização desta política consegue-se, nomeadamente, através da adoção de uma política de preços inferior ao real custo do serviço prestado, permitindo o alargamento da base de utilização dos equipamentos. Estas medidas sociais têm repercussão nos recursos financeiros da empresa, e contribuem para um desequilíbrio no seu auto financiamento.

Ora, delegando a [CMP], na Palmela Desporto, atribuições que lhe cabem, deve providenciar por compensar a empresa nos custos que lhe estão associados.

Assim, propõe-se a aprovação do Contrato-Programa de subsídio à exploração pela prestação de serviços de interesse geral, no contexto da gestão dos equipamentos desportivos sob responsabilidade da empresa municipal, relativo a dois mil e catorze, entre a [CMP] e a Palmela Desporto.

Portanto, trata-se de compensar financeiramente a Palmela Desporto num valor na ordem dos 500.000 € (quinhentos mil euros). A Palmela Desporto tem depois um conjunto de obrigações. Tem também aqui

indicadores de eficácia e de eficiência que pretende atingir. É importante perceber que se trata da gestão de equipamentos com elevados custos e encargos de funcionamento, nomeadamente energéticos e outros. Mas é sobretudo importante perceber no anexo ao Contrato-Programa o número de utilizadores destes espaços e também outras informações que não estando aqui no contrato mas têm que ver com as orientações estratégicas, com o Plano de Atividades e o Plano de Investimentos que não vêm aqui à Assembleia Municipal, mas eu diria que é importante referir que a empresa no âmbito deste trabalho social que desenvolve para além da gestão dos equipamentos, tem importantes protocolos que eu destacaria, por exemplo: protocolos com a Associação Humanitária dos Bombeiros, com o Centro Social de Palmela, com Escola Básica do Segundo e Terceiro Ciclos José Maria dos Santos, com o Básico do Pinhal Novo, com o Terceiro Ciclo do Ensino Básico de Pinhal Novo e o aluno David [?], Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico, GNR, [CMP], Unidade de Saúde Familiar Santiago de Palmela, [CMP] e Simone Fragoso, Palmelense, OndaSaude, BES.

Entretanto, há um conjunto de atividades também que se inserem no âmbito da responsabilidade social da empresa – e isto tudo para justificar estas indemnizações compensatórias -, nomeadamente, trabalho com crianças no Centro de Acolhimento [Temporário] "Porta Aberta" do Centro Social de Palmela, o acesso e o apoio aos alunos de várias turmas de cursos profissionais da Escola Secundária com Terceiro Ciclo do Ensino Básico de Pinhal Novo, a continuação do apoio ao desporto escolar na área da natação na Escola Secundária, estágios do Curso Profissional de Apoio Técnico à Gestão, enfim, um..., apoio a atividades no âmbito dos programas de resposta a alunos com necessidades educativas especiais e currículos específico individual, apoios ao Centro Social Paroquial de Pinhal Novo na realização de ações de solidariedade, enfim, um conjunto de outras ações que tem que ver depois com a própria atividade da empresa.

Acrescentaria apenas que pretendemos estabilizar as indemnizações compensatórias dentro desta ordem. A empresa apesar da necessidade destas compensações tem tido uma saúde financeira interessante. Aliás, com os critérios apertadíssimos para o funcionamento das empresas municipais onde assistimos ao encerramento de mais de cento e cinquenta só no último ano, sensivelmente, é uma empresa que tem, tem, tem mantido uma atividade dentro dos parâmetros considerados para, enfim, uma saúde financeira estável.

Entretanto, há aqui alguns indicadores que nos levam a apontar para este valor. É que de facto, não obstante, a empresa ter aumentado autonomia com o seu autofinanciamento, está neste momento, nos últimos dois/três anos, à volta dos [64%], já teve 69%, mas tem mantido esta estabilidade. Há de facto também um decréscimo do número de utilizadores a que não será alheia a crise socioeconómica e, portanto, isso reflete-se nas contas da empresa e é obrigatório, obviamente os municípios que têm empresas desta natureza compensá-las por esse esforço e esse défice. Estou ao dispor depois para..."

Sobre a proposta foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. José Manuel Silvério do PS**:

"Eu em relação a esta proposta das compensações à Palmela Desporto quero colocar aqui, enfim, algumas questões. Quero como ponto prévio dizer que não sou dos que pensam que mais de 50% das empresas municipais que dão prejuízo devem fechar. Algumas até que dão, têm sempre dado prejuízo, acho que não devem fechar na maior parte dos casos, porque muitas dessas empresas desempenham também um papel social que vai para além da mera gestão e que dão acesso a muita gente que não teriam acesso a esses equipamentos se não fosse através dessas empresas e através desses equipamentos com o papel social que têm, e que muitas das vezes não é, não é visível, na maior parte dos casos não é visível.

Em relação à Palmela Desporto, ao contrário do que o Sr. Presidente acabou de dizer, eu por acaso tenho outra ideia. Até que alguém me convença do contrário, e espero que o Sr. Presidente mo consiga fazer, eu continuo a pensar que esta empresa é uma mais-valia negativa no concelho. E o que eu quero dizer é que gostava que me demonstrassem que sem esta empresa os resultados seriam piores para a Autarquia e para o concelho. É o que eu quero dizer com a mais-valia negativa. E conto de facto que o Sr. Presidente me esclareça sobre isso.

Começamos por uma questão que para mim é muito caricata e que é o facto de sermos o maior concelho geográfico da [AML], estarmos na sua periferia da [AML], termos uma população jovem das maiores dos dezoito concelhos da [AML] e então do escalão dos zero aos catorze [anos] somos mesmo dos que tem mais

jovens, e no plano dos equipamentos desportivos da Autarquia termos duas piscinas e um pavilhão desportivo. Conta-se pelos dedos no país um concelho que tenha mais piscinas do que pavilhões desportivos.

Também é verdade que a Palmela Desporto já herdou isso em dois mil e um quando foi criada. Mas o que qualquer pessoa se perguntará é para que é que temos uma empresa municipal que ao longo dos anos se limita a gerir o que já existe, e mesmo nessa vertente analisando, por exemplo, este último Relatório de Contas do ano civil completo, o último que foi de dois mil e doze, o que nos é apresentado sobre isso, eu faço estas considerações.

Os pavilhões desportivos a cargo da autarquia, das autarquias por esse país fora praticamente todos dão lucro, todos; vocês podem consultar isso. Todos os pavilhões desportivos por essas autarquias fora, conta-se pelos dedos aqueles que não dão lucro. E na maior parte pagam-se a si próprios em menos de dez anos. Não vale a pena rirem-se, vão consultar, está na *internet*, podem ver. Podem-se rir, eu o que vou dizer a seguir vocês percebem. Mas no caso do Pavilhão Desportivo do Pinhal Novo dá sempre prejuízo. Em dois mil e doze, o total do rendimento sem a comparticipação da [CMP] é de apenas 44.494 € (quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro euros). Mais ou menos 3.000 € (três mil euros) por mês, 123 € (cento e vinte e três euros) por dia, é o resultado daquele pavilhão, sem o dinheiro da Autarquia. E sobre isto a pergunta que me ocorre, Sr. Presidente, é a seguinte, se o protocolo que existe entre a Palmela Desporto/[CMP], porque no fundo é quase a mesma coisa, e o Ministério da Educação, para este ocupar 70% daquele pavilhão, portanto, com os alunos da 2/3 da José Maria dos Santos, é o mais adequado. Portanto, é uma questão que nós não sabemos; ou consultamos o Relatório de Contas e não sabemos quanto é que o Ministério paga. Oiço falar num pagamento de 18 € (dezoito euros)/hora de utilização. E a pergunta que eu lhe deixo, Sr. Presidente, é suficiente ou não? A média desses alunos de utilização, segundo o mesmo relatório, é de setecentos alunos por mês.

Depois verificamos neste mesmo relatório, de dois mil e doze, o último, porque este ano ainda não foi completo, o seguinte: gastos com Pessoal, 649.708 € (seiscentos e quarenta e nove mil, setecentos e oito euros). Foi em dois mil e doze um valor superior, e foi dito isso ainda agora por o meu Colega, [José Carlos Sousa do PS], superior com os gastos das delegações de competências de todas as cinco freguesias do concelho, ou seja, os gastos com o Pessoal nos quatro equipamentos – as duas piscinas, o pavilhão e o outro equipamento, o campo de futebol de Palmela -, foram gastos com Pessoal seiscentos, quase praticamente seiscentos e cinquenta mil euros. Mais do que aquilo que foi gasto com todos os protocolos das cinco freguesias no ano de dois mil e doze!

Nos gastos com Fornecimento Exteriores foram gastos 661.882 € (seiscentos e sessenta e um mil, oitocentos e oitenta e dois euros) sendo que destes seiscentos e sessenta e um mil, 238.331 € (duzentos e trinta e oito mil, trezentos e trinta e um euros) foram gastos com Honorários nas Prestações de Serviço de Ensino e Treino, portanto, professores e monitores. A pergunta que eu lhe deixo, Sr. Presidente, não será muito, quase 240.000 € (duzentos e quarenta mil euros) em professores e monitores?

No caso da autonomia financeira desta empresa não sendo baixo em valores absolutos, dado os serviços sociais que pode estar e está com certeza a prestar à população do concelho, já é muito baixa para o número dos equipamentos *versus* participantes das atividades. E basta comparar com outra caso em outras autarquias. Vocês comparam outros relatórios de contas estão lá, não vale a pena rirem-se, comparem com os mesmos equipamentos, aliás, com mais equipamentos e menos gastos com Pessoal e com outras. Mas o grande falhanço da Palmela Desporto, e aqui vocês podem-se rir mas andam a rir-se há onze, há, há doze [anos], o grande falhanço com a Palmela Desporto é que ao longo de doze anos de existência nunca criou um novo equipamento desportivo do concelho. Quer dizer, temos uma empresa que durante doze anos se limita a gerir. Nunca criou um único equipamento. E de facto isto é um caso único do género no país. Consultem a ver se algum, se algum, se algum, alguma empresa deste género durante doze anos não criou um equipamento. Consultem, é fácil! Uma empresa municipal a gerir o parque desportivo deficitário que nós temos, um pavilhão em todo o concelho, um pavilhão municipal, a gerir um parque desportivo deficitário em doze anos, não criou absolutamente nada?! Isto é normal? Riam-se à vontade, mas vão andar a rir-se toda a vida do mesmo. É por isso que ao menos, que a menos que me consigam demonstrar eu reservo-me a um direito de pensar que a empresa Palmela Desporto é uma empresa de valor acrescentado negativo para este concelho."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE**:
"Eu vou tecer só um breve comentário acerca desta questão da Palmela Desporto, só pelo simples facto de que a [CMP] teve os encargos com a construção destes equipamentos e depois através de uma ginástica financeira, pronto, para ter menos despesa, corrijam-me se estou enganado, entrega a gestão a uma empresa municipal. Nós somos adeptos e utilizando a linguagem desportiva não somos adeptos deste modelo de entregar serviços públicos e, nomeadamente, neste caso o desporto a empresas municipais. Isto por quê? Porque passa-se de uma questão de serviço público prestado pela Autarquia para uma lógica de prestação de serviços a baixo custo e isso, quanto a nós, quanto a nós deixa de haver participação ou tende a haver menos participação de, dos munícipes por causa dos valores praticados por estas empresas. Perante isto, queremos dizer que vamo-nos abster na votação deste ponto."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS**:

"Bem, a minha posição e a posição do [PS] é muito conhecida em relação a isto e em relação à Palmela Desporto, mas há três ou quatro aspetos que não posso deixar de acrescentar àquilo que o [José Manuel Silvério do PS] aqui trouxe. E é evidente, Sr. Vereador Adilo [Costa], que a Palmela Desporto não criou nenhum equipamento porque não é a sua função criar equipamento, mas podia pelo menos ter preservado condignamente os equipamentos que lhe foram entregues. E nem isso consegue fazer.

E, portanto, estamos aqui claramente na fasquia, naquela fasquia [dos 500.000 € (quinhentos mil euros)]. Foi aquela fasquia de onde o Senhor sempre fugiu, tentando que as comparticipações à Palmela Desporto, desde dois mil e oito, aliás, em dois mil e dez também foram 587.000 € (quinhentos e oitenta e sete mil euros), mas desde dois mil e oito que foram [498.000 € (quatrocentos e noventa e oito mil euros)], [476.000 € (quatrocentos e setenta e seis mil euros)], etc.

Fala o Sr. Presidente de Câmara da autonomia da Palmela Desporto! Oh Sr. Presidente de Câmara, por favor. Para um orçamento de 1.400.000 € (um milhão e quatrocentos mil euros), que não deve andar longe disto, o Senhor injeta na Palmela Desporto 560.000 € (quinhentos e sessenta mil euros). Ainda por cima este ano cobre os prejuízos do ano anterior e faz um protocolo de novo com a Palmela Desporto a dizer – estas tecnologias são fantásticas – a dizer que na Cláusula Quarta, acho eu, não, espere que eu digo-lhe porque a tecnologia foi abaixo, exatamente, que se vai manter - na Cláusula Sexta, número um – que se mantém! Então e a avaliação do ano anterior?! Ouvimos aqui nesta mesma sala preconizar-se uma série de indicadores de eficácia e de eficiência que iriam ser mantidos e que tínhamos que, enfim, que os ter. Sim! Então, e se não os tivermos, o que é que acontece? Não acontece nada! E os indicadores de eficácia e de eficiência têm que ser feitos dos dois lados da barreira. Não podem ser feitos só para um lado! É evidente.

Os miúdos do Palmelense jogam no – os miúdos e os graúdos do Palmelense - jogam no Campo Municipal. A [CMP] paga à Palmela Desporto para lá andar. As comparticipações que a [CMP] dá, deste meio milhão de euros que serve para haver preços sociais - que eu sinceramente nunca consegui ver, embora em bom da verdade desde dois mil e cinco as contas tenham mudado muito e já apareçam por cento de custos, tantas vezes eu falei nisto, mas o que é facto é que o conjunto da Palmela Desporto não trás referências ao concelho.

Os miúdos da escola andam no Pavilhão Desportivo Municipal das oito da manhã às cinco e tal da tarde. A escola paga à Palmela Desporto. Portanto, há aqui alguns aspetos que não me parecem claramente coerentes com isto que vamos agora fazer que é dizer: Nós vamos dar este ano mais 60.000 € (sessenta mil euros) para cobrir os prejuízos do ano anterior; vamos dar meio milhão de euros. O Sr. Presidente diz que a Palmela Desporto tem uma saúde financeira estável. Disse-o hoje. Eu até me custava a ouvir isto. Sabe por quê? Porque a Palmela Desporto, e sabem os Senhores qual foi o lucro do ano passado? O lucro do ano passado, 155 € (cento e cinquenta e cinco euros)! E mesmo estes cento e cinquenta e cinco euros teve que haver aqui uma ginástica contabilística, porque a [CMP] não tinha conseguido pagar a última *tranche* de 80.000 € (oitenta mil euros) até ao dia trinta e um dezembro. E, portanto, meus amigos não vale a pena encapotarmos o que quer que seja. A Palmela Desporto é uma empresa que deveria ter hoje uma autonomia financeira e uma capacidade de gerar receitas diferente daquilo que tem. E sobre isto não me dirão com certeza o contrário. Nunca conseguiu essa independência e essa autonomia.

Depois o que se vê à volta, e aquilo que é mais relevante, à volta é um manancial de coisas que se acaba por se esgotar, como o [José Manuel Silvério do PS] disse nos seiscentos e não sei quantos mil euros para pagamentos aos professores e tudo isso. Mas não é isso que está em causa, é o facto de nunca ter conseguido criar uma autonomia clara em relação àquilo que é a mãe, [CMP]. E enquanto não o fizer terá esse problema sempre. Era só."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**:

"O nosso sentido de voto é contra. Efetivamente acompanhando as reuniões de Câmara, já do tempo do ex-Vereador Octávio Machado, se lançava esta discussão com o Vereador Adilo e as soluções para o Palmela Desporto. Verificando-se que efetivamente o critério é o mesmo, embora haja aqui Funções Sociais que ninguém abandona, não concordamos com este tipo de gestão na Palmela Desporto. Vemos, estivemos a ver minuciosamente a celebração deste Protocolo, pensamos que podia haver outra dinâmica. Efetivamente se formos ver as condições da Piscina de Palmela já nem são as melhores. Noutras freguesias não existem pavilhões, portanto, aqui acho que era necessário uma outra ambição. Se calhar com parcerias de outra maneira. É assim, estamos sempre a aprender e pode haver soluções, pode haver outras soluções, não é? É uma questão de estudarem."

Pela uma hora e quarenta e sete minutos ausentou-se da participação dos trabalhos o **Sr. Bruno Grazina do PS**.

O **Sr. Presidente da Câmara**:

"Eu de facto lamento que relativamente a esta matéria aja aqui um profundo desconhecimento do funcionamento de uma empresa municipal como a Palmela Desporto e, sobretudo, daquilo que esteve na base da sua criação que foi efetivamente para a gestão de equipamentos desportivos do Município e também para o fomento da prática desportiva. Eu convido, para quem não tiver memória curta, a pensar o que era o concelho em termos de prática desportiva, de oferta, de modalidades, de natação entre outras, até relacionadas com a Saúde e o Bem Estar, o que era o concelho em dois mil e um e o que é o concelho hoje.

Depois, há aqui um ponto de partida que os Senhores ainda não conseguiram entender. É que se a [CMP] tivesse estes equipamentos todos para ter este nível de oferta, para ter aquelas modalidades, aqueles serviços todos, até com quadros com conteúdo funcional que não se integram nas câmaras municipais e na Administração Local, e se integra-se é porque entretanto os Senhores flexibilizaram o trabalho e já qualquer pessoa qualquer dia pode fazer qualquer coisa. Está bem! Ok, depois falamos. É que se isto efetivamente fosse internalizado, como se fala hoje na generalidade das empresas públicas, muitas da vossa área política que estão a fechar, eu, eu, os Senhores fizeram aqui comparações com outras. Eu acho que é uma desonestidade política; apresentem-me esses dados e quando dizem que a outra dá lucro, etc., é simples. Se nós quiséssemos que isto desse lucro, aumentávamos os preços! Não pagamos aos clubes para eles irem lá treinar. É que nós pagamos aos... É uma despesa que não fica para os clubes. É uma despesa que a [CMP] assume. Pronto.

Mas houve aqui até depois da parte do [BE], aqui algumas contradições. Já percebi que estão contra, mas não é bem pelas mesmas razões, mas acabam por responder uns aos outros, não é? A questão é a seguinte: é que se isto fosse internalizado, os custos seriam superiores para a [CMP], para além de não conseguirmos uma capacidade de resposta ao dia, à hora, ao minuto, quando há um problema no cloro, quando há um problema na caldeira. E percebe, e isso é conseguido com uma empresa municipal que tem outra flexibilidade, que tem possibilidade de fazer outro tipo de acordos com outros prestadores de serviços e que o consegue, obviamente, também angariar publicidade, angariar clientes. E, portanto, não nos custaria 500.000 € (quinhentos mil euros)! Custar-nos-ia possivelmente, em dois mil e doze, [1.364.000 € (um milhão, trezentos e sessenta e quatro mil euros)] se fizéssemos digamos a demonstração de resultados que a Palmela Desporto tem. Faço-me entender? É que custaria muito mais. Os Senhores ainda não perceberam isto.

Depois, relativamente à autonomia. Eu recordo que, em dois mil e um, entre a compensação pelo défice de exploração e as vendas dos serviços prestados, a autonomia situava-se nos 48% e, em dois mil e doze, está nos 64,82%! Está a valer a pena neste percurso.

Depois, depois. É evidente, também é uma desonestidade política estar aqui a misturar, porque há falta de pavilhões, etc. Não tem nada a ver! Estes pavilhões são do Município; estes equipamentos são do Município. Se devíamos fazer mais? É um Município que tem que fazer mais? É o Município que tem que fazer o Pavilhão na Secundária de Palmela? É o Município que tem que fazer o Pavilhão no Poceirão/Marateca? Ah! Ora bem, o Município investirá noutros equipamentos quando tiver disponibilidade para isso e até está disponível para elaborar Contratos-Programa com o próprio Ministério da Educação por essa via. E até estamos disponíveis para depois entregar a gestão desses equipamentos, se quiserem, à Palmela Desporto. Nós gerimos e o Ministério da Educação paga. Se paga muito, se paga pouco, são os valores que têm sido contratualizados e, portanto, eu penso que não é correto fazer-se aqui comparações. Mas olhe que eu conheço bem uma realidade de um concelho do [PS] onde tiveram de ir técnicos aqui do Município para lá, para tentar salvar isto até, até final do ano, e que são milhões de prejuízo. Bom, mas não vão salvar.

Ora bem, o que eu quero dizer é que houve aqui de, há aqui de facto uma tentativa de denegrir o trabalho que está a ser realizado na Palmela Desporto e eu creio que é preciso conhecer para termos um pouco a noção que aqueles equipamentos são equipamentos de risco, onde é necessário ter todas os cuidados, de segurança, de higiene, e, portanto, são equipamentos onde se pode morrer e, portanto, o investimento, os custos de funcionamento, os encargos, têm de ser naturalmente elevados!

Por outro lado, o concelho em termos desportivos não é o mesmo desde o momento em que tivemos estes equipamentos e que temos uma empresa a geri-los, e que eu creio que gere bem, porque ainda consegue ter proveitos próprios que de outra forma, enfim, alargariam se calhar as Despesas de Pessoal da Autarquia, as Despesas e os Encargos de Funcionamento.

Eu creio que os investimentos que há a fazer na melhoria das Piscina de Palmela e nos restantes equipamentos da Palmela Desporto, virão a ser feitos, seja pelo Município, porque também aprovaremos com a Palmela Desporto um novo Contrato Comodato que há-de definir o [limite máximo (*plafond*, em francês)] da verba até ao valor que se estima que seja uma conservação permanente de equipamento, mesmo equipamento tecnologicamente elaborado e, naturalmente, valioso e o valor que se trata efetivamente dum investimento novo. E faremos também a elaboração de um novo Contrato-Programa para clarificar a quem compete este tipo de investimentos, mas queremos que os principais terão de ser aqueles que dizem respeito à eficiência energética e que é possível serem feitos, como eu disse, se tal como no Orçamento da Autarquia não precisam de estar no Orçamento da Autarquia porque podemos vir a ter esses investimentos feitos através de outros sistemas, de avaliação ou qualificação-tipo (*rating*, em inglês), etc., porque é aí que pesa a fatura. É aí que pesa a fatura. É precisamente nos consumos energéticos.

Depois, seria interessante que hoje as pessoas tivessem maior capacidade económica para a Palmela Desporto ter mais clientes. E, felizmente, os muitos clientes que temos para nós são, são lá está, os clientes subsidiados. É aqueles que nós compensamos, porque de facto o valor que lá é produzido em termos de bem-estar, de saúde e de serviço que é prestado é um valor que custa mais do que o preço que é cobrado. Portanto, se nós quiséssemos que isso desse lucro, possivelmente muito menos gente poderia aceder à Palmela Desporto e só se estaria disponível para determinadas camadas da população.

Eu creio que é necessário que esta, que esta Assembleia conheça melhor a Palmela Desporto e eu faço à Assembleia o mesmo desafio que fiz na última reunião de Câmara sobre esta matéria. É que o Sr. Presidente do Conselho de Gestão nos convide um dia para irmos à Palmela Desporto conhecer os equipamentos, perceber o que é que lá se passa e depois fazermos uma avaliação séria do benefício social, para o desenvolvimento desportivo e também para a forma de aliviar a [CMP] dum conjunto de outros investimentos e despesas que doutra maneira estariam os Senhores aqui a acusar-nos de despesistas, porque tínhamos ainda mais Despesas de Pessoal e mais Despesas de Funcionamento.

Portanto, eu creio que é importante desmistificar esta «mal a pata» que alguns dos Membros da Assembleia têm relativamente à empresa, porque se considerarmos inclusivamente um conjunto de índices que estão atualmente na Lei e que têm cumulativamente de ser cumpridos, a Palmela Desporto cumpre-os quase na íntegra. Por isso é que não está em vias de extinção ao contrário de outras empresas municipais em concelhos das vossas áreas políticas."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor da CDU, dez votos contra (sete do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP) e duas abstenções do BE. Aprovado em minuta.

PONTO DEZ - Autorização prévia nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).

Pela uma hora e cinquenta e seis minutos o **Sr. Bruno Grazina do PS** retomou a participação nos trabalhos.

A **Sra. Presidente da Mesa**:

"É um ato de gestão, resulta da Lei é obrigatório haver como que uma informação, uma aprovação prévia, uma autorização prévia da Assembleia para que a [CMP] possa cumprir com este procedimento. Portanto, podemos votar? Não há dúvidas?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pela uma hora e cinquenta e oito minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e treze, da qual se lavrou a presente ata, que eu **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte de dezembro de dois mil e treze.